

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2025-2029



**ENTIDADE PALOTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADE PALOTINA**

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
2025-2029**

Cascavel, PR

2025

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nova informação

A – Instituição Mantenedora: Entidade Palotina de Educação e Cultura

Nome do Presidente: Gilberto Orsolin

Endereço: Rua Pe. Alziro Roggia, 115 CEP: 97020-590 – Santa Maria/RS

B – Instituição Mantida: Faculdade Palotina Campus II– FAPAS Campus II

Nome do Diretor Geral: Jadir Zaro

Nome do Vice-Diretor: Fabio Junior Batistella

Endereço

Avenida Graira, 600

Bairro Recanto Tropical

CEP: 85811-380 – Cascavel/PR

RESOLUÇÃO Nº 02/2024

Aprova Plano de Desenvolvimento Institucional
2025-2029 da Faculdade Palotina Campus II

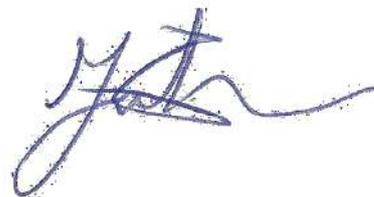
RESOLVE

Art. 1º A DIREÇÃO GERAL DA FACULDADE PALOTINA CAMPUS II, no uso de suas atribuições legais e regimentais aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029 da Faculdade Palotina Campus II;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DA FACULDADE PALOTINA CAMPUS II, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte quatro.

Santa Maria, 27 de agosto de 2024.



Diretor Geral.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

A – Instituição Mantenedora: Entidade Palotina de Educação e Cultura

Nome do Presidente: Gilberto Orsolin

Endereço: Rua Pe. Alzira Roggia, 115

CEP: 97020-590 – Santa Maria/RS

B – Instituição Mantida: Faculdade Palotina Campus II – FAPAS Campus II

Nome do Diretor Geral: Jadir Zaro

Nome do Vice-Diretor: Fabio Junior Batistella

Endereço

Avenida Graira, 600

Bairro Recanto Tropical

CEP: 85811-380 – Cascavel/PR

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Cascavel no mapa do Paraná.....	16
Figura 2 – Vista próximo ao perímetro urbano do município de Cascavel/PR com os arredores	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo da qualificação das metas para o período de 2025 a 2029.....	26
Quadro 2 – Demonstrativo da qualificação das metas para o período de 2025 a 2029.....	27
Quadro 3 – Demonstrativo das áreas de pesquisa	63
Quadro 4 – Demonstrativo dos objetivos, metas e indicadores da extensão articulada com ensino e iniciação científica	74
Quadro 5 – Demonstrativo das estratégias da área administrativa.....	80
Quadro 6 – Demonstrativo dos futuros núcleos institucionais	85
Quadro 7 – Cronograma do NAI.....	118
Quadro 8 – Dimensões/eixos do processo de avaliação institucional	137
Quadro 9 – Organização do ciclo trienal de autoavaliação	137
Quadro 10 – Demonstrativo das ações da CPA para o período de 2025 a 2029.....	143
Quadro 11 – Distribuição de equipamentos por sala de aula	144
Quadro 12 – Demonstrativo e previsão dos avanços tecnológicos nos serviços prestados para o período de 2025 a 2029	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados educacionais da microrregião de Cascavel e do Estado do Paraná	20
Tabela 2 – Número de matrículas ensino médio e educação profissional do município de Cascavel/PR.....	20
Tabela 3 – Número de matrículas ensino médio e educação profissional da microrregião de Cascavel/PR.....	21
Tabela 4 – Demonstrativo do perfil do atual quadro funcional administrativo e projeção da expansão	98
Tabela 5 – Demonstrativo da infraestrutura do laboratório de informática	145
Tabela 6 – Planilha de investimentos da IES	151

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	3
APRESENTAÇÃO	11
1 PERFIL INSTITUCIONAL	13
1.1 Missão	13
1.2 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	13
1.3 Concepção de educação e contextualização	15
1.3.1 Contexto socioeconômico.....	15
1.3.2 O contexto educacional.....	19
1.3.3 A FAPAS Campus II e o ensino superior.....	21
1.4 Objetivos e metas institucionais	23
1.4.1 Metas de desenvolvimento institucional e sua correlação com o plano de ação e cronograma na vigência do PDI.....	24
1.5 Área de atuação acadêmica	27
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	28
2.1 Inserção social e regional	28
2.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas	30
2.3 Organização didático-pedagógica	32
2.3.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas.....	32
2.3.1.1 <i>Perfil do egresso</i>	32
2.3.1.2 <i>Seleção de conteúdos</i>	33
2.3.1.3 <i>Atividades de prática profissional</i>	43
3 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	46
3.1 Políticas de ensino	46
3.1.1 Ensino de graduação.....	46
3.1.1.1 <i>Flexibilização curricular</i>	47
3.1.1.2 <i>Atividades complementares de graduação (ACGs)</i>	50
3.1.1.3 <i>Avaliação do processo de ensino e aprendizagem</i>	52
3.1.1.4 <i>Indissociabilidade entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão</i>	53
3.1.1.5 <i>Modalidade de atividades curriculares</i>	54
3.1.1.6 <i>Monitoria</i>	54
3.1.2 Ensino de pós-graduação.....	55
3.1.2.1 <i>Integração graduação-pós-graduação e educação continuada</i>	56
3.1.3 Educação a distância (EaD – FAPAS Campus II).....	57
3.1.3.1 <i>Diretrizes para a educação a distância</i>	58
3.1.3.2 <i>O professor na modalidade EaD</i>	58
3.1.3.3 <i>Perfil do tutor da FAPAS Campus II</i>	59
3.1.3.4 <i>Recursos e infraestrutura tecnológica e profissional</i>	59
3.1.3.5 <i>Ambiente virtual de aprendizagem (Moodle)</i>	60
3.2 Políticas de pesquisa	61
3.2.1 Ações de iniciação científica.....	62
3.2.2 Princípios da iniciação científica.....	64
3.2.3 Diretrizes da iniciação científica.....	65
3.2.4 Metas da iniciação científica.....	65

3.2.5 Avaliação da iniciação científica.....	66
3.2.6 Linhas de pesquisa dos cursos.....	67
3.2.7 Comitê de ética.....	69
3.3 Política de extensão.....	70
3.3.1 Diretrizes da política de extensão.....	72
3.4 A produção científica resultante do ensino, pesquisa e extensão.....	75
3.4.1 Periódicos eletrônicos.....	76
3.4.2 O professor orientador de projetos.....	76
3.5 Políticas de gestão.....	77
3.5.1 Objetivos específicos para planejamento e gestão institucional.....	78
3.5.2 Metas específicas para planejamento e gestão institucional.....	79
4 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	81
4.1 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.....	84
4.1.1 Ações articuladas entre o curso de Filosofia e a comunidade.....	85
4.2 Núcleos institucionais de atendimento à comunidade interna e externa.....	85
4.3 Convênios com entidades locais.....	86
5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	87
5.1 Comunicação com o público interno.....	88
5.2 Comunicação com o público externo.....	91
5.3 Ouvidoria.....	93
6 ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	94
6.1 Políticas de gestão de pessoas.....	94
6.2 Gestão do corpo docente.....	94
6.2.1 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro.....	95
6.2.2 Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente.....	95
6.3 Gestão do quadro funcional administrativo.....	97
6.3.1 Critérios de seleção e contratação.....	97
6.3.2 Políticas de qualificação e regime de trabalho do quadro funcional administrativo.....	98
7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	99
7.1 Formas de ingresso.....	99
7.2 Programas de apoio financeiro.....	100
7.2.1 Programa universidade para todos (PROUNI).....	100
7.2.2 Bolsas monitoria e iniciação científica.....	100
7.3 Estímulos à permanência.....	100
7.3.1 Programa de apoio psicopedagógico.....	101
7.3.1.1 <i>Serviços prestados.....</i>	<i>103</i>
7.4 Organização estudantil: espaço para participação e convivência estudantil.....	104
7.5 Acompanhamento aos egressos.....	104
7.6 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas ou com deficiência.....	105
7.6.1 Núcleo de acessibilidade e inclusão (NAI) – FAPAS Campus II.....	106
7.6.1.1 <i>Marcos legais, políticos e pedagógicos.....</i>	<i>106</i>
7.6.1.2 <i>Missão do NAI.....</i>	<i>108</i>
7.6.1.3 <i>Objetivo geral do NAI.....</i>	<i>109</i>
7.6.1.4 <i>Objetivos específicos.....</i>	<i>109</i>
7.6.1.5 <i>Principais competências do NAI.....</i>	<i>109</i>

7.6.1.6	<i>Funcionamento do NAI</i>	110
7.6.1.7	<i>Atividades do NAI</i>	110
7.6.1.8	<i>Acessibilidade nas comunicações, pedagógica e atitudinal</i>	111
7.6.1.9	<i>O direito das pessoas com deficiência à educação superior</i>	111
7.7	Direitos humanos	118
7.7.1	Educação, relações étnicos-raciais e meio ambiente	118
8	GESTÃO INSTITUCIONAL	122
8.1	Organização administrativa da FAPAS	122
8.2	Órgãos colegiados: competências e composição	123
8.2.1	Conselho de administração superior (CAS)	123
8.2.2	Conselho de ensino, iniciação científica e extensão (CEPE)	124
8.3	Órgãos de assessoria de apoio da mantenedora – EPEC – para a FAPAS Campus II	125
8.3.1	Supervisão administrativa da mantenedora	125
8.3.2	Serviço social.....	126
8.3.3	Centro de processamento de dados (CPD)	127
8.3.4	Assessoria jurídica.....	127
8.3.5	Assessoria de comunicação	128
8.4	Supervisão administrativa da IES	128
8.5	Coordenação acadêmica	129
8.6	Coordenação de pós-graduação	130
8.7	Coordenação de iniciação científica e extensão	131
8.8	Secretaria geral	131
8.9	Ouvidoria	131
8.10	Pastoral universitária	132
8.11	Setor de vendas	132
9	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	134
9.1	Comissão própria de avaliação (CPA)	134
9.1.1	Atribuições da CPA	135
9.1.2	Composição e mandato da CPA	135
9.1.3	Organização administrativa, funcionamento e reuniões da CPA	136
9.2	O processo de autoavaliação institucional (AI)	136
9.3	Sensibilização e participação da comunidade acadêmica	140
9.4	Instrumento utilizado na coleta de dados	141
9.5	Análise e divulgação dos resultados	142
10	INFRAESTRUTURA FÍSICA	144
10.1	A infraestrutura física da instituição	144
10.2	Instalações acadêmicas e administrativas	144
10.3	Laboratório de informática	145
10.4	Inovações tecnológicas	146
10.5	Biblioteca	147
10.5.1	Acervo da biblioteca.....	148
10.5.2	Infraestrutura física.....	149
10.5.3	Política de expansão e atualização do acervo.....	149
10.5.4	Serviços oferecidos.....	150
11	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA FACULDADE	151

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivo.

O PDI expressa a visão de mundo e o papel da educação em face à conjuntura globalizada e tecnológica. Ao mesmo tempo explicita, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional; na busca da articulação entre o real e o desejável. Este documento foi construído por professores, técnico-administrativos e direção da IES, envolvendo assim vários setores institucionais, visando por em prática a gestão democrática nos trabalhos Institucionais. Dessa forma o documento quer apresentar a realidade vivenciada na Faculdade Palotina e as perspectivas que a atual equipe de trabalho almeja para a Instituição.

A Faculdade Palotina Campus II, denominada FAPAS Campus II, busca um projeto institucional comprometido com o planejamento de suas ações, sistematizado de forma coletiva e respaldada nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, a qual traz no Art. 52 que “as Instituições de Ensino Superior são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, extensão e de domínio; bem como de cultivo do saber humano” (Brasil, 1996).

Dessa forma, apresenta-se o presente PDI, para o período de 2025/2029. Trata-se, pois, de uma ação estratégica desta IES, no que diz respeito à filosofia de trabalho, à missão a qual se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam essas ações; a estrutura organizacional, logística e às atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

Este Plano é pautado e fundamentado na gestão democrática, na autonomia administrativa, didático-científica e de gestão financeira; na defesa do ensino de qualidade, na indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão. Isso tudo interligado ao compromisso social, ao desenvolvimento sustentável, à igualdade de condições de acesso e também à permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios; acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade. Não esquecendo, contudo, da valorização do ser humano, do respeito à liberdade intelectual e de opinião, da ambiência do trabalho acadêmico, da interdisciplinaridade de ações e da busca dos avanços científicos e tecnológicos; comprometidos institucionalmente com a sociedade e sua qualidade de vida.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da FAPAS Campus II traça os caminhos a serem percorridos nos próximos cinco anos, dentro dos princípios estratégicos levantados, aproveitando potencialidades e oportunidades inseridas no ambiente acadêmico, tecnológico e científico.

Estruturado em objetivos, estratégias e ações a serem definidas em áreas pertinentes à competência; bem como o ensino de graduação, pós-graduação lato sensu, as atividades de extensão e iniciação científica; este texto traz também a gestão de recursos humanos, o compromisso social com o corpo discente, o diálogo com a sociedade, a infraestrutura física e logística, a inserção da IES em sua área de atuação e a gestão institucional. Além de abordar o histórico e o perfil da Faculdade Palotina.

Durante a vigência deste PDI será deixado em aberto a possibilidade da oferta de outros cursos de graduação, cursos técnicos a nível pós-médio, tecnológicos de graduação; bem como cursos de pós-graduação stricto sensu, que poderão ser em parcerias com outras Instituições de Ensino Superior.

A FAPAS Campus II ao apresentar seu PDI visa atender às exigências das dez dimensões expressas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). A primeira trata da Missão e do PDI; a segunda da política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a terceira refere-se à responsabilidade social da IES; a quarta, da comunicação com a sociedade; a quinta, das políticas de pessoal - as carreiras do corpo docente e técnico-administrativos; a sexta aborda a organização de gestão da IES; a sétima refere-se à infraestrutura física da IES; a oitava, ao planejamento de avaliação; a nona sobre as políticas de atendimento aos estudantes e a décima menciona a sustentabilidade financeira.

Essas dez dimensões, contudo, estão reorganizadas em cinco eixos que compreendem: o Planejamento e a Avaliação Institucional; o Desenvolvimento Institucional; as Políticas Acadêmicas; as Políticas de Gestão e, por fim, a Infraestrutura. Enfim, levando em conta essas dimensões do SINAES, o presente PDI organiza-se a fim de dar suporte e legitimidade a todas as ações acadêmicas que irão acontecer na vigência deste documento.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Missão

A missão da Faculdade Palotina Campus II é promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, por meio da excelência no ensino, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade.

1.2 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

A FAPAS Campus II é uma instituição educacional voltada para a educação a nível técnico, superior no nível de graduação e pós-graduação, com sede na Avenida Graira, 600, Bairro Recanto Tropical, CEP: 85811-380 – Cascavel/PR. Sua mantenedora é a Entidade Palotina de Educação e Cultura (EPEC). Esta, criada no dia 29 de novembro de 2012, com sede e foro na cidade de Santa Maria/RS, na Rua Pe. Alziro Roggia, 115, Bairro Patronato, Santa Maria/RS; denominada Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter educacional, cultural e científico, fundada pelos membros consagrados da Sociedade Vicente Pallotti (SVP) e inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Santa Maria/RS, sob o nº 5830, fls. 084vº, do livro “A”, n.º 20. A Entidade Palotina de Educação e Cultura já é mantenedora da Faculdade Palotina (FAPAS) credenciada no MEC sob o código 1932, ofertando os cursos de Filosofia, Teologia e Direito, na Rua Pe. Alziro Roggia 115, Bairro Patronato, Santa Maria/RS. Desta forma a FAPAS Campus II é a segunda Mantida da EPEC.

A Entidade Palotina de Educação e Cultura (EPEC) assumiu a função da Sociedade Vicente Pallotti na área educacional e incorporou a FAPAS, tornando-se a sua Mantenedora desde o dia quatro de fevereiro de dois mil e treze (04/02/2013).

Os membros que fundaram a Entidade Palotina de Educação e Cultura (EPEC) são da Sociedade Vicente Pallotti que é uma instituição eclesial, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, constituída como Organização Religiosa (Lei nº 10.825/2003), fundada em 02 de junho de 1909 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 95.602.942/0001-56, com sede e foro na Avenida Nossa Senhora das Dores, 903 – Santa Maria/RS – CEP: 97050-538.

Quanto à atuação na área educacional, a Sociedade Vicente Pallotti sempre priorizou o ensino da Filosofia e da Teologia, em função de sua natureza religiosa. Assim, em 1941, iniciou o Curso Livre de Filosofia e em 1948 o Curso Livre de Teologia, no Seminário de São João do

Polêsine; na época 5º Distrito de Cachoeira do Sul, distante quarenta e cinco quilômetros de Santa Maria.

Em 1999, a entidade reavaliou sua posição e decidiu criar a FAPAS em Santa Maria, buscando assim seu credenciamento oficial junto ao Ministério da Educação; ampliando desta forma sua área de atuação para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Através da Portaria n.º 2.615, de 06 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2001, o MEC credenciou a Faculdade Palotina em Santa Maria como Instituição de Ensino Superior e a mesma foi recredenciada por meio da Portaria n.º 1538 em outubro de 2011. No ano de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria n.º 658 de 12 de julho de 2018 que recredencia novamente a Instituição a atuar no Ensino Superior. Sendo que a Portaria n.º 2.616, de 06 de novembro de 2001, autorizou o funcionamento do primeiro Curso – Licenciatura em Filosofia.

Em 10 de janeiro de 2007 por meio da Portaria n.º 25, publicada no DOU de 11/01/2007, a FAPAS recebeu do MEC o reconhecimento do Curso de Filosofia – Licenciatura – com nota quatro.

A partir da Portaria n.º 2.818, de 06 de setembro de 2004, o MEC autorizou o funcionamento do Curso de Teologia – Bacharelado. A primeira turma do Curso colou grau no segundo semestre de 2008. Em 2009 ocorreu a visita da comissão de reconhecimento, que aprovou o Curso com nota cinco por meio da Portaria n.º 674, de 08 de maio 2009, publicada no DOU no dia 11 de maio de 2009.

No ano de 2006, por intermédio da Portaria n.º 843, de 04 de abril de 2006, o MEC autorizou o funcionamento do Curso de Direito – Bacharelado. A primeira turma colou grau em agosto de 2011 e em junho de 2012 o Curso recebeu a visita dos avaliadores. A Portaria n.º 248, de 31 de maio de 2013, reconheceu o Curso com nota quatro.

O curso de Filosofia renovou seu reconhecimento pela Portaria SERES/MEC número 151, de 21 de junho de 2023. Através da Portaria n.º 386, de 13 de agosto de 2024 os cursos de Direito e Teologia tiveram seu reconhecimento renovados.

No dia 12 de março de 2021, no D.O.U., foi publicada a Portaria n.º 139, de 11 de março de 2021 que credenciou a Faculdade Palotina a atuar na Educação a Distância.

A Faculdade Palotina em Santa Maria iniciou sua oferta dos cursos de Especialização no ano de 2003 com o curso de Ensino Religioso. Posteriormente, foram ofertados vários cursos de Especialização presenciais vinculados aos cursos de graduação ofertados na Instituição.

Esta é um pouco da história da primeira mantida da Entidade Palotina de Educação e Cultura (EPEC), no dia 12 de agosto de 2024 iniciam-se os diálogos para a busca do

credenciamento e da autorização do curso de Filosofia Bacharelado para a segunda mantida da EPEC denominada Faculdade Palotina Campus II, no município de Cascavel/PR. Este PDI é o Plano de Desenvolvimento Institucional desta segunda mantida que terá como base toda a história já construída na Faculdade Palotina de Santa Maria/RS.

1.3 Concepção de educação e contextualização

A FAPAS Campus II é uma instituição ligada à Entidade Palotina de Educação e Cultura (EPEC). Instituição que busca garantir o desenvolvimento de um processo educativo, com base nos princípios do humanismo cristão, profundamente, identificado com a ética e os fundamentos de uma educação libertadora e comprometida com a realidade social da região onde está inserida.

A Faculdade visa ainda desenvolver uma formação em que educadores e educandos atuem como sujeitos participantes do seu processo educativo, a fim de despertar uma consciência crítica para a construção de uma sociedade mais igualitária e socialmente justa.

Deseja-se que professores e estudantes exerçam uma prática fundada em uma educação dialógica, possibilitando o desenvolvimento da análise e reflexão dos fatos que acontecem em sociedade. Dessa forma, acredita-se estar formando cidadãos comprometidos com a transformação da realidade, com uma prática baseada em uma solidariedade fundamentada no humanismo cristão.

Buscar e possibilitar estudos para que os acadêmicos possam compreender uma sociedade cada vez mais multicultural e inserida na comunidade global, a qual está em constante mudança; e com isso viabilizar o entendimento das identidades culturais nas diferenças numa sociedade híbrida, são alguns dos propósitos da Instituição. Enfim, promover uma pedagogia que entenda o sujeito atual cada vez mais globalizado, fragmentado, para compreender a sua linguagem.

1.3.1 Contexto socioeconômico

O município de Cascavel está inserido na Região Oeste do Estado do Paraná, a microrregião de Cascavel pertence à mesorregião Oeste Paranaense. Cascavel conta com uma população estimada de 336.073 habitantes (IBGE, 2021) e representa o 5º município mais populoso do Estado, com uma área total de 2.091.199 km². É relevante salientar que em Cascavel se torna polo como uma abrangência das regionais de saúde e a população de quase 2

milhões de habitantes, além de drenar pacientes de outras regiões do país e do Mercosul, por ser um grande polo de serviços de saúde.

Figura 1 – Localização de Cascavel no mapa do Paraná



Fonte: Wikipédia.

A origem do Município de Cascavel (destacado em vermelho no mapa do estado do Paraná) tem em seu bojo três aspectos fundamentais que influenciaram na ocupação da região oeste do Paraná: o tropeirismo, as obrages e a imigração. O tropeirismo consistiu no transporte até São Paulo do gado comprado no Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina pelos tropeiros. Estas incursões no interior do estado deram origem à “Encruzilhada”. Concomitantemente a esta atividade, que predominou em meados do século XIX, instalaram-se empresas de exploração da madeira e erva-mate, formando pequenos núcleos administrativos. Estas colonizadoras (obrages) prescindem de uma organização social mínima, como transporte via de acesso e comunicação, disponibilidade de hospitais, igrejas e escolas, bem como de uma rede comercial.

Por volta dos anos de 1950, fluxos migratórios vieram compor a população da região, entre elas a cabocla (deslocamento da população de Guarapuava para o Oeste do Paraná), a sulista (deslocamento da população do Sul do país) e a cafeeira (famílias que se deslocaram de várias partes do Brasil em busca de terras para o plantio do café). Este fluxo foi resultado da liberação da mão-de-obra das lavouras de café do Norte do Paraná e da crise da agropecuária do Rio Grande do Sul.

Cascavel alcançou o status de município em 14 de novembro de 1951, por meio da promulgação da Lei Estadual nº 790/51, em que deixou a categoria de distrito administrativo do Município de Foz do Iguaçu. O resultado do Censo demográfico de 1950 mostrou uma população residente de 404 habitantes. Com a exploração econômica da madeira e o plantio do café, o pequeno povoado difundiu-se geograficamente, com um crescimento populacional de 79,77% ao ano. Este crescimento acelerado, aliado às transformações econômicas e tecnológicas presentes nas décadas de 1970 e 1980 e à substituição da extração da madeira pela agricultura como ramo produtivo em conjunto com o acentuado surgimento de indústrias, o comércio e a pecuária, fez o povoado erigir à condição de principal cidade do Oeste do Paraná e uma das cinco maiores do estado.

Cascavel situa-se no Terceiro Planalto do estado, na região oeste paranaense, com uma altitude média de 785 metros. A área rural é composta por 8 distritos administrativos: Sede, Diamante, Espigão Azul, Juvinópolis, Rio do Salto, São João do Oeste, São Salvador e Sede Alvorada. Está a uma distância de 491 km da capital do Estado (Curitiba), de 136 km do município de fronteira com o Paraguai (Foz do Iguaçu) e 585 km do litoral (Paranaguá). As principais rodovias que margeiam a cidade são a BR 277, BR 467, BR 369, BR 163, PR 180 e PR 182. Possui o 4º melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Estado 0,782, sendo o 49º município do Brasil divulgado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano 2010.

O principal setor econômico de Cascavel é o agronegócio, com mais de 4.000 estabelecimentos agropecuários. Ainda há cerca de 14.458 estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços. Por sua localização privilegiada, o município prosperou no comércio e na prestação de serviços, com destaque para o setor atacadista, de saúde, construção civil e de ensino superior. Outros ramos que têm experimentado forte crescimento são os de metalurgia e de confecção.

Figura 2 – Vista próximo ao perímetro urbano do município de Cascavel/PR com os arredores



Fonte: Wikipédia.

Segundo dados do IBGE 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Cascavel é de R\$ 38.368,71, figurando como o 8º do estado. Em 2019, o salário médio mensal era de 2.5 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 38,1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 20 de 399. Já na comparação com cidades do país todo, ficou na posição 482 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 28,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 330 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 4.949 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Em relação à infraestrutura física do município, na área urbana aproximadamente 100% da população possui rede de água e de energia elétrica. O município de Cascavel no ano de 2017 conquistou o 8º lugar no ranking de saneamento básico nacional, de acordo com o Instituto Trata Brasil. Em Cascavel, o abastecimento de água chega a 99,98% da população e 89,57% do esgoto são tratados. Entretanto, os distritos apresentam condições diferenciadas de acesso, variando conforme a localização das comunidades rurais.

1.3.2 O contexto educacional

Com relação à educação, a taxa de escolarização da população de 0 a 14 anos é de 98,1%, as matrículas nas 39 escolas de ensino médio somam 11.956 (IBGE, 2021). Em 2020, a rede pública de educação era composta por 55 centros municipais de Educação Infantil (CMEI), que atendiam crianças de 0 a 5 anos; 64 escolas municipais responsáveis pelo Ensino Fundamental séries iniciais e 54 estabelecimentos de Ensino Médio, destas, 42 escolas estaduais. Em 2017, a rede pública de educação era composta por 51 centros municipais de Educação Infantil (CMEI), que atendiam crianças de 0 a 5 anos; 61 escolas municipais responsáveis pelo Ensino Fundamental séries iniciais e 42 escolas estaduais, que ofertam as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ressalta-se, porém, que Cascavel é considerado um importante polo universitário, com oito Instituições de Ensino Superior, sendo uma pública e sete privadas, com cerca de 21 mil alunos, a maioria da própria cidade e atendendo também os municípios vizinhos, sendo somente duas ofertando o curso de Medicina.

Segundo informações recolhidas junto ao Programa de Prevenção e Combate à Evasão Escolar, considerando o total de encaminhamentos realizados pelas escolas estaduais, através da Ficha Individual de Comunicação de Abandono (FICA), as principais causas de abandono ou evasão escolar em 2012 foram o fracasso escolar (relacionado à distorção idade/ série e reprovação), o uso/tráfico de entorpecentes, gravidez na adolescência e a necessidade de trabalho como fonte de subsistência. A distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do Ensino Fundamental, 6,2% dos alunos estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 13,0% nos anos finais. Entre os que alcançam o Ensino Médio, a defasagem é de 17,2%.

Ressaltam-se ainda os dados educacionais da microrregião de Cascavel: Matrículas em Creche/INEP – 2022: **20.024** alunos; Matrículas em Pré-escola/INEP – 2019: **22.235** alunos; Matrículas em Ensino Fundamental/INEP – 2019: **120.042** alunos; Matrículas no Ensino Médio/INEP – 2019: **34.333** alunos; Matrículas na Educação Profissional/INEP – 2019: **9.807** alunos; Matrículas no Ensino Superior Presencial/INEP – 2019: **37.598** alunos; Matrículas na Educação Superior à Distância/INEP – 2019: **13.512** alunos, totalizando **257.551** alunos na microrregião geográfica de Cascavel que é formada por **18 municípios**. Sendo eles: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná.

O posicionamento geográfico do município transformou a cidade em um grande entroncamento logístico, onde se faz presente e atuante os modais aéreo, rodoviário e ferroviário. Somando-se a grande quantidade de áreas agricultáveis, a cidade de Cascavel, segundo dados aferidos pelo IPARDES, possui aproximadamente 10.619 empresas que geram 99.337 vagas de empregos diretos nos diversos segmentos econômicos. Já a Região Oeste do Estado do Paraná é conhecida pela sua grande produção primária por meio de uma agricultura forte e moderna e pela grandiosidade de suas Cooperativas de transformação.

Em 2014, a Revista Exame classificou a cidade de Cascavel como a 43ª melhor cidade do Brasil, em pesquisa realizada pela Delta & Finance, a partir da análise de dados como finanças, governança, bem-estar, economia, segurança, qualidade de domicílios, saúde, educação digital e geral, consolidando diversos atributos das cidades em um índice que permita mensurar as diversas dimensões do processo de desenvolvimento socioeconômico e de seus habitantes.

Tabela 1 – Dados educacionais da microrregião de Cascavel e do Estado do Paraná

Educação	Fonte	Data	Macro Região	Estado
Matrículas na Creche (alunos)	MEC/INEP	2019	20.024	228.731
Matrículas na Pré-escola (alunos)	MEC/INEP	2019	22.235	274.477
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	MEC/INEP	2019	120.042	1.404.493
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	MEC/INEP	2019	34.333	407.743
Matrículas na Educação Profissional (alunos)	MEC/INEP	2019	9.807	137.213
Matrículas no Ensino Superior Presencial (alunos)	MEC/INEP	2018	37.598	376.694
Matrículas na Educação Superior à Distância (alunos)	MEC/INEP	2018	13.512	165.800
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais (%)	IBGE	2010	-	6,28

Fonte: IPARDES (2022).

Os Indicativos apresentados na Tabela mostram que a grande maioria dos profissionais do Estado do Paraná ainda não teve acesso aos bancos acadêmicos, principalmente se compararmos com o elevado número de alunos matriculados no ensino médio na microrregião de Cascavel, sendo estes potenciais alunos para o ensino superior. Especificamente no âmbito da cidade de Cascavel a Tabela 2 apresenta o número de matrículas ensino médio e educação profissional do município, conforme Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Tabela 2 – Número de matrículas ensino médio e educação profissional do município de Cascavel/PR

Censo/ Ano	Região/ UF	Ensino Médio		Total Ensino Médio
		Ensino médio	Integrado à Educ. Profissional	
2022	Oeste/PR	12.397	5.223	17.620

Fonte: INEP (2022).

As informações presentes na Tabela indicam que no contexto educacional da região oeste do Paraná, o município de Cascavel é responsável por **17.620** matrículas no ensino médio e educação profissional, o que indica que tais alunos poderão a vir ingressar no ensino superior.

A microrregião geográfica de Cascavel é formada por **18 municípios**, sendo eles Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná. Dispondo destes números, informações divulgadas pelo INEP em fevereiro de 2019 apresentam as estatísticas sobre número de matrículas ensino médio e educação profissional da Microrregião de Cascavel, conforme apresenta a Tabela abaixo.

Tabela 3 – Número de matrículas ensino médio e educação profissional da microrregião de Cascavel/PR

Censo/ Ano	Região/ UF	Ensino Médio		Total Ensino Médio
		Ensino médio	Integrado à Educ. Profissional	
2022	Oeste/PR	34.333	9.807	44.140

Fonte: INEP (2022).

O total de matrículas no ensino médio e educação profissional na Microrregião de Cascavel são de **44.140**. Esses dados indicam que existe uma possível demanda de alunos oriundos destas modalidades de ensino para ingresso no ensino superior.

1.3.3 A FAPAS Campus II e o ensino superior

Diante deste cenário econômico e educacional apresentado nos itens 1.3.1 e 1.3.2 a FAPAS Campus II pretende se inserir visto que neste cenário há muita necessidade de formação filosófica e também posteriormente Teológica visto que os Palotinos mantenedores da FAPAS Campus II fazem parte desse processo de fundação dessa região pois em 1954 foram junto com os imigrantes gaúchos para cuidar das questões de formação e espiritualidade, tendo na cidade de Cascavel trabalhos pastorais e de formação, também na cidade de Palotina que faz referência aos Palotinos até no seu nome, na cidade de Verê, na Cidade de Coronel Vivida, Terra Roxa, Itapejara do Oeste. Na perspectiva da Formação em 1970 foi inaugurado o seminário em Palotina e também os Palotinos tem a Rádio Vicente Pallotti em Coronel Vivida.

A experiência da formação Filosófica e Teológica segue junto com os Palotinos nesses trabalhos pastorais, formativos e espirituais, desenvolvidos nas cidades Paranaenses que eles atuam. É a tradição de formação Palotina Filosófica e Teológica, iniciada em Santa Maria RS,

desde os tempos de curso Livre de Filosofia e Teologia iniciados em meados de 1940 e depois credenciados no MEC em meados do ano 2000.

Em Cascavel a FAPAS Campus II quer ser uma instituição que não segue somente um caráter comercial, ou o que determina o mercado, nessa perspectiva não se justifica um curso de Filosofia Bacharelado ou uma nova instituição de ensino superior. Com a FAPAS Campus II Procurar-se-á, criar uma instituição que guarde vínculo com a história da Congregação Palotina e que possa oferecer algo, que de certa forma é tradicional, mas, também, novo no contexto descrito. Ou seja, criar uma Instituição que preserve um profundo caráter de intenso conhecimento, com base humanística, fundada nos princípios do humanismo ocidental cristão. Significa, com isso, oferecer não somente conhecimento científico aprofundado nos campos dos diversos cursos, mas viabilizar aos estudantes um espírito de formação de pessoas identificadas com valores sociais, humanos e culturais; de profundo respeito aos valores fundamentais: justiça, ética, dignidade da pessoa humana, dentre outros.

A Faculdade, como um todo, deverá se constituir num laboratório de humanismo contemporâneo, conservando suas raízes, mas olhando para o homem-mulher contemporâneos. Oferecendo, para isso, uma sólida formação, capaz de formar profissionais aptos no campo de trabalho e, também, pessoas humanas que contribuam para construção de uma ordem social mais justa; respeitando as conquistas sociais e buscando agir para que tal ordem seja construída. Priorizar-se-á uma formação profissional fundamentada num caráter humanístico. O caráter da instituição centra-se nesta unidade, formar pessoas capazes de atuar segundo as necessidades do mercado de trabalho, mas que também tenham sensibilidade para o social e o humano e que possam atuar como agentes sociais de transformação da realidade nacional na medida em que esta não corresponde e não atende aos direitos sociais e humanos mais básicos.

Quanto em agosto de 2024 surge a intenção da criação da Faculdade Palotina Campus II na cidade de Cascavel/PR estes elementos são aprofundados nas discussões e diálogos daqueles que estavam construindo os documentos institucionais. Estes elementos que fazem parte do trabalho dos membros da Mantenedora e já estão consolidados na primeira mantida do ensino Superior: FAPAS Santa Maria/RS farão parte da FAPAS Campus II que também buscará preservar essa identidade. Buscando formar pessoas comprometidas com, valores sociais e humanos capazes de atender com qualidade profissional, mas também com valores humanos tão carentes em tempos de pós-modernidade. Entende ser isto um identificador e um diferencial no atual contexto regional: Formar profissionais competentes nos diversos campos de atuação com atenção às necessidades sociais e respeito aos valores do humanismo, fundamentais para

na pluralidade do atual contexto oferecerem uma resposta que contemple às necessidades do homem-mulher contemporâneos.

Nesta perspectiva, a FAPAS Campus II, na vigência desse PDI, irá fazer parcerias com outras Instituições que também tem essa preocupação com o respeito aos valores do humanismo.

1.4 Objetivos e metas institucionais

A FAPAS Campus II desenvolve suas atividades atenta aos princípios da moral e da fé cristã e procura promover a educação, a ciência e a cultura, a serviço da comunidade, tendo como objetivos:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico em área de ciências humanas, como também do pensamento reflexivo e crítico;
- b) Formar acadêmicos, nas áreas do conhecimento que oferece, tornando-os aptos e capacitados para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, procurando colaborar na sua formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa, investigação social e científica, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento da sociedade, da ciência, da tecnologia e da criação e propagação da cultura e, como consequência, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio do povo e comunicar o saber por meio do ensino em sua forma mais plena, através de publicações em todas as formas de divulgação aceitáveis;
- e) Suscitar, buscar desenvolver e promover o desejo e a vontade de aperfeiçoamento cultural-profissional permanente; bem como possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento e o entendimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais, assim como aqueles de grupos ou reuniões de países, de modo a prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de cooperação e reciprocidade;
- g) Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e das pesquisas e tecnologias geradas na Instituição; e

- h) Fortalecer o reconhecimento da dignidade humana e da cidadania, para uma participação mais ativa e transformadora de todos, proporcionando um bem-estar social.

1.4.1 Metas de desenvolvimento institucional e sua correlação com o plano de ação e cronograma na vigência do PDI

Assim que a instituição for credenciada e o curso de Filosofia Bacharelado for autorizado a Instituição irá contratar os professores e técnicos administrativos que já colaboraram com esse processo de criação da instituição e já formalizaram termo de compromisso para atuar na instituição. Quando todos os setores da instituição estiverem funcionando em pleno atendimento aos acadêmicos matriculados a instituição buscará ofertar outros cursos ligados à identidade da Instituição sendo eles de curta duração, especialização e extensão, o que também poderá se fortalecer através de parcerias com outras instituições de ensino. A Faculdade buscará autorizar o curso de Teologia Bacharelado. Na vigência deste PDI será um tempo de consolidação da Instituição, consolidação do curso de Filosofia Bacharelado e preparação para solicitar a autorização do curso de Teologia Bacharelado. Buscar conhecer a realidade da cidade de Cascavel e região com mais propriedade para oferta de cursos de curta duração na área de formação, especialização primeiramente na área da Filosofia. A fim de estimular ainda mais a produção científica dos acadêmicos e professores, objetiva-se a criação e o fortalecimento de revistas institucionais, eventos internos, bem como a parceria com outras Instituições, através de eventos e cursos. Tendo em vista que as tecnologias podem auxiliar no processo ensino aprendizagem busca-se a frequente atualização da informatização acadêmica. Ou seja, o Laboratório de Informática, os acessos à internet e a pesquisa via sinal wi-fi estarão em constante monitoramento, a fim de que possam facilitar o acesso da comunidade acadêmica ao mundo tecnológico. Manter em pleno funcionamento em cada sala de aula os aparelhos de datashow, criar revista eletrônica do curso; a página institucional; a ouvidoria on-line; a biblioteca on-line, aprimorar a física e disponibilizar a atualização do sistema de comutação bibliográfica são algumas das ações da Faculdade postas em prática constantemente. Assim, como pensar um programa de acompanhamento dos futuros egressos, o agendamento dos recursos de multimídia, os quais se fazem necessários para a aula de forma on-line; além de manter o guia acadêmico sempre atualizado na página institucional, aperfeiçoar, também, os diários de classe on-line e possibilitar que a certificação e a frequência dos eventos seja toda feita de maneira eletrônica são itens que fazem parte do sistema de aperfeiçoamento tecnológico da FAPAS.

Objetivando a inovação tecnológica se faz presente nas metas institucionais a implementação das disciplinas semipresenciais, o que se dará na vigência deste PDI; com auxílio do programa TOTVS S.A., O “RM Educacional”, em consonância com a plataforma Moodle. O curso já contam com a realidade semipresencial, sendo esta uma parte do processo de ensino aprendizagem nas disciplinas da graduação presencial. A perspectiva de melhorias a Instituição almeja a continuidade das salas de aula com mobiliário confortável, boa iluminação, ar-condicionado; a fim de que esse ambiente favoreça ainda mais a construção do conhecimento no momento da aula.

A Faculdade realizará a autoavaliação dos Cursos de Graduação e futuramente Pós-Graduação, como como parte da Autoavaliação Institucional. Para que todos esses elementos sejam valorizados é necessário na validade do PDI implementar políticas e práticas de desenvolvimento integrado das ações de ensino, iniciação científica e extensão; atualizando e aperfeiçoando o projeto pedagógico da Instituição, criar núcleos institucionais, bem como implemntar a política de iniciação científica e de extensão. Tendo presente que as ações extencionistas devem contribuir para o desenvolvimento social. Internamente a Instituição dará suporte para a implementação da assessoria de relações públicas para favorecer a comunicação interna e externa da faculdade, criando também a Pastoral iniversitária, a qual trabalhará para auxiliar na manutenção da identidade institucional, reforçando os núcleos institucionais que irão aproximar a instituição das pessoas que constituem a área de atuação acadêmica da Faculdade; fortalecendo assim a atuação dos acadêmicos e professores com as pessoas que vivem no entorno da Instituição.

Com o objetivo de facilitar esse processo acima mencionado, a Faculdade buscará articular as áreas temáticas da IES com as linhas do curso e adequar o regimento interno da Faculdade. Para a concretização dessas metas e ações, contudo, se faz necessário algumas estratégias administrativas na validade do PDI, tais como: Iniciar o desenvolvimento de ações para constituição de uma modelo palotino de gestão acadêmico administrativa; acompanhar o desempenho econômico-financeiro social e também da área de atuação da faculdade; interagir e mensurar a satisfação dos acadêmicos e da comunidade em relação aos serviços prestados próprios e terceirizados; garantir os recursos para a autoavaliação institucional; manter e conservar o recurso patrimonial e material; desenvolver ações para implantar a política qualificada de marketing, negócios e comunicação institucional; disponibilizar sistemas informatizado de trabalho e capacitar e desenvolver as potencialidades humanas.

O Planejamento e a Gestão Institucional resultam de um processo interno de desenvolvimento, articulados com os resultados dos processos de avaliação interna e externa, o

qual parte da reflexão e assimilação de estratégias voltadas para a viabilização das capacidades e competências necessárias para a implementação de uma Gestão; cujos principais aspectos envolvidos são: priorização das ações da FAPAS Campus II em seu quadro de alunos e comunidade, desenvolvimento sustentável com a compatibilização de receitas e despesas. Todo custo e/ou investimento poderá ser assumido a partir do momento em que houver disponibilidade de recursos para tal ou a potencialidade de auto-sustentação, viabilização técnica e operacional. Buscando-se, assim, alternativas mercadológicas para manutenção do ponto de equilíbrio e crescimento patrimonial/financeiro, para viabilização de novas iniciativas e investimentos da FAPAS Campus II; bem como ações e realizações da Faculdade que somente serão desenvolvidas dentro de padrões rigorosos de excelência acadêmica e gestão administrativa. As ações deverão ser planejadas, de caráter global, a médio e longo prazo e necessitam prever o macro objetivo, suas estratégias, características, cronograma e possibilidades/condições de viabilização. Estabelecendo ainda o elenco de metas e suas prioridades, para todas as áreas de atuação da FAPAS Campus II, inovação, competência, criatividade, compromisso, ética nas relações, profissionalismo e desenvolvimento contínuo; componentes indispensáveis e constantes à consciência profissional desenvolvida pela

Instituição, com foco no desempenho e nos resultados. Enfim, o cumprimento dos objetivos, metas e ações estratégicas traçadas são fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento da FAPAS Campus II.

Quadro 1 – Demonstrativo da qualificação das metas para o período de 2025 a 2029

Metas	2025	2026	2027	2028	2029
Estudar e Projetar a Autorização de Novos Cursos de Graduação		X	X	X	X
Buscar a Autorização para o funcionamento do curso de Teologia – Bacharelado			X	X	X
Qualificar Titulação Docente e Regime de trabalho		X	X	X	X
Promover Eventos Internos e com Outras IES		X	X	X	X
Incentivar Docentes e Alunos para a Produção Científica	X	X	X	X	X
Investir na Formação do Pessoal Técnico-administrativo	X	X	X	X	X
Criar as Revista Institucionais	X	X	X	X	X
Atualizar de Maneira Permanente o Laboratório de Informática	X	X	X	X	X
Atualizar a Informatização Acadêmica	X	X	X	X	X
Implementar Cursos de Especialização <i>Lato Sensu</i>		X	X	X	X
Implantar a Autoavaliação na Instituição	X	X	X	X	X
Implantar a Autoavaliação dos Cursos	X	X	X	X	X
Potencializar o acesso à Internet para professores e estudantes	X	X	X	X	X
Atualizar Sistema de Comutação Bibliográfica (COMUT)	X	X	X	X	X
Implantar a Assessoria de Relações Públicas	X	X	X	X	X
Implantar a Ouvidoria	X	X	X	X	X
Implantar a Pastoral Universitária	X	X	X	X	X
Implantar o Regimento Interno	X	X	X	X	X

(Continua)

Quadro 2 – Demonstrativo da qualificação das metas para o período de 2025 a 2029

Metas	2025	2026	2027	2028	2029
Implantar Políticas e Práticas de Desenvolvimento Integrado das Ações de Ensino, Iniciação Científica e Extensão	X	X	X	X	X
Por em prática e manter atualizado o Projeto Político Pedagógico da Instituição	X	X	X	X	X
Implantar os Núcleos Institucionais	X	X	X	X	X
Implantar a Política de Iniciação Científica	X	X	X	X	X
Implantar Programas de Capacitação de Docentes e Funcionários	X	X	X	X	X
Articular Áreas temáticas da IES com as Linhas dos Cursos	X	X	X	X	X
Implantar a Política de Extensão	X	X	X	X	X
Realizar Ações Extensionistas que Contribuam para o Desenvolvimento Social	X	X	X	X	X
Implantar Disciplinas e Ações Semipresenciais	X	X	X	X	X
Atualização Permanente da Biblioteca	X	X	X	X	X
Buscar a autorização do curso de Teologia Bacharelado		X	X	X	X
Ofertar Cursos de Curta Duração e extensão		X	X	X	X
Buscar a efetivação da Internacionalização da Faculdade			X	X	X

Fonte: Institucional.

1.5 Área de atuação acadêmica

A FAPAS Campus II tem sua área de atuação acadêmica centralizada no município de Cascavel PR e seu entorno regional no que tange o ensino presencial de graduação e Pós-Graduação. Em relação à extensão sua atuação vai ao encontro das necessidades e demandas da área de atuação da mantenedora e das necessidades que as Instituições conveniadas com a Faculdade apresentarem e estas podem ir além do entorno regional da Faculdade.

Desse modo, tem-se, então, que a prioridade não é aquilo que determina o mercado, apesar de a Instituição não desconhecer suas demandas, mas o comprometimento com a qualidade intelectual a ser oferecida aos alunos; com a qualidade de produção filosófica, científica, social e, principalmente, com o atendimento às expectativas da comunidade. Formando, assim, profissionais competentes e aptos a encontrar soluções para os problemas locais, regionais e nacionais.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Este capítulo pretende apresentar o Projeto Pedagógico da Instituição, seus princípios metodológicos, a organização didático-pedagógica, políticas de ensino, políticas de iniciação científica, comitê de ética, políticas de extensão, pós-graduação e políticas de gestão, estes elementos também estarão em sintonia com o PPC do curso de Graduação e demais atividades que a Instituição promover envolvendo a construção do conhecimento.

2.1 Inserção social e regional

A Faculdade Palotina Campus II é mantida pelos religiosos da União do Apostolado Católico, palotinos, que na região estão atuando desde a década de cinquenta, há uma profunda vinculação com a história da imigração e o desenvolvimento social da área do em torno da FAPAS Campus II. Há uma profunda identificação dos membros da mantenedora com a cultura regional e com a história do desenvolvimento desta área, através de uma atuação no campo da formação. Os Palotinos em 1954 foram junto com os imigrantes gaúchos para cuidar das questões de formação e espiritualidade, tendo na cidade de Cascavel trabalhos pastorais e de formação, também na cidade de Palotina que faz referência aos Palotinos até no seu nome, na cidade de Verê, na Cidade de Coronel Vivida, Terra Roxa, Itapejara do Oeste. Na perspectiva da Formação em 1970 foi inaugurado o seminário em Palotina e também os Palotinos tem a Rádio Vicente Pallotti em Coronel Vivida. Percebe-se ai que a inserção social e regional já acontece a 70 anos no Estado do Paraná nesta região.

A Instituição visa oferecer cursos com uma identidade a partir de sua visão humanística, possibilitando aos formandos um conhecimento em geral qualitativo e que contribua para a compreensão do contexto regional.

A FAPAS Campus II entende que possui elementos os quais não sejam exclusivos, são bem próprios e lhe conferem identidade e caráter próprio em seu campo de atuação. Para tanto, ao criar os cursos buscou tanto interesses de formação religiosa como sociais, mas favoráveis à região. Destacam-se, assim, a busca pela autorização do curso de Filosofia e posteriormente irá buscar autorizar a Teologia, os quais atendem a formação de seminaristas das dioceses da região e das dioceses circunvizinhas, assim como cidadãos leigos sem vinculação religiosa que irão buscar uma formação a partir de uma visão humanística. A idéia é favorecer a cultura de um ambiente fraterno e carismático, algo muito prezado e estimulado pela Direção e pela

mantenedora. A FAPAS Campus II irá buscar credenciamento para ofertar as bolsas PROUNI a fim de possibilitar a presença daqueles que dispõem de menos condições sociais.

A Instituição também pretende contribuir com significativa presença em cursos para formação de agentes pastorais e políticos, tanto em âmbito local quanto regional. Ou seja, a FAPAS Campus II terá participação sistemática em cursos de formação de agentes pastorais, em diversas dioceses do Estado, por meio dos cursos. Sem contar, com a participação ativa dos professores nos cursos de formação de agentes políticos e sociais, em atividades tanto arquidiocesanas como regionais.

Vale destacar que os professores da Instituição serão chamados para ministrar palestras, conferências e cursos de formação para agentes pastorais como para encontros regionais de formação de professores e outros. Durante estes encontros o caráter humanístico da atuação e da identidade institucional serão constantemente abordados.

Os eventos, tanto semanas acadêmicas, estágios curriculares, seminários, congressos e extensão terão esse caráter formativo e humanístico. Enfatiza-se, aqui, o fato de a Instituição irá buscar fazer convênios com outros órgãos do Município, empresas particulares.

A FAPAS Campus II não tem caráter empresarial e não tem entre os seus objetivos fins lucrativos ou ganhos econômicos. Embora não tenha reconhecimento como instituição comunitária, se enquadra nessas características. Ela irá manter-se a partir de receitas próprias, contando sempre que necessitar com o apoio logístico e estrutural da mantenedora em que está inserida. Isso, contudo, lhe possibilita atender algo muito precioso que é: ter um objetivo social, cultural e primar pela formação de profissionais conscientes e inseridos no contexto em que irão atuar.

A Instituição entende que deve priorizar uma formação em que se defendam, sobretudo, os valores éticos. Levando-se em conta o atual contexto nacional, tanto histórico quanto contemporâneo em que estes valores, nos diversos campos de trabalho são relegados ao plano secundário ou são inexistentes; busca-se um desenvolvimento de formação o qual privilegie valores de justiça social, respeito à dignidade da pessoa e às instituições sociais. Sobrepondo-se, assim, os interesses coletivos aos individuais. A cidadania é vista como ponto central no desenvolvimento das atividades, acadêmicas.

Há ainda um grande estímulo feito pela Direção e demais instâncias acadêmicas para que os estudantes participem das diferentes atividades tanto de ensino, ou conselhos ou até mesmo de extensão, como elementos complementares da formação.

2.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas

A FAPAS Campus II entende que a escolha da metodologia pedagógica (métodos, técnicas e recursos), deve refletir os objetivos de ensinar e aprender, bem como aos conteúdos a serem desenvolvidos com os alunos. Devendo tal processo ser avaliado de forma contínua e dinamicamente. É preciso examinar os conhecimentos prévios e os pré-requisitos acumulados para a aprendizagem dos conteúdos e, também, o perfil da turma; pois uma metodologia pode trazer resultados satisfatórios para determinado grupo, mas se mostrar inadequada para outro. É importante, ainda, definir o espaço e o tempo disponível, considerando que o imprevisto pode ocorrer, desequilibrando o planejamento.

No caso da aprendizagem, a Instituição considera importante que seja possibilitada aos alunos, de forma gradual, a:

- a) Assimilação de conhecimentos;
- b) Apropriação desses conhecimentos através da prática de exercícios;
- c) Transposição dos conhecimentos para situações-problema; e
- d) Criação de novas visões e interpretações para problemas reais.

Para alcançar a ‘assimilação de conhecimentos’, o método expositivo mostra-se bastante apropriado, podendo ser aplicado através de técnicas de exposição oral, demonstração, apresentação de filmes, conferências, etc.

Para a ‘apropriação dos conhecimentos’ o aluno deverá reproduzir os conteúdos e metodologias aprendidas, através da prática de exercícios. Este expediente faz com que se desenvolvam habilidades, integrando conhecimentos ao acadêmico, tornando o aluno o elemento central do processo, independente do professor.

Para a ‘transposição dos conhecimentos’ o professor deve utilizar métodos de solução de problemas determinados, criando situações-problema a serem equacionadas através da experiência adquirida nas duas primeiras etapas do processo. É o exercício prático, o laboratório, a experimentação, que exige cada vez mais equipamentos sofisticados e versáteis para reprodução das tecnologias em constante desenvolvimento.

Para a ‘criação de novas visões e interpretações dos problemas reais’, devem ser propostas aos alunos situações-problema, cuja solução exija um nível de conhecimento pouco acima do que lhe foi passado, forçando-os a criar e correlacionar conhecimentos que, associados aos já adquiridos, permitirão desenvolver soluções novas para problemas novos.

Os métodos para alcançar e aferir estas propostas devem ser aplicados através de técnicas como: exposição individual, grupal, simpósios, conferências, dinâmicas para produção de novas ideias, demonstrações, estudos de casos, jogos e simulações e estudo através de texto. Desde que tudo aconteça dentro de uma prática docente crítica, com conteúdos contextualizados, comprometidos com o processo de ensinar e aprender com a competência científico-tecnológica, com o exercício profissional e com objetivos ético- políticos. Fica como sugestão a utilização da prática de monitoria e estágios para oportunizar aos alunos condições de enriquecimento e promoção da melhoria da sua aprendizagem.

A busca da interdisciplinaridade deve propiciar a superação da linearidade, da fragmentação e da artificialidade que podem impregnar o ensino baseado em paradigmas estritamente positivistas. Assim, a interdisciplinaridade deverá ser elaborada e operacionalizada a partir de reuniões dos professores responsáveis pelas disciplinas, reuniões dos coordenadores de curso com os professores, reuniões dos colegiados dos cursos; bem como reuniões dos Núcleos Docentes Estruturantes, e da Coordenação Acadêmica com os coordenadores de Curso e professores, a fim de discutir a opção institucional, implicando na concepção de trabalhos conjuntos entre as disciplinas.

A FAPAS Campus II propõe, através do seu Projeto Pedagógico, uma educação que deve valorizar a descoberta e a prática consciente de novas formas de pensar e compreender o mundo, permitindo a passagem para um estado de conhecimento maior e mais complexo, com percepção das conexões e do significado do contexto.

A prática docente orienta-se pelos seguintes princípios metodológicos:

- a) O professor deve estar aberto à comunicação, à troca, à reflexão, aos desafios. O aluno é visto como um ser indiviso, que constrói conhecimento, usando não apenas a razão, mas a intuição, as sensações e as emoções. Educar, então, significa respeitar o conjunto de inteligências que cooperam harmoniosamente entre si;
- b) A educação deve ajudar o aluno a conhecer sua natureza, percebendo seus talentos, qualidades, carências e emoções, visando orientá-lo de forma construtiva em direção ao bem comum. Esta concepção implica na revisão de valores, que envolvem melhorias na qualidade dos relacionamentos, levando à justiça social, solidariedade e fraternidade;
- c) O ambiente deve estar propício às aprendizagens, valorizando o resgate do ser humano e a busca de novas formas de pensar, de compreender o mundo e de valorizar as questões ético-pedagógicas;
- d) A pessoa constrói seu próprio conhecimento, na interação que faz com o mundo. Com os outros, organiza sua própria experiência e aprende de um jeito que lhe é original e

específico. Por isso, a ênfase da aprendizagem deve ser mais na perspectiva da construção do conhecimento e não na simples transmissão de informações;

- e) A pessoa deve aprender a aprender, por isso é necessário que haja uma reorganização das estruturas da mente. Para tanto, é preciso criar perturbações, desequilíbrios (situações-problemas), que a levem ao esforço de auto-organização, de reequilíbrio, de incorporação de algo em suas estruturas e de uma nova organização;
- f) O ensino deve estar voltado à investigação, fazendo com que o aluno domine diferentes formas de acesso à informação, avalie, tomando consciência e sabendo decidir. As metodologias devem desenvolver habilidades para a aquisição de competências, com vistas à sua autonomia; e
- g) À educação cabe fornecer os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele. Para assim proceder, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo, para cada pessoa, os pilares do conhecimento, segundo o Relatório Dellors¹: ‘aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver’.

2.3 Organização didático-pedagógica

2.3.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

Estabelece critérios gerais para a definição do perfil do egresso da Instituição e a seleção de conteúdos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos.

2.3.1.1 Perfil do egresso

A educação que a FAPAS Campus II se propõe a praticar em seus cursos visa formar cidadãos numa perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar:

- a) Com conhecimento necessário para trabalhar, tanto individualmente como em equipe;
- b) Com elevada consciência política e social;
- c) Com conhecimento dos problemas locais, regionais e nacionais;

¹ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1996.

- d) Com entendimento técnico para liderar projetos, tanto no setor público como no privado;
- e
- e) Com sensibilidade para os problemas da humanidade, do ponto de vista ético e moral, orientado para a construção de um mundo socialmente digno.

A FAPAS Campus II propõe-se o desafio da formação de profissionais competentes e capazes de sobressair-se diante dos diversos desafios políticos, sociais, culturais ou econômicos.

Assim, o perfil do profissional deverá adequar-se às necessidades do mercado de trabalho, enfatizando as questões éticas, sendo crítico, capaz de contribuir para a transformação da sociedade, voltado para o mercado de trabalho, aliando a competência profissional à competência humana e espiritual para o exercício consciente da cidadania. Ou seja, quer preparar profissionais capacitados para competir no mercado moderno, com responsabilidade, respeito e senso crítico, voltado para o crescimento do ser humano, dentro dos princípios sociais, éticos, solidários e justos.

2.3.1.2 Seleção de conteúdos

A definição dos conteúdos a serem desenvolvidos no curso parte de premissa teórica segundo a qual a elaboração curricular leva em conta a análise da realidade a ser atingida com referenciais específicos tais como:

- a) Sócio-antropológico: considera os diferentes aspectos da realidade em que o currículo será aplicado;
- b) Psicológico: refere-se ao desenvolvimento cognitivo do aluno;
- c) Epistemológico: considera a característica própria das áreas do saber tratadas pelo currículo; e
- d) Pedagógico: considera o conhecimento gerado na sala de aula e em experiências prévias.

O processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O aluno deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, entre outras.

Ao selecionar os conteúdos, o professor trabalha conforme sua visão de mundo, sua prática e sua representação social. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo e, para tanto, em suas disciplinas, os Colegiados de Cursos e os docentes irão:

- a) Tomar como referência a prática profissional;
- b) Analisar criticamente as formas de seleção, organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado, no processo de ensino;
- c) Identificar a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- d) Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos orientadores do processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida; e
- e) Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Assim, o planejamento de conteúdos, dos planos de ensino de disciplinas e atividades complementares responde a uma estratégia de debates colegiados e formação continuada inerente à proposta humanístico-social, que garantem o aspecto ético na formação dos alunos.

Dentro desta perspectiva, a IES oferece a disciplina de Identidade e Missão Palotina, visando fortalecer a discussão dos pressupostos que originam a missão da mantenedora, nos acompanham e nos projetarão para o futuro.

As atividades didático-pedagógicas que respondem à formação técnico-profissional, na medida do possível, devem ser oferecidas através de atividades interdisciplinares, garantindo uma formação técnica qualificada e com responsabilidade social.

Como estratégia de garantia a implementação de conteúdos interdisciplinares a vivência acadêmica acontece através de fomento à atualização de conteúdos oriundos da dinâmica social, gerenciando as interlocuções com a matriz curricular, as vivências acadêmicas e as demandas sociais, fomentando atividades diversas que garantam ações afirmativas internas e vivências externas diante das demandas apresentadas pela sociedade.

Nesse sentido o curso de graduação através da coordenação, NDE e Colegiado estão atentos ao que preconiza a legislação vigente em relação à seleção e elaboração dos currículos. Sendo assim apresentamos logo abaixo como o curso se organiza.

Curso de Filosofia

Concepção

O Curso de Filosofia da FAPAS, campus II em Cascavel, tem por concepção a formação de pesquisadores na área da Filosofia, que estejam aptos e capacitados para compreender e transmitir os conteúdos e os métodos próprios da atividade filosófica, de modo reflexivo e crítico; implicando em uma atuação ética e transformadora junto à sociedade.

Finalidades

O Curso de Bacharelado em Filosofia, proposto, busca formar pesquisadores com sólida formação teórica e prática, atendendo às necessidades atuais da academia, por meio de um currículo que privilegie a pesquisa, a interdisciplinaridade, o uso de recursos tecnológicos e a conexão entre a teoria e a aplicação prática do conhecimento.

Objetivos

O Curso de Bacharelado em Filosofia apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Formar pesquisadores na área de Filosofia, na perspectiva da ética e autonomia do pensar crítico-reflexivo e na construção da cidadania, oferecendo condições para a pesquisa filosófica, a partir de uma análise crítico-investigativa dos conceitos, temas e problemas da tradição filosófica.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Curso de Filosofia são:

- Formar pesquisadores capazes de compreender de forma profunda os problemas filosóficos e seus desdobramentos na tradição filosófica;
- Oportunizar o exercício da análise e da reflexão mediante o estudo e a pesquisa dos textos filosóficos;
- Fomentar a pesquisa filosófica e a expansão dos conhecimentos na área;
- Promover junto aos acadêmicos a propagação de uma educação humanizadora, voltada ao resgate da dignidade e autonomia ético-reflexiva da pessoa humana em sua integralidade;

- Desenvolver a consciência da dimensão humana por meio de uma formação integral, visando desenvolver a espiritualidade e o bem viver;
- Formar profissionais aptos a refletir filosoficamente sobre a realidade e motivados na vivência da ética e da inclusão;
- Formar profissionais conscientes da necessidade de formação permanente, por meio do engajamento na pesquisa filosófica e do desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender;
- Promover a investigação, mediante o processo educativo, dos elementos didáticos-metodológicos da pesquisa em Filosofia;
- Formar profissionais aptos a atuarem nas diferentes dimensões da sociedade, em empresas, ONGs e instituições filantrópicas, contribuindo para desenvolver uma consciência humanizadora em tais espaços de atuação; e
- Buscar “reavivar a fé e reacender a caridade”, tendo como inspiração o carisma e o testemunho de São Vicente Pallotti em função do reino messiânico anunciado por Jesus que se identifica com uma sociedade justa e fraterna, pautada pela responsabilidade econômica, social, ambiental.

Buscar-se-á alcançar esses objetivos mediante a orientação metodológico-didática, favorecendo, assim, o crescimento das faculdades cognitivas e humanas dos estudantes; capacitando-os a desenvolver adequadamente o processo de filosofar.

Perfil do Curso

O Curso tem como perfil a missão da Faculdade Palotina de buscar promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, por meio da excelência no ensino, pesquisa e extensão e através da sua atuação na sociedade. Para isso, o curso de Bacharelado em Filosofia busca formar pesquisadores comprometidos em atuar na sociedade de forma responsável e ética.

Perfil do Egresso

O Curso de Bacharelado em Filosofia prevê o desenvolvimento do seguinte perfil específico:

- Profissional qualificado, com base teórica e prática fundamentais para atuação competente;
- Criativo e capaz de promover a paz e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais;

- Atento às mudanças sociais e preparado para atuar em diferentes esferas na sociedade;
- Crítico, conhecedor das teorias filosóficas e da tradição filosófica, comprometido em estudar de forma aprofundada os textos filosóficos e seus respectivos problemas;
- Comprometido com a construção de uma sociedade socialmente justa, plural e inclusiva, fundada no respeito e na valorização da diversidade;
- Capacitado a seguir os estudos por meio da pesquisa e do ingresso em cursos de pós-graduação;
- Sensível para a importância de uma educação humanizadora, que está inserida numa proposta realista de que é preciso sempre estar aberto para dialogar com aqueles que pensam diferente;
- Reflexivo e com pensamento crítico, criativo e inovador para atuar na pesquisa em Filosofia e enfrentar os desafios da profissão;
- Resiliente para lidar adequadamente com os conflitos presentes no mercado de trabalho, prezando pela autonomia e heteronomia em sua atuação; e
- Espiritualizado, na medida em que propõe uma reflexão que recupere a dimensão metafísica na sociedade contemporânea e interroga-se sobre o fundamento último da existência e a busca da verdade, como possibilidade de descoberta do Transcendente.

Habilidades

Ao longo do itinerário formativo buscar-se-á desenvolver nos estudantes as habilidades:

- Identificação e compreensão das principais linhas do pensamento filosófico: seus principais problemas, métodos e soluções;
- Análise e problematização filosófica da realidade cultural;
- Perspicácia para exercer a pesquisa e/ou assessoria como sujeito ético e promotor do resgate da dignidade humana, na perspectiva de uma ação contínua de propagação da autonomia do pensar;
- Visão interdisciplinar e transdisciplinar da Filosofia para contribuir com o debate em sociedade;
- Planejamento e organização para exercer a pesquisa em Filosofia;
- Utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para a pesquisa em Filosofia;
- Análise e a reflexão mediante o estudo e a pesquisa dos textos filosóficos;

- Adaptação e proatividade para enfrentar os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de pesquisar; e
- Articulação na pesquisa em Filosofia a partir da tradição filosófica.

Competências

Parte-se da compreensão de que competência é a “[...] capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho [...]” (Resolução CNE nº 3/2002)

Considerando o exposto, apresentam-se a seguir as competências a serem desenvolvidas ao longo do itinerário formativo, estando organizadas em competências gerais, esperadas de todos os egressos em Filosofia da FAPAS, as competências específicas do curso de Filosofia-bacharelado:

- Capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento;
- Capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;
- Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
- Percepção da integração necessária entre a Filosofia e a produção científica, artística; bem como com o agir pessoal e político;
- Capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- Capacidade de leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira; e
- Competência na utilização da informática.

Administração Acadêmica do Curso

A Coordenação de Curso é exercida pelo Coordenador. Conforme prescreve o Regimento Geral da Faculdade, o Curso possui o seu Colegiado de Curso, o qual constitui a unidade de coordenação didática do mesmo, formada por representação de docentes - que atuam no curso - e por uma representação discente. Sendo então, assim constituído:

- a) 3 (três) representantes dos professores que ministram disciplinas no Curso;
- b) 1 (um) representante discente, indicado pelo Diretório Acadêmico, na forma determinada por esse; e
- c) a critério do Colegiado do Curso admite-se a participação da sociedade civil, através de representantes das entidades profissionais afins, na condição de convidados e sem direito a voto.

O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador. Vagando o cargo de Coordenador do Curso, o Diretor Geral da Faculdade nomeará um dos professores do Colegiado para responder, temporariamente, pela Coordenação, até que sejam efetuadas novas eleições.

O curso de Filosofia possui NDE, o qual possui a atribuição consultiva, propositiva e avaliativa sobre matéria de natureza acadêmica do curso de Filosofia; responsável pela criação, implementação e consolidação das atividades pedagógicas do curso. Órgão este que é assim constituído: Coordenador do Curso que preside e mais 4 docentes atuantes no curso.

O apoio técnico administrativo é oferecido por um setor específico da Secretaria Geral que está estruturado exclusivamente para este tipo de atividade.

Forma de Ingresso do Curso

Na Faculdade Palotina, as formas de acesso ao Curso de Filosofia são:

- a) Processo Seletivo aberto em Edital Público: para Cursos e Habilitações oferecidas com as respectivas vagas, prazos, documentação exigida, relação e forma das provas, critérios de classificação e demais informações. O processo seletivo para o ingresso no Cursos de Filosofia é planejado e aplicado por uma Comissão de Vestibular;
- b) Portador de Diploma: o candidato poderá ser selecionado mediante a apresentação de diploma de nível superior válido em território nacional podendo solicitar a compensação de disciplinas;
- c) Edital de Vagas: para ingresso não ocorrendo o preenchimento de todas as vagas do Processo Seletivo, abrir-se-á o Edital de Vagas, publicado nos jornais de circulação da região. Para ingresso pelo Edital de Vagas, a Faculdade determinará os critérios que poderão ser usados para o aluno concorrer à seleção; e
- d) Aluno não regular: é o aluno portador de diploma de Curso Superior reconhecido, ou regularmente matriculado em Instituição de Ensino Superior, que poderá requerer matrícula em componente curricular no Curso de Filosofia.

Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

Sendo a Educação alicerçada na tríade ensino/iniciação científica/extensão, definível, por natureza, como um processo contínuo, a Autoavaliação Institucional é desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Palotina que se constitui na aplicação de instrumentos avaliativos; bem como na análise desses resultados, na divulgação e no contínuo aprimoramento da metodologia desses instrumentos. Caracterizando, assim, um processo imprescindível de mensuração da qualidade educacional que zela, permanentemente, pela eficácia das ações e desenvolvimento da Instituição.

A sistemática de avaliação do projeto de Curso de Filosofia se insere no processo de Autoavaliação desenvolvida pela Faculdade Palotina (FAPAS) compreendendo, em sua dimensão formativa, as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como pelas modalidades avaliativas do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES), além das demais legislações pertinentes.

Além dessas modalidades avaliativas, a Faculdade Palotina mantém semestralmente o processo da Avaliação do Desempenho Docente que visa, especificamente, a avaliação das práticas de ensino docente. Essa avaliação é uma ferramenta que permite ao aluno avaliar seus professores participando, desta forma, ativamente no crescimento qualitativo da Instituição e na maior democratização das relações sociais do curso. A Instituição preconiza a adoção de um sistema avaliativo com objetivo construtivo, sem pretender ter um caráter punitivo, o qual está centrado no modelo ativo de aprendizagem, com implicações éticas e de compromisso social.

A Autoavaliação da Faculdade Palotina apoia-se nos seguintes objetivos: produzir conhecimentos sobre a realidade das ações desenvolvidas na Instituição; refletir sobre os sentidos do conjunto de atividades cumpridas pela Instituição; identificar as causas das possíveis fragilidades e deficiências; potencializar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos setores da Instituição; identificar as relações e ações da Instituição com a comunidade; fortalecer a relevância científica e social de suas atividades e produtos; informar à comunidade acadêmica sobre a análise dos dados obtidos mediante a Auto-Avaliação Institucional.

Tanto o processo de Autoavaliação Institucional quanto o sistema da Avaliação do Desempenho Docente desenvolvidos, concomitantemente, são geridos e coordenados pela CPA da Instituição, de forma permanente e pressupõem um acompanhamento da vida acadêmica,

analisando simultaneamente as suas diversas esferas de atuação: Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, em todas as suas instâncias.

A Instituição propõe, também, um programa de acompanhamento de egressos visando à contínua avaliação da Instituição, através do desempenho profissional dos ex-alunos, como um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à Instituição que apenas o graduado está em condições de oferecer; já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação. Os objetivos são avaliar o desempenho da Instituição, através do acompanhamento profissional dos ex-alunos.

Constituição

O conjunto de disciplinas do currículo do Curso de Bacharelado em Filosofia da FAPAS é constituído por módulos. Cada um desses módulos deverá ser trabalhado num semestre letivo e neles se encontram disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e as ações extensionistas. Teremos no curso 90h de disciplinas optativas. 260h para projetos integradores onde os acadêmicos e professores realizarão as ações extensionistas, fundamentadas por pesquisas e projetos. 100h estão destinadas para Atividades Complementares de Graduação (ACG). Teremos então 1965h destinadas às disciplinas do núcleo sistemático do curso de Filosofia Bacharelado. Sendo assim o curso contará com 2.415h, que serão cursadas pelos acadêmicos no mínimo em três anos ou seis semestres.

Currículo Pleno Proposto

Disciplinas	C.H.
MÓDULO I: FORMATIVO BÁSICO	
Metodologia de Pesquisa	75h
Lógica	75h
Filosofia da Educação	75h
Introdução à Filosofia	75h
História da Filosofia Antiga	75h
Português	75h
MÓDULO II: PESQUISA, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO	
Estudos Dirigidos em Filosofia I: Ontologia e Metafísica	75h
Projeto Integrador I: Pesquisa, Diversidade e Educação	65h
Optativa I	30h
História da Filosofia Medieval	75h
Inglês Instrumental I	30h
Fundamentos Sociológicos e Cultura Afro-brasileira e Indígena	45h
Introdução à Psicologia	45h
MÓDULO III: ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	
Estudos Dirigidos em Filosofia II: Epistemologia	75h

História da Filosofia Moderna	75h
Filosofia da Ciência	75h
Projeto Integrador II: Ética, Cidadania e Direitos Humanos	65h
Teoria do Conhecimento	75h
Identidade e Missão Palotina	30h
MÓDULO IV: CULTURA E SOCIEDADE	
Antropologia Filosófica	75h
História da Filosofia Contemporânea	75h
Projeto Integrador III: Cultura e Sociedade	65h
Filosofia da Linguagem	75h
Filosofia da Religião	75h
Filosofia da História	45h
Optativa II	30h
MÓDULO V: FORMATIVO INTERMEDIÁRIO	
Ética Aplicada a Temas de Bioética	75h
Filosofia Política e Social	75h
Pesquisa em Filosofia I: Ética e Filosofia Política	75h
TCC I	45h
Estética	75h
Projeto Integrador IV: Pesquisa e Epistemologia	65h
MÓDULO VI: FORMATIVO AVANÇADO	
Filosofia da Mente	75h
Pesquisa em Filosofia II: Fenomenologia e Hermenêutica	75h
TCC II	75h
Optativa III	30h

Seqüência Curricular Aconselhada

Disciplinas	C.H.	Pré-Requisito
1º MÓDULO – 1º SEMESTRE		
Metodologia de Pesquisa	75h	
Lógica	75h	
Filosofia da Educação	75h	
Introdução à Filosofia	75h	
História da Filosofia Antiga	75h	
Português	75h	
2º MÓDULO – 2º SEMESTRE		
Estudos Dirigidos em Filosofia I: Ontologia e Metafísica	75h	
Optativa I	30h	
História da Filosofia Medieval	75h	
Inglês Instrumental I	30h	
Fundamentos Sociológicos e Cultura Afro-brasileira e Indígena	45h	
Introdução à Psicologia	45h	
Projeto Integrador I: Pesquisa, Diversidade e Educação	65h	
3º MÓDULO – 3º SEMESTRE		
Estudos Dirigidos em Filosofia II: Epistemologia	75h	
Identidade e Missão Palotina	30h	
História da Filosofia Moderna	75h	
Filosofia da Ciência	75h	
Projeto Integrador II: Ética, Cidadania e Direitos Humanos	65h	
Teoria do Conhecimento	75h	
4º MÓDULO – 4º SEMESTRE		
Filosofia da História	45h	
História da Filosofia Contemporânea	75h	
Projeto Integrador III: Cultura e Sociedade	65h	
Filosofia da Linguagem	75h	

Filosofia da Religião	75h	
Optativa II	30h	
Antropologia Filosófica	75h	
5º MÓDULO – 5º SEMESTRE		
Ética Aplicada a Temas de Bioética	75h	
Filosofia Política e Social	75h	
Pesquisa em Filosofia I: Ética e Filosofia Política	75h	
TCC I	45h	
Estética	75h	
Projeto Integrador IV: Pesquisa e Epistemologia	65h	
6º MÓDULO – 6º SEMESTRE		
Filosofia da Mente	75h	
Pesquisa em Filosofia II: Fenomenologia e Hermenêutica	75h	
TCC II	75h	TCC I
Optativa III	30h	

Disciplinas Complementares de Graduação (DCGs)

Sugestão de Disciplinas Optativas	C.H.
Cultura Surda e Língua Brasileira de Sinais (Libras)	30h
Epistemologia Analítica	30h
Filosofia Latino-americana	30h
Grego	30h
Inglês Instrumental II	30h
Latim	30h
Metafísica Clássica e a Crise na Modernidade	30h
Problemas Filosóficos Clássicos I	30h
Problemas Filosóficos Clássicos II	30h
Problemas Filosóficos Contemporâneos I	30h
Problemas Filosóficos Contemporâneos II	30h
Problemas Filosóficos Modernos I	30h
Problemas Filosóficos Modernos II	30h
Psicologia da Diferença	30h
Psicologia da Personalidade	30h
Temas Globais Contemporâneos	30h
Teorias da Virtude e Felicidade	30h

2.3.1.3 Atividades de prática profissional

As práticas curriculares tratam de uma atividade que se constrói no âmbito do ensino e deverá ser tão flexível quanto os outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmico-científico-profissional.

Estas atividades, articuladas com o ensino, estão ligadas ao conceito de “capacidade laborativa” na medida em que as competências geradas irão contribuir para a formação específica do aluno, no que se refere à sua formação profissional; bem como ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade). Logo, estas competências constituem, na

verdade, um profissional polivalente que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mercado de trabalho.

A FAPAS Campus II pretende oportunizar situações concretas, vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico-humano-político. Subsidiada pela fundamentação teórica de ensino e de aprendizagem, a Instituição prevê que a formação de um profissional competente, depende de uma metodologia de ensino cuja prática se associa à teoria, numa simbiose que extrapola os conceitos desarticulados da prática-teoria.

Desse modo, as organizações conveniadas oferecerão o ambiente para a experiência na prática profissional representando a maneira com que os acadêmicos irão se defrontar no mercado de trabalho, promovendo, assim, a coexistência do exercício da prática com a reflexão inerente, embasada nos fundamentos teóricos que lhe servirão de patamar para análise.

Dentre os meios para operacionalizar a prática profissional, encontram-se:

- a) Atividades complementares, que possibilitem a integração teórico-prática, valendo como parte de um currículo exposto de um lado e oculto de outro, que não está explicitado na estrutura curricular regimental;
- b) Adoção de linhas didático-pedagógicas que orientam e direcionam a prática, buscando respostas para as questões do cotidiano e a sustentação dos modelos de ensino voltados para a prática; e
- c) Programas de ensino, sustentados em concepções pedagógicas crítico-reflexivas, com orientação teórico-metodológica que articulem ensino-trabalho, e teoria- prática numa perspectiva interdisciplinar.

Contudo, não é possível tratar de práticas profissionais sem considerar os avançados recursos tecnológicos introduzidos no meio social, nos diversos campos da atividade humana. O profissional habilitado deve, ainda, ter competência para o uso destes recursos em sua área de atuação e, ao mesmo tempo, saber buscar constantemente o aprimoramento e a atualização. Os professores terão como conduta metodológica o ensino e o desenvolvimento das habilidades dos alunos no uso adequado das tecnologias e equipamentos de informática, com seus aplicativos e softwares contextualizados em suas disciplinas.

A Faculdade Palotina, IES de caráter confessional, organiza suas atividades e métodos a fim de concretizar seu papel social, na perspectiva dos valores cristãos que:

- a) Norteiam as ações acadêmicas na Caridade Intelectual;
- b) Procurem seguir os pressupostos da Educação Humanizadora;
- c) Tenham a Educação como um constructus, que deve desenvolver todas as dimensões humanas;

- d) Resgatem o ser do isolamento alienante e, através de participação consciente, insira-o na sociedade civil;
- e) Se comprometam com o avanço técnico-tecnológico, na perspectiva da ética;
- f) Efetivem a discussão crítico-criativa dos processos e produtos administrativos e pedagógicos;
- g) Estabeleçam a prática da participação efetiva dos envolvidos na comunidade acadêmica;
- h) Abram-se à pluralidade das diferenças; e
- i) Trabalhem a vocação a que somos chamados ‘a favor dos sinais de vida’.

3 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1 Políticas de ensino

A política de ensino na FAPAS Campus II compreende as políticas de ensino de graduação e pós-graduação.

3.1.1 Ensino de graduação

A Política de Ensino foi elaborada a partir das discussões da equipe que pensou e organizou este PDI mas também levou em conta o histórico de mais de 20 anos que a mantenedora já tem uma instituição de ensino credenciada e atuando na educação superior. Nesse sentido a união dos conhecimentos daqueles envolvidos na criação deste PDI que são oriundos de Cascavel no estado do Paraná e conhecem a região onde será implantada a instituição, com o conhecimento daqueles que atuam na instituição já mantida pela Mantenedora e credenciada no MEC possibilitou a escrita deste capítulo.

Tendo em vista que esses elementos aqui descritos irão ser aperfeiçoados quando houver o credenciamento da instituição e a autorização do curso pois aí irão acontecer as reuniões entre professores, estudantes, coordenações e setores que irão favorecer o enriquecimento do processo de ensino da IES, pois a comunidade acadêmica irá enriquecer essa perspectiva educacional. Também depois dos primeiros resultados dos processos de Avaliação Institucional e Avaliação das Práticas Pedagógicas se constuirá uma identidade educacional na perspectiva do ensino na IES. Proporcionando assim um ambiente para as mudanças que acontecem com as reformas curriculares, tais como:

- a) Implantação e implementação de alterações no ementário das disciplinas, na dinâmica dos cursos, na integração horizontal e vertical dos assuntos; e
- b) Desenvolvimento de experiências inovadoras no processo de ensinar e aprender.

Este texto deve estar em constante discussão e avaliação, sofrendo alterações para atender aos avanços técnico-científicos, às transformações do mercado de trabalho e aos anseios da sociedade.

As práticas pedagógicas mais usuais no curso da FAPAS Campus II se baseará na integração como elemento fundamental e estruturador. O conceito estruturador destas práticas no curso é o conceito de ‘integração’ percebido em três níveis:

- a) Nível 1: Integração entre disciplinas de áreas afins do conhecimento;

- Adequação da sequência de conteúdos trabalhados;
 - Resgate de conteúdos anteriores a cada avanço na sequência de conteúdos;
 - Trabalhos que tenham continuidade nas disciplinas seguintes;
 - Retro avaliação permanente das disciplinas com relação aos objetivos acordados previamente entre as disciplinas afins; e
 - Estabelecimento e revisão permanente de objetivos para a área do conhecimento.
- b) Nível 2: Integração entre disciplinas do mesmo semestre;
- Integração dos conteúdos e procedimentos didáticos durante um ou mais bimestres;
 - Trabalhos interdisciplinares com enfoques específicos de cada disciplina;
 - Viagens acadêmicas com oficinas integradas;
 - Palestras com temática de interesse de diversas disciplinas e/ou cursos;
 - Projetos de pesquisa (iniciação científica) e extensão envolvendo mais de uma disciplina; e
 - Trabalho integrado envolvendo todas as disciplinas de um mesmo semestre.
- c) Nível 3: Integração da comunidade acadêmica.
- Atividades acadêmico-culturais (palestras, concertos, filmes, teatro, etc.);
 - Atividade cultural programada semanalmente;
 - Atividades acadêmicas sociais e religiosas (exposições, comemorações, celebrações); e
 - Publicações científicas de cada curso.

3.1.1.1 Flexibilização curricular

A flexibilização do currículo é característica do projeto que busca responder às demandas sociais contemporâneas, possibilitando a eliminação da rigidez estrutural do curso, facultando ao aluno a valorização da formação, de estudos realizados fora do seu curso, e a validação de atividades acadêmicas realizadas fora da IES, registradas como Atividades Complementares de Graduação.

A preocupação em eliminar o excesso de pré-requisitos na organização do currículo, oportuniza:

- a) A dispensa de disciplinas já cursadas em outras IES;
- b) O aproveitamento de diversas atividades extracurriculares como Atividades Complementares de Graduação;

- c) Oferta de disciplinas complementares e comuns, que podem ser cursadas em outros cursos da IES quando esses forem autorizados; e
- d) A oferta de disciplinas semipresenciais e totalmente EAD como outra possibilidade de ensinar e aprender.

Cabe ao Colegiado, ao NDE e a Coordenação do curso, que são instância competente, a análise, o acompanhamento e a emissão de parecer sobre essas ações.

As ‘Disciplinas Complementares’ são aquelas que, na estrutura proposta para o curso de Graduação da FAPAS Campus II, deverão ser cursadas por escolha livre do acadêmico no seu curso. Respeitando sua escolha profissional, ou área de pesquisa. A ampliação para outras áreas de formação visa permitir a busca por conteúdos que venham ao encontro dos projetos pessoais do acadêmico.

As ‘Disciplinas Semipresenciais’ atendem a LDB e a Política Nacional de Educação à Distância – Portal Institucional – e aos princípios do Projeto Institucional-Administrativo-Pedagógico, cujas atividades e métodos devem concretizar-se em:

- a) Compromisso com o avanço técnico-tecnológico, na perspectiva da ética;
- b) Discussão crítico-criativa dos processos e produtos administrativos e pedagógicos;
- c) Prática da participação efetiva dos envolvidos; e
- d) Abertura à pluralidade das diferenças.

O conceito de frequência ‘semipresencial’ está vinculado à ideia de flexibilidade do currículo. Isso implica em ritmo e condições de aprendizagem que cumprem exigências curriculares estabelecidas, exigindo grande maleabilidade para responder a diferentes ritmos. O uso de novas tecnologias de comunicação e informática introduz desafios de organização de conteúdos, os quais pedem gerência, desenho, lógica, linguagem, acompanhamento, avaliação e recursos diversos; com linguagens e estruturas próprias para ambientes à distância. É preciso ser eficaz para a superação das distâncias, ser mais intensa e efetiva a interação dos envolvidos e mais autônomo o processo de aprendizagem discente.

Estas dimensões constituem-se em um parâmetro fundamental na possibilidade de oferta de modalidades de ensino semipresencial na IES, uma vez que estão presentes no seu interesse outras modalidades de ensino para ministrar o ensino superior em todos os níveis, habilitações e modalidades. Garantindo, assim, como estratégia institucional, as

possibilidades de ampliar modalidades de ensino na medida em que as condições forem dadas e as necessidades exigirem.

A FAPAS Campus II tem como compromisso desenvolver atividades didático-pedagógicas que respondam à formação técnico-profissional, através de atividades

interdisciplinares, garantindo uma formação de qualidade técnica e de responsabilidade social. Esse compromisso estabelece o conceito de semipresencial que orientará sua possibilidade de prática pedagógica futura.

A IES buscará implementar a inclusão digital e a preparação para o mercado de trabalho que, hoje, exige o conhecimento e o domínio do mundo virtual. Assim, a perspectiva das disciplinas semipresenciais e também as disciplinas EAD que o curso ofertará são iniciativas que compõem um escopo comum de política e orientação instrumental, na expectativa de eliminar as distâncias e fronteiras através de inúmeros recursos tecnológicos, possibilitando uma diversidade de arranjos e combinações para um ensino atualizado, que atendam as demandas sociais e econômicas dadas.

A produção do conhecimento e a formação realizadas nas IES sofrem influência das tecnologias da informação e da comunicação, que vêm exercendo papel fundamental em qualquer área de atividade. Elas facilitam a disseminação de informações, a transferência de tecnologia e a educação continuada de caráter informal e formal; além da integração interna e do trabalho cooperativo entre indivíduos e organizações.

Não apenas a escrita, a leitura, a audição e a visão estão sendo cada vez mais capturadas pelos avanços das tecnologias da informação, mas também as capacidades de criação, de imaginação e de aprendizagem. Há uma nova gestão social do conhecimento a partir do desenvolvimento da informática, que muda seu centro de gravidade, desde o surgimento de novas técnicas de produção, de armazenamento e de processamento das informações.

Em 2015 a mantenedora adquiriu o sistema educacional da TOTVS S.A. O “RM Educacional”. No segundo semestre de 2019, a mantenedora também capacitou seus colaboradores do Centro de processamento de dados e seus TIs para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Nesse período a sua mantida Faculdade Palotina de Santa Maria já começou a utilizar essas ferramentas para otimizar e por em prática as atividades semipresenciais e EAD. Desta forma todas as disciplinas dos cursos presenciais, que estão organizadas no Sistema de Gestão Acadêmica RM TOTVS, são integradas ao Moodle semestralmente, possibilitando ao professor utilizar diversos recursos pedagógicos (vídeos, textos, áudios, animações...) e ferramentas de avaliação em um único ambiente. Os estudantes podem interagir com o conteúdo, postar trabalhos, participar de discussões e comunicar-se com os professores através de diferentes ferramentas. Sendo assim a agora mantida Faculdade Palotina Campus II também utilizará esses programas e terá acesso a essas possibilidades no processo de ensino e aprendizagem.

3.1.1.2 Atividades complementares de graduação (ACGs)

O curso de Graduação da Faculdade estão organizados de forma que as atividades extracurriculares realizadas pelo acadêmico durante sua formação na Instituição possam ser aproveitadas como Atividades Complementares de Graduação (ACG).

O curso através de sua Coordenação, Núcleo Docente Estruturado e Colegiado irá determinar quais atividades serão válidas e como estas serão aproveitadas no currículo do acadêmico.

Logo abaixo, encontram-se as especificidades do curso de graduação da Faculdade em relação a esse assunto.

Curso de Filosofia

Compreende-se como Atividades Complementares de Graduação atividades pertinentes e úteis para a formação humana, científica e profissional do acadêmico, aceita para compor o plano de estudos do Curso de Filosofia.

Cabe ao Colegiado do Curso determinar os limites máximos de carga horária atribuídos para cada modalidade ou conjunto de modalidades que compõem o quadro de Atividades Complementares.

São consideradas Atividades Complementares de graduação do Curso de Filosofia: atividades de pesquisas ligadas a projetos participação em eventos, tais como, cursos, simpósios, seminários, fóruns, conferências, semanas acadêmicas; monitorias; participação em colegiados e órgãos de representação; publicação de trabalhos; viagens de estudos; grupos de estudos; atividades voluntárias; palestras com temas filosóficos e outras atividades a critério do Colegiado.

A solicitação de registro e cômputo de horas deve ser feita por meio de um formulário de Solicitação de ACGs, no portal do aluno dentro do prazo estabelecido pelo calendário acadêmico. A documentação que comprova a realização das Atividades Complementares de Graduação deve ser entregue no Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA) e é de responsabilidade do acadêmico.

O cômputo das horas das ACGs será realizado pelo Coordenador, juntamente, com o Colegiado do Curso de Filosofia e depois informado ao SERCA.

TABELA DE CONVERSÃO DE HORAS DO TEMPO DAS ACG		
Tipo de atividade	Máximo de horas integralizadas por atividade	Formas de avaliação
Participação em eventos e projetos de extensão em outras IES	10 horas Máximo: 30 horas	Certificado de participação
Participação como ouvinte em eventos científicos e profissionais	10 horas evento local e/ou regional 15 horas evento nacional 20 horas evento internacional Máximo: 50 horas	Certificado de participação
Participação como apresentador de trabalho científico em eventos da área de conhecimento da Filosofia e áreas afins	10 horas evento local e/ou regional 15 horas evento nacional 20 horas evento internacional Máximo: 40 horas	Certificado ou declaração de apresentação
Participação em projeto de iniciação científica, pesquisa e grupo de estudo	15 horas por semestre Máximo: 30 horas	Certificado ou declaração de participação
Participação em projetos de extensão	10h por semestre Máximo: 30h	Certificado ou declaração de participação
Cursos regulares de língua estrangeira	15 horas Máximo: 40 horas	Comprovante de aproveitamento
Monitoria acadêmica	15 horas por semestre Máximo: 30 horas	Relatório de avaliação do professor orientador
Autoria de artigo científico completo publicado	30 horas por capítulo de livro 20 horas em periódico 20 horas por publicação de artigos em anais de eventos	Comprovante da publicação
Autoria de resumo de artigo científico publicado em anais e/ou jornais e revistas	10 horas resumo expandido 5 horas resumo simples 10 horas revistas e jornais Máximo: 20 horas	Comprovante de publicação
Coautorias de artigo científico completo publicado	10h por artigo Máximo: 20h	Comprovante de publicação
Participação como representante em órgão colegiado	10 horas por semestre	Certificado de participação
Membro de comissão organizadora de eventos	10 horas por evento Máximo: 30 horas	Certificado de participação
Membro efetivo do diretório acadêmico do curso de Filosofia, em efetivo exercício de no mínimo um ano, mediante apresentação da ata de eleição e documento comprobatório de efetiva participação durante a gestão	20 horas por gestão Máximo: 40 horas	Certificado de participação
Trabalho voluntário	10 horas por semestre Máximo: 20 horas	Certificado de participação

Obs.: Somente serão consideradas Atividades Complementares de Graduação aquelas desenvolvidas durante o período de graduação do aluno no curso de Filosofia da Faculdade Palotina. Casos omissos ou dúvidas serão resolvidos pelo colegiado.

3.1.1.3 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do processo de ensinar e de aprender deverá ser realizada de forma contínua e gradual, tendo relação direta com os objetivos propostos pelas disciplinas. Os docentes concebem a avaliação do processo como uma dimensão orientadora, um processo contínuo que deve permitir ao estudante conscientizar-se de seus avanços e de suas dificuldades, para que possa permanecer progredindo na construção do conhecimento.

A avaliação deve favorecer o desenvolvimento individual. No processo de avaliação, considerar-se-ão testes elaborados pelo professor, trabalhos produzidos pelo aluno, anotações, observações, entre outros. O educador passa a ser o problematizador que desafia os alunos à investigação.

A partir dos critérios e formas de avaliação propostos pela IES e do entendimento de que a avaliação é um processo contínuo, propõe-se a superação de uma avaliação classificatória (embora haja os condicionantes quantitativos regimentais representados pela nota sete) na perspectiva de que os envolvidos no processo atuem visando uma avaliação inovadora e formativa, que contribua para a melhoria da qualidade do ensino efetivado.

Assim, através de uma atuação colegiada e interdisciplinar é possível, ao conjunto dos docentes, avaliar o (a) estudante na sua individualidade e o grupo como um todo, objetivando a melhoria do processo e a busca de medidas de superação das dificuldades.

A diversidade de instrumentos – provas, trabalhos de campo, relatórios, dossiês, seminários, entre outros possibilita à Instituição ver no estudante suas diferentes competências e habilidades, assim como a necessidade de organizar ações de recuperação ao longo do processo.

A avaliação do desempenho escolar é feita por componente curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A frequência durante as aulas e demais atividades acadêmicas são obrigatórias e somente permitidas aos alunos regularmente matriculados. Incluem-se aqui os alunos não regulares. A realização da avaliação, bem como a atribuição de notas, compete ao professor que lecionou a disciplina e deve ser coerente com seu plano de ensino. Todos esses critérios e normatizações constam no Guia Acadêmico da Instituição, bem como no Regimento Geral da Instituição.

Considerando-se o aluno como um dos agentes de seu processo educativo e o ambiente como promotor de novas experiências e desafios para a aquisição do conhecimento; o processo de avaliação caracteriza-se como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento de cada aluno, a fim de que a promoção seja alcançada. Com essa visão e seguindo as diretrizes do

Regimento Interno, o aproveitamento acadêmico, deve ser avaliado de acordo com os propósitos e objetivos de cada disciplina, considerando-se as especificidades do curso, seguindo os seguintes critérios:

- a) A avaliação do desempenho do discente é feita por disciplina e inclui a frequência e o aproveitamento acadêmico no semestre:
 - Estudantes com frequência igual ou superior a 75% e nota superior a 7,0 (sete) estão automaticamente aprovados; e
 - Estudantes com frequência igual ou superior a 75% e nota até 6,9 (seis vírgula nove) poderão realizar a avaliação recuperatória.
- b) O aluno que obtiver nota final na avaliação recuperatória inferior a 6,0 (seis) está reprovado e se tiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) está aprovado.
- c) Estudantes com frequência inferior a 75%, independentemente de nota, estão automaticamente reprovados.

3.1.1.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão

Se o papel do ensino superior é acolher, socializar e produzir conhecimento, então se entende que a extensão e a pesquisa fazem parte deste processo.

Em primeira instância, a sala de aula deve ser vista como um espaço de construção de conhecimento. Nessa perspectiva, o professor assume o papel de mediador e o aluno deixa de ser passivo e assume uma postura crítica de sujeito participante da construção do conhecimento.

De forma cíclica, passa-se para a consolidação do conhecimento construído pelos participantes da sala de aula através de exercícios de pesquisa. O que, por sua vez, poderá gerar extensão na forma de disseminação do conhecimento, prestação de serviços ou difusão cultural, dependendo das necessidades e possibilidades de cada contexto social. Consolidando, assim, o compromisso social da Instituição.

A extensão permite que a construção do conhecimento seja feita de maneira interligada, onde as atividades de ensino e os exercícios de pesquisa sejam revisados e recriados, retornando uma nova construção do conhecimento, um novo exercício de pesquisa e uma nova atividade de extensão.

3.1.1.5 Modalidade de atividades curriculares

A FAPAS Campus II poderá contar com a Monitoria, o Apoio Extensionista e a Iniciação Científica para acadêmicos de Graduação e de Pós-Graduação. O quadro de vagas para esses programas será definido pela Direção e preenchido mediante edital de seleção, publicado pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

Podem candidatar-se à função de Monitor, Bolsista de Iniciação Científica ou Apoio Extensionista o acadêmico que:

- a) Esteja regularmente matriculado e adimplente;
- b) Já tenha cursado, com aprovação, a disciplina relativa à monitoria pretendida; e
- c) Não tenha reprovação que o impeça de prosseguir os estudos.

As atividades do monitor e do bolsista de Iniciação Científica ou Apoio Extensionista, assim como a avaliação, obedecerão a normas estabelecidas pela Direção, respeitando-se a legislação pertinente.

3.1.1.6 Monitoria

A fim de aprimorar o processo de ensinar e aprender, entende-se que é preciso disponibilizar aos acadêmicos um atendimento de reforço e de acompanhamento para auxiliar no nivelamento dos estudos e na superação de dificuldades.

A atividade de monitoria tem por objetivo:

- a) Assistir o docente na elaboração de trabalhos, preparo de material e realização de pesquisas temáticas;
- b) Assistir os discentes, em sala de aula e ou em laboratório; e
- c) Acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de grupo.

Os critérios de seleção de monitoria são: análise do histórico do estudante na Instituição, prova escrita e entrevista individual. Já os pré-requisitos para concorrer à seleção são: estar regularmente matriculado na FAPAS Campus II; estar em dia com as mensalidades; ter concluído a disciplina em que atuará e ter sido avaliado com excelência e não ser formando no semestre. Sendo que acadêmico poderá candidatar-se a apenas uma vaga de monitoria.

As atividades a serem desenvolvidas pelo monitor são: acompanhamento do aluno em agendamentos com o professor ou responsáveis pelo setor; assessoramento direto e indireto ao professor ou responsável pelo setor, a partir das necessidades; e elaboração de relatório mensal sobre a sua atividade.

Os compromissos do responsável pelo monitor, por sua vez, são determinar horários e tarefas a serem cumpridas; orientar e acompanhar as atividades propostas; discutir questões que venham ao encontro do crescimento acadêmico; e supervisionar o trabalho realizado e os relatórios das atividades.

Compete ao Monitor:

- a) Cumprir horários e tarefas determinadas pelo responsável;
- b) Realizar com empenho e responsabilidade as atividades propostas;
- c) Discutir questões que venham ao encontro do crescimento acadêmico; e
- d) Elaborar o relatório das atividades realizadas.

3.1.2 Ensino de pós-graduação

Os cursos de Pós-Graduação têm a proposta de impactar a sociedade regional através da produção de conhecimento científico e da formação de profissionais na perspectiva interdisciplinar, de modo a destacar e aprofundar a Filosofia. Construindo conhecimentos interdisciplinares que viabilizem a formação de profissionais que dominem de forma articulada as categorias teórico-metodológicas desta área, buscando o desenvolvimento e a produção de novas tecnologias, práticas e abordagens e compreendam a inclusão como fator de socialização.

O curso, com base na sua história, experiência e missão institucional, propõem-se a incrementar a produção de conhecimento, bem como a formação de profissionais numa abordagem interdisciplinar, comprometida com o desenvolvimento de processos, metodologias, e avaliação. Integrando, assim, as áreas de atuação da IES e o compromisso com a inovação, tendo em vista os direitos de cidadania. Estes processos educacionais compreendem a produção de conhecimentos e a formação de profissionais capazes de formar alunos que respeitem as diferenças.

O ‘processo avaliativo’ atuará como organizador qualificado que auxilie o desenvolvimento das ações e das abordagens dos processos educativos na perspectiva de sua articulação nas diferentes áreas. A avaliação desempenha um papel de interlocução entre as partes e o todo, na medida em que possibilitam uma dinâmica de duas vias considerando as particularidades e as especificidades de cada indivíduo sem desviar-se deste sujeito na sua totalidade.

Em síntese, os cursos pretendem potencializar um profissional com:

- a) Visão multidisciplinar e interdisciplinar;

- b) Capacidade de ler o contexto local e regional, para planejar, projetar e organizar ações interdisciplinares;
- c) Competência em iniciação científica interdisciplinar focada no desenvolvimento de novas tecnologias, práticas, intervenções e interações;
- d) Qualificação para atuação interdisciplinar nos ambientes sociais na perspectiva da inclusão;
- e) Qualificação para impactar positivamente as instituições através da iniciação científica, do desenvolvimento, da gestão e da práxis profissional; e
- f) Formação profissional e iniciação científica capaz de articular ações nos diferentes níveis de ensino, grupos étnicos e etários, nas perspectivas intergeracional e interdisciplinar.

Os Cursos de Pós-Graduação em Nível de Especialização estarão ligados à natureza do curso de Graduação que a FAPAS Campus II oferta. Dessa forma, eles poderão representar uma possibilidade dos egressos de nossa Faculdade fazerem um aprofundamento de seus estudos. Porém, a natureza específica do curso dependerá das demandas sociais do momento histórico vivido, das condições do mercado e principalmente das orientações da Legislação vigente. Esses elementos serão avaliados pela Coordenação da Pós-Graduação, a Direção Geral e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAPAS Campus II.

3.1.2.1 Integração graduação-pós-graduação e educação continuada

Esta integração supõe uma flexibilidade curricular alicerçada na Instituição, no indivíduo e numa nova visão de ensino-ciência-sociedade, a fim de termos um aluno integrado consigo mesmo e voltado para a sociedade em transformação. O currículo dos cursos deverá: encarar o homem holisticamente; estimular a criatividade individual e coletiva; estabelecer elos de envolvimento entre ensino-pesquisa-extensão; mostrar a ligação teoria-prática; estabelecer as relações entre sociedade, progresso, desenvolvimento e profissão; habituá-lo às mudanças e estar preparado para sua ocorrência; desenvolver no aluno o espírito crítico e o hábito de utilizar os meios de comunicação e processamento de dados; desenvolver atividades em grupo; possibilitar a troca de informações em todos os níveis.

Assim, no currículo de graduação, as disciplinas obrigatórias, com o conteúdo programático tradicional do Curso e mais as disciplinas optativas suplementares proporcionarão uma inter-relação entre as disciplinas. Estas disciplinas optativas devem ser capazes de despertar interesse profissional, podendo constituir-se, a critério do Colegiado do Curso, em

disciplinas da Especialização ou de Extensão. Isso facilitará a educação continuada, pois permitirá que os profissionais que queiram se especializar, se matriculem nessas disciplinas ao lado dos alunos de graduação, adquirindo créditos para o Curso de Especialização ou recebam, em cada disciplina cursada, um Certificado de Curso de Extensão.

Outro aspecto importante a considerar é que as disciplinas optativas podem ser suprimidas a qualquer momento e substituídas por outras, atendendo as necessidades de mercado. Isso estimula a integração IES-Comunidade. Por extensão, também o estudante sairá da Faculdade mais atualizado. Assim, a Graduação oferecerá uma formação científico-tecnológica generalista e, ao mesmo tempo, facultará ao estudante o estabelecimento das bases para uma futura especialização.

Com a implementação dessa flexibilidade curricular, acreditamos ser possível: maior integração aluno-faculdade-pesquisa-empresa-sociedade; adequada continuidade entre graduação e pós-graduação; ensino centrado na graduação no aluno, a fim de estimular potencialidades e pretensões; incentivo ao redirecionamento do interesse do acadêmico por outras áreas e à pós-graduação; possibilidades de especialização e de o estudante escolher a Especialização da área de seu interesse; condições ao egresso de retornar e redirecionar seus conhecimentos; e possibilidade de ampliação do leque de conhecimentos numa ou em várias áreas.

3.1.3 Educação a distância (EaD – FAPAS Campus II)

A Educação a Distância da Faculdade Palotina Campus II (EAD) acontecerá primeiramente nas disciplinas EAD do curso proposto no processo de credenciamento. O curso de Filosofia Bacharelado tem algumas disciplinas totalmente EAD. Depois da Instituição consolidada se buscará o credenciamento para atuação no formato EAD. É um objetivo que faz parte da inovação educacional desenvolvida na Instituição e diz respeito à expansão de oportunidades e de programas de qualidade ofertados envolvendo os cursos de Graduação, num primeiro momento e, posteriormente, os cursos de Pós-Graduação e Extensão, fortalecendo assim a missão Institucional e a estreita relação entre Ensino, Iniciação Científica e Extensão. Por hora na vigência deste PDI, serão colocadas em prática algumas disciplinas no formato EAD .

No que concerne as disciplinas na modalidade à distância a instituição prevê o atendimento as seguintes políticas de ensino:

- a) Capacitação para a utilização de novas metodologias de ensino-aprendizagem com base nas TICs e no AVA;
- b) A promoção da qualidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando-se a articulação e integração acadêmica entre as modalidades presencial e EAD, para promover formações equivalentes em todos os âmbitos dos cursos;
- c) Possibilitar a integração entre docentes, discentes e orientadores educacionais dos cursos na modalidade a distância, com o intuito de desenvolver e aprimorar as práticas de ensino-aprendizagem;
- d) Fomentar processos participativos de orientação educacional das atividades EAD (com supervisão dos docentes) para proporcionar aos discentes orientação sobre aspectos do curso sejam metodológicos, tecnológicos ou de ensino; e
- e) Disponibilizar os conteúdos, bibliografias e materiais didáticos, em diferentes formatos para atender à proposta curricular.

Ressalta-se que para as disciplinas na modalidade a distância, a política de ensino também institui a atuação da equipe multidisciplinar para apoiar as atividades docentes, a qual é formada por docentes e técnico-administrativos.

3.1.3.1 Diretrizes para a educação a distância

- Formação dos professores e do quadro funcional administrativo que darão suporte aos professores para atender as demandas de uso das tecnologias digitais, principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;
- Promoção do ensino de forma indissociável da pesquisa e extensão; e
- Incentivo às atividades de pesquisa mesmo nas disciplinas EAD.

3.1.3.2 O professor na modalidade EaD

Conjunto de profissionais vinculados à IES com funções que envolvam o conhecimento do conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, como autor de material didático, coordenador de curso e professor responsável por disciplina. Os professores que atuarão nas disciplinas na modalidade a distância, possuem qualificação acadêmica nas áreas do curso. Além disso, são previstas pela Equipe Multidisciplinar capacitações específicas para o corpo docente, com temas que tratam da Educação a Distância; Aprendizagem sobre as TICs; Atuação no Ambiente Virtual de

Aprendizagem (Moodle da Instituição) e Elaboração de Material e Vídeos para Modalidade a Distância.

3.1.3.3 Perfil do tutor da FAPAS Campus II

O Curso de Filosofia Bacharelado terá uma característica diferenciada pois o professor que produz a disciplina também será o tutor da disciplina. Ele irá acompanhar todo o processo de ensino e aprendizagem do acadêmico. Orientando sempre que necessário na realização das atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem. Para tanto o tutor precisa ter presente os valores éticos preservando os princípios e valores, objetivos e a missão da institucional. Espera-se também que ele possua profundo conhecimento teórico, pautado em uma ação criativa e atualizada, reconhecendo a importância da formação continuada. Ele precisará levar em conta que como professor e tutor deverá criar estratégias e materiais didáticos que potencializem o processo ensino aprendizagem.

3.1.3.4 Recursos e infraestrutura tecnológica e profissional

Os recursos tecnológicos, sua disponibilização, suficiência devem ser gestados em consonância com os projetos do curso e outras atividades presenciais e a distância a serem executadas pela Instituição. Nesse sentido a sedes terão os recursos e infraestrutura tecnológicas necessárias para atender a demanda dos acadêmicos e professores das disciplinas EaD. Também os profissionais e equipes de suporte e apoio técnico devem atender às demandas de docentes e discentes que se utilizam dos dispositivos e infraestrutura de EaD nas suas atividades educativas. Nesse sentido, a Instituição disponibiliza o Centro de Processamento de Dados (CPD), responsável pela infraestrutura tecnológica do sistema acadêmico e do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle e sua integração; o Setor de Registro Acadêmico (SERCA) responsável pela documentação e registros da vida acadêmica e a Equipe Multidisciplinar, responsável pela organização das disciplinas no ambiente virtual, orientando e acompanhando junto com os professores e os orientadores educacionais os recursos pedagógicos, materiais de apoio e ferramentas para o ensino aos quais os estudantes terão acesso.

3.1.3.5 Ambiente virtual de aprendizagem (Moodle)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado para a organização da oferta de cursos na modalidade EaD é o Moodle (Modular Object Oriented Distance Learning Environment). O ambiente Moodle possibilita a utilização de diversos recursos midiáticos, linguagens e elementos de comunicação para oferecer muito além de acesso aos conteúdos, mas principalmente, viabilizar a construção do conhecimento através da interação dos sujeitos e grupos envolvidos no processo de aprendizagem. Para isso, é oferecido aos usuários possibilidades de interação via fóruns, chats, mural de recados e mensagens individuais. Além disso, através do ambiente Moodle, acadêmicos matriculados terão acesso ao conteúdo da disciplina.

Dentre os recursos do Moodle destacam-se:

- a) Fórum: é uma ferramenta que permite os participantes terem discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um longo período de tempo. É utilizado para tirar dúvidas, ou para discussões acerca de temáticas da área.
- b) Glossário: é uma ferramenta interativa que permite aos participantes criar e manter uma lista de definições, como um dicionário, ou coletar e organizar recursos ou informações.
- c) Vídeos: poderão ser disponibilizados vídeos pelos docentes que trabalharão em cada módulo com as apresentações do conteúdo de cada disciplina. Ainda, no AVA é possível indicar vídeos hospedados em outras páginas da web por meio de links.
- d) Material digital para leitura: os docentes poderão disponibilizar textos, livros (ou indicação de livros), artigos ou polígrafos, para que os participantes possam ter acesso para leitura, download ou impressão.
- e) Chat: essa ferramenta permite que os alunos e os docentes reúnam-se em horário preestabelecido para discutir conteúdo, tirar dúvidas ou elaborar apresentações de trabalhos, de forma síncrona.
- f) Tarefas: permite a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho e fornecer notas e comentários, de acordo com as particularidades de cada módulo. Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudio e vídeos. Uma tarefa também pode ser usada para lembrar aos estudantes das atribuições 'mundo real' que eles precisam para completar off-line, tais como obras de arte e, portanto, não necessita de qualquer conteúdo digital. Os estudantes podem submeter trabalhos, individualmente ou como membro de um grupo. Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar

comentários de feedback e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio falado.

Os estudantes também terão disponível no AVA, as ferramentas de Navegação, Administração (gerenciamento do perfil de usuário), as ferramentas de interação (mensagem) e ferramentas de acompanhamento (relatórios de notas e atividades).

Além do Moodle, outras formas de comunicação facilitam a interação entre as partes, sendo elas: e-mail, contatos telefônicos, contatos via whatsapp e videoconferência. A Faculdade disponibiliza acesso à internet com banda larga de qualidade, além de disponibilizar projetores multimídia, para uso nos encontros presenciais, bem como laboratórios de informática, biblioteca física, incluindo também o acesso ao canal da Ouvidoria.

3.2 Políticas de pesquisa

A política de pesquisa da FAPAS Campus II se dá através da Iniciação Científica, caracterizada por possibilitar ao discente a aquisição de experiência prática em diversas áreas de ensino, através da participação em projetos ligados a diferentes linhas de pesquisa, em eventos científicos e na produção de artigos que contribuirão na sua qualificação, estimulando-o a buscar o conhecimento e a dar continuidade na sua formação como docente pesquisador (na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, garantindo a profícua relação entre ensino e pesquisa).

Na FAPAS Campus II, a política de Iniciação Científica visa sistematizar as diretrizes da política e das ações de pesquisa, na forma de ‘iniciação científica’ da Instituição, desenvolvidas desde a sua criação, com as primeiras experiências; visando consolidar e organizar as áreas e as linhas de pesquisa dos cursos, como, por exemplo, o engajamento professor-aluno.

De acordo com a visão de Enricone (1996)² ao referir-se à pesquisa na Graduação, a FAPAS Campus II também acredita que

mesmo que não se tornem pesquisadores ou não continuem os estudos de pós-graduação, o que frequentemente ocorre, os efeitos da participação dos estudantes em pesquisas serão sentidos, decorrentes da utilização do método científico, do emprego do raciocínio lógico, da experimentação, do trabalho em equipe, da aceitação da disciplina própria de toda atividade científica e da atuação em encontros científicos (1996, p. 39).

² ENRICONE, Delcia; FRONDIZI, Risieri. **La universidad en un mundo de tensiones**: misión de las universidades en America Latina. Buenos Aires: Paidós, 1996.

Consolidadas as atividades de Ensino e as atividades de Extensão, estão dadas as condições para a FAPAS Campus II firmar-se como Instituição de Iniciação Científica, cumprindo aquilo que rege seu regimento, quando diz que: os programas de Extensão e Iniciação Científica se desenvolvem sob a forma de atividades permanentes e de projetos circunstanciais, sob a responsabilidade dos Cursos. Sendo que serão coordenados pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão. Tendo, no entanto, presente o parágrafo único desse artigo, que diz que a FAPAS Campus II incentiva a Iniciação Científica e Extensão pelos meios possíveis e conforme as suas condições.

Os projetos deverão, no entanto, ser elaborados segundo critérios definidos pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão, coordenados por um professor da FAPAS Campus II; devendo passar pela Coordenação do Curso e, quando necessário, pelo Comitê de Ética; bem como pela Coordenação Acadêmica e pela Coordenação Administrativo-financeira, quando se fizer necessário.

A gestão dos projetos de iniciação científica fica a cargo da Coordenação da Iniciação Científica e Extensão, diretamente ligada ao Diretor da Instituição. A opção por esta forma estrutural apoia-se em dois argumentos: a necessidade de manter a trajetória de integração da Iniciação Científica com o Ensino e com a Extensão e a possibilidade de que as ações investigativas estejam presentes na Instituição, a partir dos Cursos de Graduação, integrando os projetos político-pedagógicos. Devendo ser, contudo, acompanhados pelo Colegiado do Curso. Dessa forma, a IES propõe-se a evitar projetos de Iniciação Científica isolados e elitizados, e garante o atendimento às especificidades desta função, através da Coordenação.

3.2.1 Ações de iniciação científica

As atividades de extensão oferecerão terreno fértil para a formulação de problemas investigativos, particularmente os relacionados ao curso de Filosofia. Assim, a Iniciação Científica na FAPAS Campus II nascerá integrada ao Ensino e à Extensão e com características interdisciplinares, dada a natureza prática dos problemas enfrentados.

Com a oferta de novos cursos e da política comprometida com a superação do caráter assistemático e individualizado dos estudos, tendo em vista a Iniciação Científica como ação intencional, sistematizada e coletiva, se consolida o caráter de interdisciplinaridade que caracterizavam as primeiras ações.

Os critérios usados estão na missão institucional enquanto expressão da história de inserção da IES na comunidade, a partir dos princípios da educação palotina, da qualificação

docente e da trajetória investigativa, expressa na produção científica. Desses critérios saíram as seguintes áreas de pesquisa da FAPAS Campus II:

Quadro 3 – Demonstrativo das áreas de pesquisa

Área	Enfoque
Direitos Humanos, Educação, Cultura e Evangelização	Refere-se ao estudo das questões filosóficas, legais, sociais, educativas, culturais e de evangelização sob o ponto de vista da diversidade e da necessidade de construção de pilares, que permitam a comparação, a aproximação e a solidariedade. Aborda os Direitos Especiais, tais como os dos idosos, negros, índios, mulheres, crianças, adolescentes, PNE e consumidores; bem como ações afirmativas e políticas da inclusão. Busca, ainda, a análise do operador do Direito como membro dos poderes do Estado, garantidor das funções essenciais à justiça e agente das transformações sociais. Encerra, também, o estudo dos direitos constitucionalizados pelo Estado, bem como os instrumentos formais de proteção dos membros.
Qualidade de Vida, Bioética e Meio Ambiente	Refere-se aos fatores relacionados com a qualidade de vida, a biossegurança, a ética, a cidadania, a gestão ambiental e a responsabilidade social, bem como, a projetos economicamente viáveis, relacionados ao desenvolvimento sustentável.
Pallotti e a União do Apostolado Católico	Refere-se ao estudo da vida, do carisma, da espiritualidade e da obra de Vicente Pallotti, de seus continuadores, e das ações da União do Apostolado Católico na perspectiva de imitar Jesus Cristo – Apóstolo do Eterno Pai.

Fonte: Institucional.

Para a infraestrutura destinada à Iniciação Científica, quanto a instalações e equipamentos, serão disponibilizados os seguintes espaços físicos institucionais: salas de aula, salas de estudo da Biblioteca – funcionando nos três turnos–, laboratórios equipados com computadores que possuem acesso à internet e salas usadas pelos Núcleos.

Já os laboratórios e núcleos ligados à pesquisa são: Laboratório de Informática, Núcleo que serão criados na IES.

A FAPAS Campus II estruturará suas ações em um contexto em que o conhecimento torna-se cada vez mais decisivo em todas as atividades e em todos os campos da vida social. O impacto tecnológico da acelerada produção do conhecimento tem alterado substancialmente as relações sociais. Neste contexto de uso intensivo do conhecimento, ela coloca-se como IES habilitada ao manejo criativo e humanizante da ciência; voltada aos objetivos de um desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável.

Ou seja, uma IES que promove a Iniciação Científica, que contribui para a produção de uma ciência capaz de ligar a ética à emancipação solidária da cidadania; e com conhecimento que colabora para formar homens e mulheres irradiadores de valores, que superem todas as formas de discriminação.

Com esses pressupostos e ações, a IES fundamenta sua política de Iniciação Científica na compreensão de que a formação de quadros exerça liderança na produção do conhecimento, comprometido com o desenvolvimento de relações sociais, pautadas no reconhecimento dos

direitos de cidadania e na perspectiva de inclusão social. O que implica no desenvolvimento de subjetividades que compreendam o papel revolucionário da ciência, enquanto promotora de qualidade de vida com justiça social e sustentabilidade.

Assim, a Iniciação Científica, articulada com o Ensino, fornece conhecimentos, questões de investigação e espaços para programas, projetos e cursos de Extensão. Da mesma forma, os projetos e cursos de Ensino e de Extensão contribuem para a identificação de linhas de estudo e para a proposição de ações que articulem interdisciplinarmente, investigação, apropriação do conhecimento e intervenção social.

Nesta compreensão, as práticas têm suas linhas definidas a partir das relações que o curso estabelece com as demandas sociais; seus processos e produtos, por sua vez, alimentam e sustentam o curso e conferem originalidade às ações de Extensão.

Esta política resultará do fortalecimento das ações de Ensino e Extensão e da qualificação do corpo docente, com o que se pretende o estabelecimento de processos que efetivem o desenvolvimento da cultura investigativa que fortaleça a indissociabilidade entre Ensino-Iniciação Científica-Extensão na Instituição.

A FAPAS Campus II, ao pretender formar profissionais qualificados e éticos para edificarem uma sociedade justa e fraterna, à luz dos princípios cristãos, embasa sua política de Iniciação Científica em três abordagens: Princípios, Diretrizes e Metas apresentadas da seguinte forma:

3.2.2 Princípios da iniciação científica

- a) Criação e consolidação de grupos fundamentados na interdisciplinaridade das áreas de conhecimento;
- b) Ações pautadas pelo compromisso com o atendimento às demandas sociais na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento sustentável, atendendo aos princípios da ética, da democracia e da justiça social;
- c) As linhas dos cursos expressarão a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão,
 - a) Nas áreas consideradas prioritárias, a partir da missão institucional, provendo o desenvolvimento de uma cultura investigativa;
 - d) As linhas de pesquisa promoverão a integração entre ciência e tecnologia na busca do desenvolvimento sustentável, buscando viabilizar soluções tecnológicas com compromisso social; e

- e) Como trabalho coletivo, estimulará o desenvolvimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes, visando aprimorar a qualidade da produção e a formação dos envolvidos.

3.2.3 Diretrizes da iniciação científica

- a) Estimular iniciativas inovadoras e realização de atividades, conforme as demandas e expectativas do PDI;
- b) Assegurar recursos institucionais para a execução das atividades, dando condições para seu desenvolvimento;
- c) Promover a institucionalização da Iniciação Científica integrada ao Ensino de graduação e pós-graduação, à Extensão e à gestão nas diferentes áreas do conhecimento;
- d) Estimular e manter condições para a qualificação do corpo docente e discente; e
- e) Investir na formação de quadros competentes em produção e desenvolvimento, através de estratégias que articulem a prática investigativa, a apropriação de conhecimentos e a intervenção social.

3.2.4 Metas da iniciação científica

- a) Estimular professores e alunos a desenvolverem projetos, visando os eventos acadêmicos;
- b) Aperfeiçoar a Iniciação Científica para que absorva um maior número de alunos, aumentando o reconhecimento interno e externo dos trabalhos realizados;
- c) Contribuir para eliminar o senso comum de que só se faz Iniciação Científica com bolsa, valorizando os esforços de quem participa espontaneamente;
- d) Estimular a formação de pesquisadores e voluntários, visando à qualificação profissional e à preparação para pós-graduação;
- e) Aproximar alunos de graduação e pós-graduação;
- f) Aproximar alunos de áreas de formação diferentes;
- g) Vincular preferencialmente projetos de Iniciação Científica a disciplinas. Quando o registro for feito no Gabinete de Projetos, abrir um campo de formulário para indicar as disciplinas com relação direta ou indireta com o projeto;
- h) Indicar o benefício trazido pelas ações para a qualidade de ensino e a motivação a participação de alunos da disciplina em suas atividades;

- i) Incentivar parcerias entre Educação Básica, Graduação e Pós-Graduação, com projetos de aperfeiçoamento do ensino, propondo experiências metodológicas e bibliográficas renovadas;
- j) Aperfeiçoar a divulgação dos mecanismos de fomento, para aumentar a participação;
- k) Desenvolver projetos de extensão vinculados a interesses institucionais;
- l) Incentivar, em articulação com as linhas de pesquisa da IES, atividades atentas a demandas da comunidade, dedicadas ao benefício coletivo, capazes de priorizar práticas que atendam às necessidades sociais;
- m) Contemplar, na política institucional e em suas articulações com Ensino e Extensão, eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais;
- n) Incentivar ações interdisciplinares e atividades de caráter complementar, eventuais ou permanentes de conexão entre disciplinas regulares;
- o) Promover eventos reunindo estudiosos de várias áreas;
- p) Desenvolver política de aumento do acervo da biblioteca, como de projetos para obtenção de recursos;
- q) Incentivar a participação de docente, discente e funcionário em eventos científicos para apresentar trabalhos, por ser atividade decisiva à troca de ideias, divulgar a produção e permitir debate e avaliação pública;
- r) Oferecer cursos de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, com vistas a instrumentalizar a comunidade acadêmica para a execução de seus estudos;
- s) Promover cada vez mais o aproveitamento da página institucional para apresentação de resultados de estudos, divulgação de eventos e calendários de órgãos de fomento;
- t) Estimular a socialização e divulgação da produção científica da IES em veículos qualificados;
- u) Consolidar e ampliar os índices de produtividade docente;
- v) Estimular e apoiar o relacionamento com agências de fomento; e
- w) Criar revistas Institucionais para docentes e discentes publicarem seus trabalhos.

3.2.5 Avaliação da iniciação científica

Os professores assumem os seguintes compromissos com seu projeto:

- a) Cumprimento do cronograma previsto no projeto;
- b) Execução do projeto proposto;
- c) Organização de atividades para socialização e divulgação da pesquisa;

- d) Apresentação, em tempo hábil, dos relatórios do estudo;
- e) Articulação para o desenvolvimento de intercâmbio e convênios interinstitucionais;
- f) Filiação a uma entidade da comunidade científica – sociedade e/ou associação; e
- g) Apresentação de relatório final de seus projetos, explicitando os resultados obtidos junto à Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

3.2.6 Linhas de pesquisa dos cursos

As linhas de Pesquisa da Instituição e do curso norteiam a Iniciação Científica da Instituição. O NDE e o Coordenador de Curso aprovam e estabelecem as linhas de pesquisa, explicitadas no respectivo projeto político do curso. Assim, a FAPAS Campus II desenvolverá sua Iniciação Científica segundo as seguintes linhas propostas pelo Curso de Graduação, explicitadas abaixo:

Linhas de Pesquisa Curso de Filosofia Bacharelado

Ontologia, Metafísica e Epistemologia: Nesta linha de pesquisa desenvolve-se estudos relacionados à dialética de autores clássicos como Platão e Hegel, buscando analisar as contribuições da dialética para os problemas especulativos da Filosofia, principalmente, no que se refere ao debate filosófico. Estudos relacionados ao ser e à essência, bem como a questão do transcendente. No que se refere a Epistemologia as questões são voltadas para o desenvolvimento do saber científico, o conceito de verdade e sobretudo o tema da justificação das crenças. Uma área dentro da epistemologia em expansão é a da Epistemologia da Religião, que tem como foco principal a questão das crenças teístas e sua racionalidade, bem como a questão da justificação para se ter tais crenças, como na existência de Deus. Tal linha de pesquisa pode ser relacionada à linha de pesquisa de nossa Instituição que é a de “Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento”, tendo em vista a consideração pelo que é peculiar de nosso Curso, fazer a distinção entre informação e conhecimento. Para isso utiliza-se das diferentes vertentes filosóficas para contribuir com essa discussão. Temas: Deus. Ser. Essência. Substância. Dialética. Crenças Teístas. Justificação. Racionalidade. Ciência. Racionalismo. Empirismo. Filosofia transcendental. Representação e conteúdo mental.

Filosofia e Educação: Nesta linha desenvolvem-se estudos sobre a educação e o ensino desde os pontos de vista filosófico e histórico, estabelecendo relações entre o pensamento filosófico e as práticas pedagógicas, questionando os conceitos e os enunciados fundamentais

dos sistemas filosóficos e das teorias pedagógicas, contribuindo com o entendimento interdisciplinar das problemáticas educacionais. Tal linha de pesquisa está em consonância com a linha de pesquisa da FAPAS, a saber, “Direitos Humanos, Educação, Cultura e Evangelização”, de acordo com a qual se desenvolvem pesquisas sobre as questões filosóficas, legais, sociais, educativas, culturais e de evangelização, sob o ponto de vista da diversidade e da necessidade de construção de pilares que permitam a comparação, a aproximação e a solidariedade. Aborda os Direitos Especiais, tais como o dos idosos, negros, índios, mulheres, crianças, adolescentes, PNE e consumidores; bem como ações afirmativas e políticas da inclusão. Temas: Ensino de Filosofia. Educação. Formação de Professores. Métodos de Avaliação. Metodologias de Ensino. Interdisciplinaridade. Direitos Humanos. Diversidade Étnico-cultural. Educação Ambiental. Inclusão.

Fenomenologia e Hermenêutica: Esta linha de pesquisa tem por objetivo analisar questões clássicas do conhecimento humano sob a perspectiva de filósofos do paradigma fenomenológico, que dominou o continente europeu por quase um século e tem representantes no mundo inteiro. Tal linha de pesquisa pode ser relacionada à linha de pesquisa de nossa Instituição que é a de “Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento”, tendo em vista a consideração pelo que é peculiar de nosso curso, fazer a distinção entre informação e conhecimento. Para isso, utiliza-se das diferentes vertentes filosóficas para contribuir para essa discussão. Temas: Subjetividade. Intersubjetividade. Corporeidade. Método. Intencionalidade. Crítica. Significado. Referência. Antropologia. Pessoa. Existência. Tempo. Mundo. Empatia. Educação. Alteridade. Ontologia.

Ética e Filosofia Política: Investiga-se os temas clássicos da Ética e Política, visando compreender os contornos das problemáticas contemporâneas, a tensão que articula teoria e prática, a construção de referenciais teóricos para refletir sobre relevantes questões do agir moral. Discute-se, ademais, questões centrais sobre a fundamentação e justificação do dever-ser das relações entre ética e cultura. Assim, busca-se estabelecer, no campo da filosofia prática, a pesquisa acerca dos desafios éticos, políticos e sociais da atualidade. Investiga-se, sobretudo, questões relacionadas à ideologia, ao poder, aos direitos humanos, às teorias da história e às teorias da justiça. Tal linha de pesquisa se insere na linha de pesquisa institucional que é a de “Qualidade de vida, Bioética e Meio ambiente”, na qual são tratados temas relacionados com a qualidade de vida, a biossegurança, a ética, a cidadania, a gestão ambiental e a responsabilidade social; bem como a projetos economicamente viáveis, relacionados ao desenvolvimento sustentável. Temas: Ética. Filosofia Política. Cidadania. Estado. Indivíduo. Relações de Poder.

Cultura. Valor moral. Liberdade. Responsabilidade. Sentimentos Morais. Dignidade. Felicidade. Governabilidade. Dilemas Morais. Virtude. Justiça. Bem. Bioética.

3.2.7 Comitê de ética

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a instância responsável pela apreciação de todos os projetos de pesquisa, visando defender os interesses dos seres humanos e das outras formas de seres vivos em sua integridade e dignidade, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos dentro dos padrões éticos.

Para maior credibilidade das atividades da IES, será criado o Comitê de Ética da FAPAS Campus II, com base na Resolução no. 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2001.

É responsabilidade deste Comitê:

- a) Apreciar e avaliar os projetos protocolados na Coordenação de Iniciação Científica e Extensão bem como os projetos de trabalhos de conclusão de curso que envolvem pesquisas com seres Humanos, para assim emitir parecer técnico;
- b) Encaminhar, quando necessário, ao CEPE, os projetos com parecer favorável, dentro do prazo estabelecido no Edital;
- c) Convocar reuniões com os professores orientadores e orientandos; e
- d) Avaliar casos especiais, podendo, para tanto, convocar reunião com todos os seus componentes.

O Comitê de Ética da FAPAS Campus II está diretamente vinculado a direção da Faculdade e será constituído por:

- I. Um docente, preferencialmente, doutor do Curso de graduação da FAPAS Campus II;
- II. Um teólogo;
- III. Um membro da sociedade civil organizada e,
- IV. Um membro indicado pela Direção.

A sua composição poderá variar, dependendo das especificidades da Instituição e dos projetos apresentados, nas diversas linhas de pesquisa a serem analisadas.

O CEP poderá contar com consultores e membros *ad hoc*, pertencentes ou não à Instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

Os membros do Comitê de Ética em Pesquisa não serão remunerados no desempenho desta tarefa, sendo recomendável, porém, que sejam dispensados, nos horários de trabalho do Comitê, das outras obrigações na Instituição, podendo receber ressarcimento de despesas

efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação, incluindo os membros externos e consultores ad hoc.

3.3 Política de extensão

Delors (2001), em seu livro *Educação: um tesouro a descobrir*, produzido a partir de uma encomenda da UNESCO, faz uma avaliação crítica do ensino no fim do milênio passado. Como ele, acreditamos que nosso maior ganho é a certeza de que o ‘aprender’ está além das salas de aula, dos muros das escolas e universidades. Está no conhecimento do dia a dia, nas conversas, no ver o mundo com novas perspectivas.

Neste documento da UNESCO são propostos quatro pilares: ‘aprender a fazer, aprender a aprender, aprender a conviver e aprender a ser’. O aprender a fazer refere-se ao exercício profissional propriamente dito, mas não se restringe à mera instrumentalização. Antes, destaca a harmonia entre os envolvidos na atividade, até mesmo para que exista um ambiente de solidariedade. O aprender a aprender é o desenvolvimento da capacidade de cada indivíduo de absorver novos saberes e, assim, criar novas possibilidades. O aprender a conviver é abertura de si para o outro, na perspectiva da partilha democrática, do conhecer outros pontos de vista e, nessa interface, ampliar o conceito de que o aprender só se faz em sala de aula. Por fim, o aprender a ser é o respeito ao outro e, principalmente, a si mesmo. O acolhimento, a segurança encontrada na família, o vínculo amoroso, fazem das experiências por toda a vida, mais do que ritos de passagem: tornam-se momentos do autoconhecer para ajudar, do autoconhecer para permitir entender-se em sua singularidade.

A partir desses quatro pilares de Delors, refletindo sobre o compromisso social do educar, algumas questões nos instigam: que tipo de ser humano queremos formar? E para qual sociedade? Certamente, há mais desafios do que respostas para essas perguntas. Contudo, movido pela paixão de ensinar e, mais ainda, de aprender, indicamos, sem pretensão, algumas pistas em defesa da Extensão – como integrante da formação acadêmica, norteada por ideais humanistas.

Assim, entende-se que é papel da extensão ampliar a visão de mundo do aluno, do professor e do funcionário que participam das atividades. É pela prática extensionista que o contato com o mundo além-muros se torna mais maleável e, talvez, mais atraente para a adequação das cadeiras curriculares. É a partir da prática extensionista que a educação assume o caráter de constância e, muitas vezes, de transformação. A relação universidade/sociedade concretiza-se, de maneira singular nas atividades de extensão. A troca entre o saber acadêmico

e o popular, fruto do confronto teórico/prático com a realidade brasileira, vem sendo propiciado principalmente pela ação extensionista. Esse movimento de ir e vir substância a democratização do conhecimento científico e a institucionalização de mecanismos de participação da comunidade nas instâncias de representação da universidade. Esse ideário norteia a noção atual do papel da universidade³.

Como bem salienta o trecho acima, a Extensão Universitária cumpre o papel educacional tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade envolvida nas práticas extensionistas. Em seu livro *Como vejo o mundo*, Albert Einstein, citado por Almeida (2002)⁴, frisa que a educação para a ciência tem que estar vinculada às questões humanísticas, o que é fortemente trabalhado nas atividades de Extensão.

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar exato em relação a seus próximos e à comunidade (Almeida, 2002).

Além disso, pelo próprio princípio extensionista, a interdisciplinaridade é motriz para o desenvolvimento das atividades. O diálogo de várias áreas de conhecimento, cada qual com seu olhar, apura o ouvido para aspectos distintos da realidade em questão. Por essas e outras razões é que a complexidade da extensão exige uma metodologia de trabalho própria. “Embora as ações de extensão ocorram fora da sala de aula e não possam ser preparadas e tratadas como os conteúdos das disciplinas, são uma oportunidade ímpar de produção do conhecimento e, portanto, de práticas pedagógicas.” A Extensão vai além do caráter acadêmico: (...) a extensão universitária, mais do que cumprir sua finalidade acadêmica de produzir e disseminar conhecimento, permite a formação de um ser humano crítico e tolerante frente às múltiplas interpretações sobre o real e, por isso mesmo, capaz de atitudes democráticas e de um olhar mais sensível para o outro⁵. Acreditamos nas palavras de Boaventura Santos (2001, p. 229):

³ MONTENEGRO; MARQUES; LEAL. Direitos humanos: pauta da extensão universitária na PUC Minas. In: SOUZA, Robson Sávio Reis (Org.). **Universidade e direitos humanos**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. p. 32.

⁴ ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Reforma do pensamento e extensão universitária. In: FÓRUM REGIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, Regional Nordeste, 26., 2002, Natal. **Anais...** Natal: EDUFERN, 2002. p. 14.

⁵ MONTENEGRO; MARQUES; LEAL. Direitos humanos: pauta da extensão universitária na PUC Minas. In: SOUZA, Robson Sávio Reis (Org.). **Universidade e direitos humanos**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. p. 34.

“Por pequenos passos, se deve partir para transformar as atividades de extensão até que elas transformem a universidade”⁶.

Para a delimitação de uma política de Extensão compromissada com a realidade social, faz-se necessário uma reflexão acerca das práticas do Ensino, de Pesquisa e de Extensão orientadas pela indissociabilidade entre essas atividades acadêmicas. Pensar de maneira a concretizar esta indissociabilidade constitui-se na afirmação de um paradigma de IES que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis aos mais variados e heterogêneos segmentos da sociedade. Nesta perspectiva cabe prioritariamente à Extensão, buscar alternativas que possibilitem o diálogo entre o saber empírico e o saber acadêmico. Esse diálogo é um requisito fundamental para materializar parcerias que, por fatores político- econômico-culturais e éticos, devem ser considerados.

As práticas de Extensão nas instituições de ensino superior brasileiras possuem uma identidade plural, fruto de histórias de diferentes concepções sobre o valor social e potencial de contribuição do fazer acadêmico.

A FAPAS Campus II soma-se às discussões nacionais, no contexto atual, visando construir uma plataforma comum para conceituar e dirigir as muitas práticas de Extensão. A Extensão deverá ser desenvolvida em todo o âmbito da FAPAS Campus II, atingindo os alunos de Graduação, como instrumento de formação profissional; por constituir-se num eixo de articulação entre o Ensino e a Iniciação Científica. As políticas e diretrizes estabelecidas pela FAPAS Campus II para o desenvolvimento da Extensão, estão em consonância com as políticas nacionais para a área, tendo presente a meta 12 do PNE, que rege a curricularização da Extensão nas instituições de Ensino superior.

A FAPAS Campus II propõe diretriz e critérios para embasar o permanente processo de avaliação e redimensionamento da Extensão no âmbito da sua indissociabilidade Ensino - Iniciação científica.

3.3.1 Diretrizes da política de extensão

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁷, a educação diz respeito aos processos formativos familiares, escolares e do convívio social. Preza, ainda, pelo desenvolvimento pleno do educando, entendido como preparação para o exercício da cidadania,

⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 229.

⁷ BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

qualificação para o trabalho, princípio de liberdade e ideais de solidariedade. Dessa forma, lembramos Arroyo (2001)⁸: ‘Estamos em tempos não de luta pela cidadania, mas de luta pela inclusão social diante de tanta exclusão. Hoje a luta não se situa apenas e fundamentalmente no campo da participação política, dos direitos políticos, mas dos direitos sociais mais elementares: viver, comer, dormir, casa, moradia, trabalho, emprego’. Tais elementos entram em consonância com a meta 12 do PNE para assim, a FAPAS Campus II através de sua extensão, se propor a:

- a) Entender a Extensão como a prática acadêmica que interliga os Cursos, nas suas atividades de Ensino e de Iniciação Científica, com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo para a formação dada em sala de aula) com as demandas da sociedade civil (possibilitando o exercício da responsabilidade social);
- b) Prover espaço pedagógico que alinhe o Ensino e a Iniciação Científica com a sociedade, para a prática do conhecimento desenvolvido nos cursos, de forma sistematizada e articulada aos programas de ensino;
- c) Promover a integração e a consecução das áreas temáticas indicadas pelo Plano Nacional de Educação;
- d) Planejar e executar ações acadêmicas e institucionais voltadas ao desenvolvimento da autonomia das comunidades;
- e) Criar e aplicar instrumentos de diagnóstico de necessidades sociais nas comunidades vizinhas, com o intuito de aprimorar e implementar o programa de responsabilidade social da IES; e
- f) Estimular atividades em parceria com instituições de ensino e com organizações sociais por meio de convênios, consórcios e outras formas de associações, visando compartilhar ações de ensino, iniciação científica e extensão.

Nesse sentido, a Extensão é entendida como a prática acadêmica que interliga as atividades de Ensino-Pesquisa da IES com as demandas da população, possibilitando a formação do profissional cidadão, credenciando, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação da desigualdade social. É importante consolidar a prática da Extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Percebe-se isso nas práticas de Extensão presentes no Curso de Filosofia.

⁸ ARROYO, Miguel. A universidade e a formação do homem. In: SANTOS, Gislene A. (Org.). **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 41.

Ao conceituar a Extensão como ação diretamente vinculada ao compromisso social da academia, firmados em parâmetros da ética e do exercício da cidadania, reafirma-se seu caráter acadêmico, definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação, na qualificação e no intercâmbio com a sociedade. O que implica em relações multidisciplinares, ou transdisciplinares e interprofissionais.

Quadro 4 – Demonstrativo dos objetivos, metas e indicadores da extensão articulada com ensino e iniciação científica

Objetivos	Metas	Indicadores
Entender a Extensão como prática que interliga a IES, no Ensino e Iniciação Científica, com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo com a formação em de sala de aula) e com as demandas sociais, possibilitando exercitar responsabilidade social.	Revisar os PPC para que estejam em concordância com a Política de Extensão da Instituição.	Validar o PPC quanto à utilização da extensão como prática acadêmica, conforme descrita na Política de Extensão da Instituição.
Prover espaço pedagógico que alinhe o Ensino e a Iniciação Científica com a sociedade, para a prática do conhecimento desenvolvido nos cursos, de forma sistematizada e articulada com os programas de Ensino.	Ao oferecer e aprovar as atividades de Extensão, observar o seu desdobramento quanto às habilidades e competências inerentes à sua realização; Sistematizar a oferta de atividades de Extensão e promover ampla divulgação das mesmas; Destacar, nos Planos de Ensino e na ofertade atividades complementares, as oportunidades para o desenvolvimento de ações de Extensão.	Alunos em Extensão; Registrar atividades de extensão considerando a natureza, habilidades e competências a que se destinam; Validação dos PPC quanto à utilização das ações de Extensão na formação do discente.
Promover a integração e a consecução das áreas temáticas indicadas pelo Plano Nacional de Extensão (PNE).	Divulgar as áreas temáticas do PNE para docentes e selecionar as que serão adotadas pela FAPAS Campus II; Estimular a priorização das áreas temáticas escolhidas pela instituição para as ações de Extensão.	Incrementar as ações extensionistas com foco no PNE; Aumentar o número de instituições parceiras que possibilitem o desenvolvimento de ações extensionistas.
Planejar e executar ações acadêmicas e institucionais voltadas para o desenvolvimento da autonomia das comunidades.	Priorizar estudos que contribuam para o diagnóstico das necessidades das comunidades; Priorizar projetos de extensão voltados para a construção da autonomia das comunidades circunvizinhas à FAPAS Campus II; Divulgar aos docentes e aos parceiros da IES, seu interesse no desenvolvimento da autonomia das comunidades circunvizinhas, estabelecendo canal de comunicação para o recebimento de propostas de trabalho com este foco.	Aumentar as ações de Extensão que fortaleçam a autonomia das comunidades circunvizinhas à FAPAS Campus II; Aumentar a procura para apoiar projeto de desenvolvimento da autonomia da região circunvizinha.

(Continua)

(Conclusão)

Quadro 5 – Demonstrativo dos objetivos, metas e indicadores da extensão articulada com ensino e iniciação científica

Objetivos	Metas	Indicadores
Criar e aplicar instrumentos de diagnóstico de necessidades sociais nas comunidades vizinhas, com o intuito de aprimorar e implementar o programa de responsabilidade social da IES.	Estabelecer, nos colegiados de curso, instâncias para a discussão e criação de instrumentos de avaliação das necessidades sociais do entorno da FAPAS Campus II; Estabelecer procedimentos para a validação dos dados sociais obtidos na implantação de projetos de responsabilidade social.	Criar instrumentos de avaliação social; Quantificar e qualificar dados obtidos na avaliação social; Implementar ações com vistas à necessidade social.
Estimular a promoção de atividades em parceria com instituições de ensino e organizações sociais, por convênios, consórcios, e outras formas de associação, visando compartilhar ações de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.	Divulgar a Política de Extensão da Instituição para a comunidade e para possíveis parceiros; Criar procedimentos que facilitem acesso de organizações que tenham como objetivo a oferta compartilhada de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.	Aumentar parceiros institucionais para oferta de Ensino, Iniciação Científica e Extensão; Otimizar a divulgação da Política de Extensão.

Fonte: Institucional.

3.4 A produção científica resultante do ensino, pesquisa e extensão

Os elementos do Ensino, da Iniciação Científica e da Extensão explicitados até o momento certamente irão gerar produção científica. Os docentes orientadores devem encaminhar sua produção científica para publicação e isto será considerado um dos indicadores de avaliação docente, sobretudo no que concerne à:

- a) Publicação em periódicos indexados, em especial nos classificados pelo conceito *Qualis*;
- b) Autoria e/ou co-autoria de livro e/ou capítulo de livro;
- c) Participação em eventos científicos nacionais ou internacionais, com apresentação de trabalhos completos e resumos registrados nos respectivos anais;
- d) Publicação em jornais de circulação regional e/ou nacional; e
- e) Outras publicações e produções técnicas relevantes (projetos, tradução, dentre outras).

A produção científica deve ser registrada no *Curriculum Vitae* – modelo Plataforma Lattes e deverá ser encaminhada uma cópia à Secretaria para registro e constituição do acervo. A produção científica será um indicador para a concessão de novos projetos de pesquisa. Todos os professores deverão, na medida em que forem publicados seus trabalhos, entregar um exemplar, na íntegra, na Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

É obrigatória a apresentação do projeto de Iniciação Científica nos eventos do Curso e os resultados parciais ou finais, nos eventos da IES.

Para efeito de avaliação e autoavaliação das atividades, os indicadores devem ser buscados nas seguintes categorias:

- a) Avaliação dos Índices de Produtividade;
- b) Projetos que expressem a missão institucional;
- c) Intercâmbios científico-tecnológicos implementados por grupo de estudos;
- d) Publicação e/ou exposição em Congressos, Conferências e eventos similares;
- e) Participação dos professores nas Associações Científico-Culturais e Artísticas;
- f) Abrangência e impacto da Iniciação Científica nos cursos de graduação e pós-graduação;
- g) Alunos de graduação e pós-graduação envolvidos nos grupos de estudo com produção científica; e
- h) Obras produzidas com envolvimento de pesquisadores e alunos e artigos publicados nas revistas da Instituição.

3.4.1 Periódicos eletrônicos

A FAPAS Campus II irá manter em seu site um espaço de acesso aos periódicos eletrônicos, o qual tem por objetivo reunir e divulgar os periódicos científicos eletrônicos que serão desenvolvidos na Instituição, buscando com isso, a produção e difusão do conhecimento nas áreas atendidas pelo seu curso.

O Portal de Periódicos será gerido por uma funcionária do quadro administrativo que atua, quase que exclusivamente, no trabalho diário de manutenção desta área do site institucional.

3.4.2 O professor orientador de projetos

O professor orientador deve estar vinculado a uma ou mais linhas de pesquisa da Instituição e do curso onde atua, bem como manter atualização contínua do Curriculum Vitae – modelo Plataforma Lattes.

Os projetos serão coordenados por professores. Cada professor coordenador terá tantos alunos quantos julgar necessários para o desenvolvimento de seu projeto.

Após o início do projeto, será admitida a inclusão de outro professor quando justificada pelo coordenador.

O professor coordenador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- a) Selecionar os alunos participantes;
- b) Frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão;
- c) Orientar o aluno nas fases do trabalho científico, incluindo a elaboração do relatório final e material para apresentação dos resultados em congressos e seminários, entre outros;
- d) Acompanhar a exposição do aluno, por ocasião das avaliações e eventos científicos;
- e) Incluir o nome do aluno nas publicações e trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram sua participação efetiva na atividade de iniciação científica; e
- f) Observar datas e prazos estipulados pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

3.5 Políticas de gestão

O Planejamento e a Gestão Institucional resultam de um processo interno de desenvolvimento que parte da reflexão e assimilação de estratégias voltadas para a viabilização das capacidades e competências necessárias para a implementação de uma Gestão, cujos principais aspectos envolvidos são:

- a) Priorização das ações da FAPAS Campus II em seu quadro de alunos e comunidade;
- b) Desenvolvimento sustentável com a compatibilização de receitas e despesas – todo custo e/ou investimento poderá ser assumido a partir do momento em que houver disponibilidade de recursos para tal ou a potencialidade de auto-sustentação, viabilização técnica e operacional, buscando alternativas mercadológicas para manutenção do ponto de equilíbrio e crescimento patrimonial/financeiro e para a viabilização de novas iniciativas e investimentos da FAPAS Campus II;
- c) As ações e realizações da FAPAS Campus II somente serão desenvolvidas dentro de padrões rigorosos de excelência acadêmica e gestão administrativa;
- d) As ações planejadas, de caráter global, a médio e longo prazo, devem prever o macro objetivo, suas estratégias, características, cronograma e possibilidades/condições de

viabilização, estabelecendo ainda o elenco de metas e suas prioridades, para todas as áreas de atuação da FAPAS Campus II;

- e) Inovação, competência, criatividade, compromisso, ética nas relações, profissionalismo e desenvolvimento contínuo são componentes indispensáveis e constantes à consciência profissional desenvolvida pela Faculdade; e
- f) Foco no desempenho e nos resultados. O cumprimento dos objetivos, metas e ações estratégicas traçadas são fundamentais e indispensáveis.

3.5.1 Objetivos específicos para planejamento e gestão institucional

Os objetivos e metas para planejamento e gestão institucional devem ser definidos e revistos anualmente, tendo como focos centrais e permanentes:

- a) Profissionalização das relações de trabalho, atendimento e serviços junto aos professores e alunos;
- b) Articulação e integração dos cursos, a partir da adoção de políticas coletivas de atuação pedagógica, administrativa e relacionamento comunitário;
- c) Ampliação do número de cursos oferecidos na Graduação e Pós-Graduação, buscando atender de forma qualificada ao plano de crescimento e desenvolvimento institucional;
- d) Consolidação da indissociabilidade entre o ensino, a iniciação científica e a extensão, articulando as áreas temáticas da IES com as linhas de pesquisa dos cursos;
- e) Cumprimento das políticas de capacitação profissional, estimulando a qualificação contínua do corpo docente e ampliando a base de titulação (mestres e doutores) dos professores;
- f) Identificação e reconhecimento dos movimentos da sociedade e mercado de trabalho, antecipando-se a suas tendências, utilizando ações de intercâmbio, de iniciação científica, definindo estratégias para identificar e conquistar novos espaços, na sua totalidade e diversidade de demanda;
- g) Reavaliação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação;
- h) Promoção do aumento no número de matrículas;
- i) Desenvolvimento de mecanismos (estrutura e funcionamento) que aperfeiçoem a prática desenvolvida para o Processo Seletivo de ingresso ao Ensino Superior;
- j) Contínua reorganização estrutural e funcional das Bibliotecas, para atendimento à demanda do Ensino, da Iniciação Científica e da Extensão;

- k) Promoção de eventos conjuntos com as outras Instituições Palotinas e IES da comunidade;
- l) Desenvolvimento de condições e mecanismos para realização da avaliação e do acompanhamento de projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão; e
- m) Incentivo à auto-avaliação junto aos discentes, docentes e corpo administrativo, com o intuito de qualificar os processos institucionais.

3.5.2 Metas específicas para planejamento e gestão institucional

- a) Otimizar e qualificar os espaços físicos de trabalho;
- b) Otimizar e controlar despesas, potencializando o resultado financeiro para investimento e qualificação dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como dos projetos de iniciação científica e extensão;
- c) Revisar, modernizar e unificar os padrões de trabalho da área administrativa (atendimento, secretaria, biblioteca e laboratórios), buscando otimizar processos e resultados;
- d) Qualificar, aperfeiçoar e agilizar a circulação de rotinas internas da área acadêmico-administrativa;
- e) Marcar a confessionalidade, com presença da Pastoral em todas as dimensões da vida acadêmica;
- f) Sistematizar e divulgar na comunidade acadêmica e externa os eventos da Instituição;
- g) Realizar, conforme datas previstas no calendário acadêmico, eventos pedagógicos, científicos e culturais de cada curso, promovendo ampla divulgação externa e interna;
- h) Aperfeiçoar a Ouvidoria buscando atender as demandas;
- i) Otimizar a Assessoria de Relações Públicas ;
- j) As diretrizes estratégicas estão agrupadas em quatro áreas (Graduação, Iniciação Científica e Pós-Graduação, Extensão e Administração) e têm previsão de implementação e avaliação conforme o proposto nos quadros que se seguem; e
- k) As diretrizes estratégicas estão agrupadas em quatro áreas (Graduação, Iniciação Científica e Pós-Graduação, Extensão e Administração) e têm previsão de implementação e avaliação conforme o proposto nos quadros que se seguem.

Quadro 6 – Demonstrativo das estratégias da área administrativa

Ações	2025	2026	2027	2028	2029
Desenvolver ações para constituição de um modelo palotino de gestão acadêmico-administrativa.	X	X	X	X	X
Acompanhar o desempenho econômico-financeiro.	X	X	X	X	X
Interagir e mensurar a satisfação dos alunos e da comunidade em relação aos serviços prestados, próprios e terceirizados.	X	X	X	X	X
Garantir os recursos para a Autoavaliação Institucional.	X	X	X	X	X
Manter e conservar o recurso patrimonial e material.	X	X	X	X	X
Desenvolver ações de comunicação e divulgação institucional.	X	X	X	X	X
Desenvolver ações para implantar a política qualificada de marketing, negócios e comunicação institucional.	X	X	X	X	X
Disponibilizar/desenvolver sistema informatizado de trabalho.	X	X	X	X	X
Capacitar e desenvolver as potencialidades humanas.	X	X	X	X	X
Efetivar parcerias com outras Instituições de Ensino Superior para oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação	X	X	X	X	X

Fonte: Institucional.

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de Responsabilidade Social é definida a partir das características e das ações construídas ao longo de sua trajetória histórica e está registrada na filosofia confessional das Instituições Palotinas de todo o mundo. A Educação Palotina, herdeira dessa mensagem de fé e esperança, constitui uma comunidade consciente da responsabilidade social do Evangelho, que visa o Reino de Deus e a sua justiça na terra, em benefício de todas as pessoas.

O aspecto central a ser considerado para a definição de políticas e ações no âmbito da responsabilidade social é a missão da Instituição, qual seja: promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania através da excelência no ensino, iniciação científica e extensão e em sua atuação na sociedade.

A Responsabilidade Social no Ensino – no que se refere a contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos – faz parte, hoje, da filosofia da maioria das IES preocupadas com a formação do acadêmico enquanto cidadão.

Coerente com essa filosofia, a FAPAS Campus II se posiciona no sentido de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, estimulando professores e alunos a se engajarem em ações sociais. Dessa forma são propostas atividades curriculares e extracurriculares, previstas nos projetos pedagógicos dos cursos. Com isso a Instituição busca capacitar os acadêmicos não somente para o sucesso profissional, mas, também, para o compromisso social, visando contribuir com o desenvolvimento da sociedade; através da formação de recursos humanos, do desenvolvimento e da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Configurando-se, assim, como um centro de excelência, sempre com vistas ao aprimoramento da sociedade.

O compromisso e a responsabilidade social da FAPAS Campus II na região em que está inserida, se traduzirá nos diversos trabalhos que serão realizados em prol da comunidade, através de atividades que serão desenvolvidas pelos seu curso, visando à promoção da cidadania e atuação em diversos setores sociais como, serão criados os seguintes serviços:

- a) Projetos de Filosofia nas Instituições da região;
- b) Ações de trabalhos na periferia, presídio, hospitais, quartéis, escolas, seminários;
- c) Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI);
- d) Núcleo de Proteção Integral da Criança e do Adolescente (NUPRICA); e
- e) Núcleo Palotino de Psicologia e Estudos Culturais (NUPPEC).

No contexto contemporâneo, vem ocorrendo o redimensionamento das exigências das IES em relação à inserção social e às responsabilidades frente às necessidades da sociedade em que estão inseridas. Responsabilidade Social é conceito ainda amplo que vai se definir com maior consistência no âmbito tanto das exigências legais quanto nas concepções das diversas modalidades institucionais. As características, objetivos e prioridades de cada instituição são fundamentais na construção de uma definição específica a cada caso, respeitando o contexto onde está inserida. Nesse contexto, ocorrem discussões sobre o compromisso social e a identidade acadêmica, inclusive pelo viés das ações da extensão. Assim, o compromisso social da IES se apresenta, não como uma opção a ser feita por ela, mas como um marco, manifestando-se na sua vocação para a produção de conhecimento, formação pessoal e transformação social. Nesse sentido, é importante ressaltar que tal compromisso pressupõe a autonomia universitária, sem a qual a dimensão crítica do conhecimento e da formação se perde.

Para corroborar essa contextualização, a ABNT avalia que, nas últimas décadas, tem crescido a mobilização e a preocupação social com temas associados à cidadania, à ética, aos direitos humanos, ao desenvolvimento econômico e sustentável, e à inclusão social. Nesse sentido, organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar desempenhos ambientais, econômicos e sociais adequados, controlando os impactos de suas relações, processos, produtos e serviços na sociedade, de forma consistente com sua política e com seus objetivos de responsabilidade social.

A FAPAS Campus II irá proporcionar espaços democráticos e de participação da comunidade acadêmica, sobre questões que estão relacionadas com a responsabilidade social. Assim, reafirma que, na sua trajetória, irá procurar inserir ações prático-sociais e políticas institucionais que irão apontar para metas de compromisso social/responsabilidade social.

As ações de responsabilidade social da FAPAS Campus II irão se estruturar, em maior ou menor grau, na missão da Instituição, que é, em última instância, produzir e difundir conhecimentos; os quais promovam a melhoria da qualidade de vida e formação de cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes transformadores numa sociedade em constante mudança.

Nesse sentido, é importante recuperar a evolução que o conceito ou definição de responsabilidade social adquiriu no transcorrer da sua trajetória histórica. Inicialmente, e na maior parte da sua história, a noção de extensão universitária parecia abarcar a maior parte das ações e políticas que revelavam o compromisso social da Instituição. É importante salientar que a FAPAS Campus II nasce como uma instituição de caráter filantrópico. As opções em relação aos compromissos procuraram privilegiar as necessidades da realidade da comunidade regional.

Assim, o oferecimento de ações extensionistas em diversas áreas de formação profissional parecia cumprir, em muito, as exigências do estabelecimento de vínculos estreitos entre a faculdade e a comunidade regional.

A política de responsabilidade social está alicerçada, tanto na sua própria trajetória histórica, quanto nas exigências relacionadas ao ensino superior e em suas modalidades de avaliação. A Lei nº 10.861/2004 dá um indicativo sobre como a responsabilidade social deverá ser observada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: “considerada, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e plural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES”.

Nesta direção, a FAPAS Campus II define como dimensões de sua política de responsabilidade social, a formação de profissionais, o desenvolvimento de iniciação científica, a difusão de conhecimentos e a sua vocação regional e comunitária, com o compromisso de:

- a) Desenvolver ações de inclusão social e promoção da cidadania;
- b) Defender o meio ambiente, especialmente no âmbito regional;
- c) Articular ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável; e
- d) Favorecer a defesa da produção artística, do patrimônio cultural e da memória cultural.

As ações de responsabilidade social ocorrerão em todos os níveis e instâncias institucionais e serão de responsabilidade dessas instâncias e da comunidade, sua fiscalização e avaliação. Os projetos de responsabilidade social priorizarão os compromissos definidos nas dimensões supracitadas. As ações de responsabilidade social no ensino, iniciação científica e na extensão serão de responsabilidade do curso de graduação em conjunto com: Coordenação Acadêmica, Supervisão Administrativa, Coordenação Pós-Graduação e Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

As variáveis a serem consideradas no processo de avaliação, extraídas dos dados sobre as políticas de responsabilidade social, deverão contemplar tanto a eficiência dos programas, projetos ou atividades desenvolvidos quanto a sua efetividade. A eficiência da execução de um plano é avaliada pela velocidade e qualidade das respostas geradas. Todavia, é preciso estar atento para verificar o surgimento de categorias particulares para cada processo. Quanto à efetividade, o processo de avaliação das políticas de responsabilidade social ocorre pelo resultado concreto – ou das ações condizentes com esse resultado – dos fins, objetivos e metas,

isto é, a efetividade pode ser verificada por meio dos impactos e transformações que essas ações venham a causar.

4.1 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A Faculdade Palotina Campus II manterá com a comunidade, instituições e empresas uma salutar relação de cooperação para a consecução da missão, visão e objetivos institucionais que viabilizam o atendimento de inúmeras demandas importantes para a melhoria da sociedade. É neste contexto de cooperação e colaboração que as relações institucionais se estabelecem e são constantemente ampliadas nas mais diversas áreas a fim de:

- a) Estimular o conhecimento e o entendimento dos problemas do mundo presente, de modo a prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de cooperação e reciprocidade;
- b) Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas e conhecimento gerados na Instituição;
- c) Promover ações que propiciem a integração efetiva com a comunidade onde a Instituição está inserida;
- d) Engajar representantes de segmentos da sociedade interessados na definição de princípios, atividades e estratégias que nortearão o desenvolvimento dos cursos da Instituição;
- e) Promover encontros científicos e culturais e o conseqüente intercâmbio com outras Instituições;
- f) Promover ações que propiciem o intercâmbio entre Instituições de Ensino, tais como permuta entre revistas institucionais e obras editadas pela IES;
- g) Estabelecer convênios com organismos internacionais, a fim de propiciar o avanço do conhecimento para professores e alunos; e
- h) Estimular a criação de Núcleos que atendam não só as especificidades do seu curso, como aos novos desafios sociais.

As relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas se viabilizará através das ações do curso de graduação de forma a estabelecer fluxo contínuo entre o conhecimento produzido no âmbito da academia e as demandas oriundas da sociedade. A seguir são elencadas em linhas gerais ações articuladas através dos cursos com a comunidade que evidenciam essa exitosa experiência.

4.1.1 Ações articuladas entre o curso de Filosofia e a comunidade

O Curso de Filosofia buscará ter parcerias com instituições de ensino Particular, Estadual e Municipal nos níveis fundamental e médio, Instituições não governamentais, instituições públicas e privadas, para promover projetos de extensão com todos pertencentes a essas instituições; visando conhecer e discutir temas que possibilitem reflexões filosóficas referentes à formação humana.

4.2 Núcleos institucionais de atendimento à comunidade interna e externa

A Faculdade Palotina Campus II irá criar importantes núcleos institucionais que terão a função de fomentar o Curso de graduação e as ações junto aos segmentos importantes da comunidade interna e externa. De forma geral, os núcleos institucionais podem estar diretamente ligados ao Curso mantido pela IES ou ser independente e afetar todo o contexto institucional.

Quadro 7 – Demonstrativo dos futuros núcleos institucionais

 <p>NUPPEC FAPAS</p>	<p>NUPPEC – Núcleo Palotino de Psicologia e Estudos Culturais</p> <p>Núcleo multi e interdisciplinar que visa discutir, refletir através de palestras e de seminários, temas de interesse para a comunidade acadêmica e demais pessoas que tenham propostas de relevância para a sociedade e para os acadêmicos. Qualquer área de conhecimento terá sua importância para fazer articulações com as outras áreas. Portanto, abrange vasta possibilidade para quem quiser conhecer outros temas além daqueles que são do seu interesse para ampliar o leque do saber. O Núcleo está aberto a todas as áreas que queiram fazer articulações com a Psicologia e com os Estudos Culturais. Os Estudos Culturais visam compreender como a cultura produz subjetividades e como os indivíduos produzem cultura. Também as Pedagogias Culturais se inserem nesse contexto por ampliar as possibilidades de conhecimentos.</p>
 <p>NAI FAPAS Núcleo de Acessibilidade e Inclusão</p>	<p>NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão</p> <p>O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão tem a função de articular políticas e ações que garantam que a IES esteja preparada para receber e propiciar a construção do conhecimento através de acompanhamento pedagógico para melhorias das práticas docentes. Composto por uma equipe multidisciplinar o Núcleo, também, trabalha para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, metodológicas e, principalmente, para a construção de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com deficiência (física, visual e auditiva); transtornos globais de desenvolvimento, através da sugestão de procedimentos educacionais diferenciados para o ensino aprendizagem e avaliação.</p>

(Continua)

Quadro 8 – Demonstrativo dos futuros núcleos institucionais

 <p>NUPRICA FAPAS</p>	<p>NUPRICA – Núcleo de Proteção Integral da Criança e do Adolescente</p> <p>Espaço multi e interdisciplinar que através de estratégias e ações adequadas, objetiva proporcionar a defesa, proteção e promoção de crianças e adolescente, acentuando o Direito da Criança e do Adolescente e favorecendo a implementação de políticas públicas vinculados ao sistema de garantia de direitos. O Núcleo através da investigação acadêmica, debates, palestras e seminários, elaboração de pesquisas e produção de relatórios, dedica-se a romper com paradigmas históricos, políticos, sociais e econômicos, que tendem a prejudicar o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Os estudos e investigações realizadas, podem acontecer de forma interdisciplinar e interinstitucional, favorecendo a formação e informação dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, dos desafios para a sua concretização e a necessidade de se fortalecer a responsabilidade social do Estado, da sociedade e da família. Possibilitando a participação social, com ressalva da criança e do adolescente, se fortalecem as estratégias, em vista de possíveis ações, vinculadas a demais instituições públicas e privadas, em que a cidadania ativa seja fortalecida.</p>
---	---

Fonte: Institucional.

4.3 Convênios com entidades locais

A Faculdade Palotina Campus II irá estar sempre em consonância com a comunidade. Por isso, manterá convênio com Instituições e empresas que assim desejarem. Assim que esses convênios forem firmados estarão elencados aqui neste capítulo do PDI.

5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Diante do novo cenário educacional, as instituições de ensino superior lançaram mão de processos de comunicação para melhor divulgarem seus serviços, objetivando diferenciar-se em um mercado cada vez mais competitivo.

Porém, a comunicação organizacional somente apresenta resultados se concebida como estratégia, integrada e derivada de uma cultura de comunicação comum a todos os níveis da organização; pressupondo, assim, um Estabelecimento Educacional o qual dialoga com toda a sociedade, num modelo de gestão em que a tarefa de comunicar não é exclusiva das estruturas profissionalizadas da área.

Nesse contexto, a FAPAS Campus II acredita que a comunicação é o elemento vital para o processamento de suas funções administrativas internas e de relacionamento com os diferentes públicos que compõe a instituição. Por isso, mantém canais de comunicação permanentes, os quais são utilizados para viabilizar sua missão institucional, que está pautada na busca pela promoção e valorização do ser humano. Fortalecendo, com isso, a cidadania, através da prática da excelência no ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade.

Neste ínterim, a FAPAS Campus II considera que o diálogo com a sua comunidade acadêmica e com os seus públicos de interesse abre as portas da faculdade para que cada vez mais pessoas conheçam o seu trabalho e a sua atuação na sociedade. Neste sentido, o processo de comunicação realizado de forma estratégica auxilia a Instituição a alcançar seus objetivos, levando adiante a sua missão e sua visão. Assim, pode-se dizer, então, que a comunicação exerce uma função estratégica quando consegue posicionar, perante a sociedade, a Instituição como um todo, demonstrando qual é a razão de ser da mesma e definindo sua identidade, com vistas ao futuro.

A partir de ações planejadas a comunicação torna-se mais eficaz e potencializam-se os seus resultados. Para garantir a precisão e a agilidade dos fluxos comunicativos, a comunicação institucional na FAPAS Campus II realizar-se-á de forma gerencial e integrada permitindo uma atitude mais sinérgica e pressupondo a junção da comunicação interna e da externa. Todas as ações comunicativas da IES funcionam de maneira estratégica e visam organizar fluxos de comunicação capazes de fazer com que ela fale da melhor maneira com os seus diferentes públicos.

A FAPAS Campus II contará com uma estrutura específica para o desenvolvimento do processo de comunicação institucional. A Assessoria de Comunicação, será instituída e sua

organização administrativa e funcional está sob o controle e supervisão do Diretor Geral, tem o objetivo de desenvolver projetos de comunicação capazes de transmitir as mesmas mensagens em diferentes ações, com intuito de alcançar públicos diversos. Entre os serviços prestados, a Assessoria de Comunicação da FAPAS Campus II realizará trabalhos de pesquisa, assessoria e consultoria, planejamento, ações de comunicação dirigida, eventos e promoções especiais e divulgação para a imprensa.

A meta principal do trabalho de Comunicação da FAPAS Campus II é o estabelecimento de um diálogo aberto entre a comunidade e a IES, com foco no fortalecimento da comunicação externa e interna da Faculdade. Assim, a FAPAS assume a tarefa de fazer com que o conhecimento gerado no âmbito acadêmico seja socializado com o grande público, a partir da ideia de educação e comunicação como instrumentos para o desenvolvimento educacional, humano, social e de cidadania.

5.1 Comunicação com o público interno

Considerando o público interno da FAPAS Campus II que será uma comunidade composta por pessoas de diferentes segmentos (alunos, técnicos-administrativos, professores, estagiários, parceiros e terceirizados), diferentes níveis escolares e sociais, faz-se necessária a utilização de canais de comunicação adequados para compatibilização dos interesses dos envolvidos. Para além da segmentação de públicos, o foco da comunicação interna é a comunidade de pessoas que integram a FAPAS Campus II, tendo como objetivo o estabelecimento e cristalização, como prática permanente, do diálogo entre Instituição e seus colaboradores, fortalecendo o relacionamento entre a Direção e o corpo funcional, bem como entre a FAPAS Campus II e toda sua comunidade acadêmica.

O trabalho de comunicação interna da IES privilegiará, de maneira expoente, a difusão da sua missão institucional com vistas à ampliação e harmonização do diálogo, buscando equalizar interesses, integrar equipes de trabalho e valorizar a produção e disseminação de conhecimento, fruto da razão de ser da FAPAS Campus II. Nesta lógica, a IES tem nos processos de comunicação interna, um braço da sua estratégia de comunicação, ações dirigidas também aos públicos externos (acionistas, imprensa, futuros alunos, comunidade local, fornecedores, governo, etc.), de maneira que esses relacionamentos tenham objetivos comuns, fortalecendo uma imagem única e refletindo a postura ética estabelecida entre os diferentes agentes da Instituição.

Assim, a comunicação interna compreende uma área estratégica, incorporada no conjunto de definições políticas e funcionais da Instituição, tendo como ponto de partida a Assessoria de Comunicação da IES.

Transformar a informação em conhecimento será a meta principal da comunicação interna da FAPAS Campus II. Ou seja, suas ações são planejadas e executadas visando a maior circulação de informações que tendem a se transformar em conhecimento compartilhado por todos.

Neste contexto, a FAPAS Campus II definirá canais de comunicação específicos para atender às demandas de informação, privilegiando os meios digitais por considerá-los eficazes para que a informação chegue, de forma instantânea, ao público envolvido.

Dentre as atividades rotineiras, a comunicação interna desempenha um papel consultivo no sentido de orientar os setores para a correta disponibilização da informação em seus diversos canais de comunicação e, ainda, desenvolverá planos integrados contemplando campanhas motivacionais internas; tanto para acadêmicos como para técnico-administrativos e docentes.

A comunicação interna, portanto, utilizará instrumentos e ferramentas que convergem para a formação da imagem institucional e o reconhecimento público. Afinal, potencializando-se o fluxo de informações, integra-se públicos, contribui-se na formação de equipes de alta performance e reforça-se a imagem corporativa da IES.

O exercício da comunicação na FAPAS busca a valorização das relações humanas e do diálogo e se traduz nas seguintes ações principais:

- a) Portal do Professor/Aluno: a FAPAS Campus II investirá em tecnologias que melhorem a eficiência no controle das informações referentes a comunidade acadêmica da IES. O Portal do Professor/Aluno controlará a "vida acadêmica" dos estudantes e sua relação com os docentes, sendo de fundamental importância para a facilidade na tramitação do fluxo de informações internas. Trata-se de um sistema de fácil manuseio baseado em um ambiente seguro, moderno e prático que utilizará tecnologia avançada;
- b) Site Institucional: a FAPAS Campus II possuirá um portal para comunicar-se com o público de forma mais segmentada e, conseqüentemente, mais eficaz. Do ponto de vista da comunicação interna, o site é um dos principais meios que será utilizado pela comunidade acadêmica para informar-se acerca das rotinas diárias da IES. A Assessoria de Comunicação será responsável pelo abastecimento diário de conteúdo relevante no site;
- c) Ouvidoria: o canal de Ouvidoria será criado para garantir a comunicação permanente e próxima da IES com a sua comunidade interna e externa, tendo como objetivo facilitar

- o recebimento das manifestações, através de um processo ágil, eficaz e seguro. O serviço de Ouvidoria encontrar-se-á disponível através de um link no site da Instituição;
- d) Acompanhamento de egressos: através deste Programa a FAPAS manterá um canal de comunicação com seus antigos alunos de graduação e pós-graduação no sentido de manter-se informada sobre o seu sucesso no mercado de trabalho e, também, suas dificuldades. O acesso ao Programa será realizado através de um link no site da Instituição;
- e) Redes sociais digitais: a FAPAS Campus II entende que a comunicação, a partir das redes sociais digitais, propicia melhores relacionamentos com os seus públicos, diminuindo distâncias, potencializando vozes e contribuindo para um processo de comunicação mais horizontal. Assim, manterá estratégias de comunicação para a internet coerentes com os objetivos de comunicação institucionais, atentando aos princípios e valores e a filosofia da IES. A IES utilizará as redes sociais digitais (Facebook, Youtube, Instagram, LinkedIn) para manter o relacionamento com os seus públicos de interesse, além de divulgar eventos e informações de interesse da comunidade acadêmica. Esse mecanismo de comunicação está pautado na agilidade, na disposição para o diálogo transparente e no respeito às divergências de ideias e opiniões. O conteúdo institucional será gerido pela Assessoria de Comunicação, com vistas à maximização do relacionamento com a comunidade acadêmica. A comunicação via redes sociais digitais utiliza ferramentas como: vídeos, mensagens instantâneas e coberturas em tempo real;
- f) Mídia alternativa: fixação cartazes em murais e ações pontuais que envolvem a distribuição de camisetas, adesivos, folders, flyers, entre outros. Este tipo de mídia alternativa será utilizada sempre que for lançada uma nova campanha ou um novo evento, sendo sempre produzida pela Assessoria de Comunicação;
- g) Documentos internos e manuais personalizados: a FAPAS Campus II manterá o público interno atualizado de todas as informações referentes aos procedimentos institucionais por meio de projetos, ofícios, memorandos e editais. Estatuto, regimento, resoluções e circulares, enquanto normas legais da IES, também podem ser encontrados nos canais de comunicação interna da Instituição. A Instituição também utilizará manuais personalizados como forma de manter um padrão em suas atividades internas;
- h) Eventos e campanhas internas: com vistas a abrir espaço para a participação efetiva do público interno da FAPAS Campus II em suas ações a IES irá organizar eventos e campanhas internas que estabeleçam interações diretas deste público com a Instituição.

Ações como lançamento de campanhas de vestibular para a comunidade interna e, somente após, para a comunidade externa, confraternizações, capacitações, reuniões e cursos de qualificação, além de campanhas de conscientização sobre temas pertinentes ao mundo do trabalho são algumas das ações de comunicação interna que fomentam a valorização da condição humana e o aprimoramento do relacionamento entre todos os que atuam na FAPAS Campus II;

- i) Mídia eletrônica: a FAPAS Campus II utilizará mídias eletrônicas como e-mail para garantir que a comunicação entre setores seja alcançada, principalmente no que tange às normas internas. Também para outros contatos externos mediante ofícios e comunicações; e
- j) Dispositivos móveis/WhatsApp: o uso dessas tecnologias no ambiente de trabalho da IES proporciona um canal de comunicação interna direta e segmentada por públicos específicos, através do qual se obtêm um resultado rápido e eficaz de disseminação de informação.

5.2 Comunicação com o público externo

O público externo da FAPAS Campus II será amplo e heterogêneo e, por esse motivo, as ações de comunicação serão realizadas de maneira direta e segmentada com o público específico que se quer atingir. Ou seja, dependendo do público a ação comunicativa será realizada a partir de determinado veículo, com linguagem apropriada e específica e de maneira aproximativa e interativa, alinhada com a missão institucional e visando um discurso uniforme e a coerência das mensagens.

Todo trabalho de comunicação com o público externo consiste em promover relacionamentos eficazes com públicos estratégicos, levando em conta as questões humanas e agregando valor à Instituição. A FAPAS Campus II manterá um processo de comunicação permanente com seu público externo que tem por finalidade consolidar a marca, promover credibilidade e reputação e agregar valor aos negócios da Instituição. As ações comunicativas com o público externo são realizadas de maneira estratégica e visam a construção de relacionamentos duráveis e equilibrados, privilegiando a exposição positiva de informações, com base em um plano de divulgação.

O planejamento e a administração da comunicação externa da FAPAS Campus II serão realizados pela Assessoria de Comunicação com o aval da Direção. Todas as ações, que se

traduzem em campanhas institucionais, levarão em conta das demandas da Instituição, seus interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da própria sociedade.

A comunicação com o público externo será feita com cuidado para garantir informações precisas e transparentes. Utiliza-se, portanto, a comunicação tradicional, através de mídia impressa (jornais, revistas, catálogos, filipetas, busdoor, outdoor, entre outras), rádio, TV e internet; com o objetivo de que todos tenham conhecimento do que a FAPAS Campus II pode oferecer em termos de cursos, formas de ingresso, estrutura e qualidade de ensino. Vale lembrar que a FAPAS Campus II considera a internet (enquanto mídia) como um canal que proporciona uma expansão das informações que se multiplicam a cada novo minuto.

A comunicação externa da FAPAS Campus II privilegiará a informação ao público externo sobre os cursos oferecidos e seus diferenciais e primará pela transparência na comunicação e pela atuação da marca FAPAS Campus II na sociedade. O exercício da comunicação externa na FAPAS Campus II buscará o cumprimento da missão institucional, a consecução dos objetos da IES e a fixação pública dos seus valores e princípios éticos e se traduzirá nas seguintes ações principais:

- a) Mídia tradicional: a FAPAS Campus II entende que a mídia tradicional ou mídia massiva ainda é uma ferramenta de comunicação que desperta consciência, chama atenção, suscita interesse, geram disseminação de informações e levam à decisão. Por este motivo, a IES manterá anúncios periódicos em Jornal Impresso e Rádio;
- b) Redes sociais digitais: a inserção da FAPAS Campus II nas redes sociais digitais também estará atrelada ao estabelecimento de uma experiência de relacionamento com o público externo que visa a criação de interesse, valor e fidelização gerando um ciclo de oportunidades. Ou seja, a Instituição deverá utilizar das opções proporcionadas pelas redes sociais digitais para ir até o seu público e despertar nele o desejo que fazer parte de sua comunidade acadêmica. Para a efetivação desse processo a FAPAS Campus II investirá em anúncios e campanhas patrocinadas nas redes sociais digitais;
- c) E-mail marketing: a FAPAS Campus II manterá um banco de dados atualizado o qual é utilizado sempre que é necessária a disseminação de informações que tenham intuito de captação de alunos;
- d) Mídia urbana: outdoors, busdoors, hanbus e campanhas indoor estrategicamente localizadas levando informações dirigidas ao público de interesse serão amplamente utilizadas pela FAPAS Campus II, de maneira estratégica, visando um posicionamento da sua marca na comunidade local e regional;

- e) Relacionamento com a imprensa: a FAPAS Campus II trabalhará com assessoria de imprensa a partir de um conjunto de ações que têm por objetivo obter, de forma gratuita, a divulgação de fatos em formato de notícias, de forma positiva sobre suas ações e feitos no âmbito do ensino superior, da pesquisa e da extensão. O principal instrumento de relacionamento com a imprensa é o envio de press releases que tem por finalidade chamar atenção da imprensa sobre os fatos relevantes da Instituição que podem ser divulgados pela mídia de forma gratuita. De outra via, a Instituição também se utilizará do press kit quando há necessidade de ampliação de informação para que uma matéria seja mais completa. Outra estratégia a ser utilizada pela FAPAS Campus II é o open house, ou seja, a imprensa será chamada para um tour dentro da IES; e
- f) Ações externas: a FAPAS Campus II manterá sempre ativa a sua participação em eventos e feiras que tenham propostas convergentes com a atuação da IES. Este tipo de atividade tem por objetivo a prospecção de novos mercados, oportunidade de conhecer a concorrência e a si próprio, buscar parcerias estratégicas, divulgar a marca e, acima de tudo, fomentar o compartilhamento de todo saber que é produzido dentro da Instituição com a sociedade com vistas ao desenvolvimento do conhecimento e a luta por um mundo melhor.

5.3 Ouvidoria

A Ouvidoria Acadêmica da FAPAS Campus II será criada para garantir um canal permanente de comunicação, proporcionando maior aproximação entre a Instituição e comunidades internas e externas; com objetivo de facilitar o recebimento das manifestações, através de um processo ágil, eficaz e seguro. Poderão ser encaminhados sugestões, elogios e/ou críticas da comunidade acadêmica, o que compreende discentes, docentes, técnico-administrativo e comunidade externa, sobre o atendimento, instalações e serviços oferecidos pela Instituição. As demandas recebidas podem apontar sinais de (des)articulação, merecendo consideração da avaliação institucional.

A Ouvidoria trabalhará de forma personalizada, transparente, objetiva e isenta, assegurando o sigilo absoluto como forma de preservar a identidade do manifestante. Na Ouvidoria, os usuários são atendidos pelo e-mail e pelo formulário que estará disponível no site da Faculdade. O serviço de Ouvidoria tratará somente de casos que as instâncias normais de atendimento não conseguem solucionar.

6 ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

6.1 Políticas de gestão de pessoas

A Gestão de Pessoas (GP) nas organizações assume papel especialmente relevante e estratégico na realidade competitiva atual. É por meio do estabelecimento de políticas e práticas de GP que as organizações têm condições de criar capacidades organizacionais que levam a uma competitividade maior.

Neste contexto, a GP da Faculdade Palotina Campus II está organizada a partir do seu quadro de colaboradores (corpo docente e do quadro funcional administrativo), envolvendo os processos relativos à seleção e contratação, qualificação e avaliação, por meio das seguintes políticas:

- a) Seleção e contratação: será baseado com os requisitos do cargo com o objetivo de traçar o perfil do candidato que melhor se adapte a função específica, de acordo com as Políticas de Gestão de Pessoas da Faculdade;
- b) Qualificação: desenvolver ações de qualificação para os colaboradores considerando as competências institucionais e as individuais; e
- c) Avaliação: o processo de avaliação para a progressão na carreira será instaurado pela Faculdade Palotina Campus II futuramente, devendo os interessados encaminhar a documentação exigida à Comissão de Avaliação de Docentes (CAD), em processo específico.

6.2 Gestão do corpo docente

A gestão do corpo docente da FAPAS Campus II orientar-se-á, pelas normas da legislação vigente e a perspectiva palotina de gestão. O corpo docente da Faculdade será composto por mestres e doutores na sua área de atuação e são envolvidos envolvidos nas áreas em que atuam como professores, por hora eles tem termo de compromisso assinado para atuar na instituição, logo após a publicação da portaria de credenciamento e autorização do curso eles serão contratados.

6.2.1 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

A contratação de professores da Faculdade Palotina campus II se dará através da análise do currículo, prova didática e entrevista com a Direção, em que se busca conhecer de forma mais vivencial a experiência dos candidatos. O objetivo pela qual a IES utiliza esse método de contratação, para a área da docência, é oportunizar a participação de profissionais qualificados nas diversas áreas, da mesma maneira, visa ampliar as possibilidades de manter o quadro de professores qualificados. Assim, mesmo tendo a experiência na docência como critério importante para a seleção, a Instituição também oportuniza o ingresso de novos professores; pois tem a convicção da importância de manter um quadro docente em que a experiência e a inovação se conjugam.

Sendo a região detentora de qualificados e numerosos profissionais das mais diversas áreas do saber, a Instituição tem como um dos critérios a necessidade da pós-graduação concluída em nível de mestrado ou doutorado. Somente em caso de não haver disponibilidade desses, contratam-se, então, professores em nível de Especialização.

Poderá haver ainda contratação de professor em regime emergencial, estes são contratos temporários, para suprir a falta de docentes de carreira e decorrente de afastamento para capacitação, exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria e licenças previstas em Lei.

Na FAPAS Campus II os professores podem ser contratados de duas formas:

- a) Os cedidos pela Mantenedora, os quais são membros efetivos da mesma, e tem seu regime de trabalho, na FAPAS Campus II, em período Integral e com dedicação Exclusiva; e
- b) Os professores que poderão trabalhar na Instituição em regime horista, parcial e integral sem dedicação exclusiva e são contratados respeitando o Regime Jurídico aplicável e dispositivos legais que a regulamentam, normas e regulamentos estatutários e regimentais.

6.2.2 Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente

O acompanhamento e a avaliação do planejamento do trabalho docente irão iniciar na Instituição antes do início de cada semestre, quando a FAPAS Campus II através da Coordenação Acadêmica promoverá um seminário pedagógico; em que participam professores, Coordenações e Equipe Diretiva. Serão momentos em que serão realizadas avaliação do

trabalho pedagógico efetivado no semestre anterior, bem como serão realizados estudos e formação; além de planejamento para o semestre que está prestes a iniciar.

Tendo presente esses elementos amplamente discutidos durante o processo de formação, os professores conseguem vislumbrar a missão institucional, as carências dos semestres anteriores e as necessidades do próximo semestre; para assim organizar e planejar seu trabalho docente. Sendo que as discussões geradas no seminário pedagógico servem de orientação para as reuniões periódicas do curso de graduação, seu Núcleo docente estruturante e seu colegiado.

Durante o seminário pedagógico sempre serão retomados os pressupostos do Projeto Pedagógico, no qual se indica que uma educação deve valorizar a descoberta e a prática consciente de novas formas de pensar e compreender o mundo. Permitindo, dessa forma, a passagem para um estado de conhecimento maior e mais complexo, com percepção das conexões e do significado do contexto.

A prática docente orienta-se pelos seguintes princípios metodológicos:

- a) O professor precisa estar aberto à comunicação, à troca, à reflexão, aos desafios;
- b) A educação deve ajudar o estudante a conhecer sua natureza, percebendo seus talentos, qualidades, carências e emoções;
- c) A pessoa constrói seu próprio conhecimento, na interação que faz com o mundo;
- d) A pessoa deve aprender a aprender, por isso é necessário que exista uma reorganização das estruturas da mente;
- e) O ensino deve estar voltado à investigação; e
- f) À educação cabe fornecer os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele.

Enfim, se tratam de princípios metodológicos retomados pelo Coordenador de Curso, quando este apresenta aos professores as ementas e conteúdos de suas disciplinas e também quando acompanha o desenvolvimento das atividades propostas e o acolhimento aos acadêmicos no processo de ensino e aprendizagem.

No decorrer do semestre, o Coordenador de Curso, deverá reunir-se junto à Coordenação Acadêmica para conversar sobre o andamento das aulas e das atividades pedagógicas, eventos acadêmicos que foram realizados ou que estão sendo planejados para o semestre.

Ainda, ao final de cada semestre, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) realizará a Avaliação das Práticas Pedagógicas como uma ferramenta de ação construtiva com foco na qualificação e desenvolvimento das práticas pedagógicas realizadas por alunos, professores. Serão avaliados aspectos com relação ao plano de ensino; ao desenvolvimento das atividades

em sala de aula e no AVA; às análises de conhecimentos (atividades avaliativas, exames, testes, trabalhos...); à presença e pontualidade e à relação professor-aluno. Esse processo contribui para o aprimoramento das atividades pedagógicas na IES, retroalimentando a prática do docente.

A CPA, juntamente com o Coordenador de Curso, promoverá a sensibilização dos acadêmicos para participação no processo, respondendo ao questionário disponível, semestralmente (junho e novembro, conforme calendário acadêmico), no Portal do Aluno. Depois de encerrada a coleta de dados, via formulário eletrônico, os resultados são organizados no banco do sistema acadêmico TOTVS.

A CPA organizará as planilhas separando-as por disciplina e, posteriormente, encaminha os dados para a gestão e às respectiva coordenação de curso, que se responsabiliza pela entrega e discussão com seu respectivo corpo docente, e apresenta ao corpo discente os principais aspectos levantados. Ao final o processo, cada coordenador elaborará um plano de ação a partir dos resultados apresentados. Faz-se necessário destacar que o sigilo é sempre preservado durante este processo de avaliação, pois a mesma não deseja ser punitiva, mas um instrumento de aprimoramento do trabalho docente.

No que tange a expansão do corpo docente, tendo presente que a Instituição pretende ofertar um novo curso presencial na área da Teologia – Bacharelado, para tanto serão contratados o grupo de professores necessários para atender a demanda desse curso de acordo com a legislação vigente. Destaca-se que as contratações obedecerão à legislação vigente e as normas institucionais descritas nesse PDI.

6.3 Gestão do quadro funcional administrativo

6.3.1 Critérios de seleção e contratação

Em conformidade com o Regimento Geral da Instituição, a seleção do pessoal do quadro funcional administrativo realizada pelo departamento de pessoal, juntamente, com a Supervisão Administrativa, através da análise do currículo e entrevista efetuada pela Direção Geral. Os critérios para a contratação são a formação adequada com a função a ser exercida, bem como a experiência na área ou área afim. O regime de trabalho do quadro funcional administrativo pode ser de, no máximo, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e é definido no contrato de trabalho, por ocasião da contratação.

6.3.2 Políticas de qualificação e regime de trabalho do quadro funcional administrativo

A política de recursos humanos tem por objetivo adotar os princípios da educação continuada nos programas de capacitação e qualificação dos funcionários; além de recompor e manter o quadro de pessoal técnico-administrativo em adequadas condições de formação e atualização profissional. Deseja-se ainda melhorar e modernizar as condições de trabalho, visando garantir o desenvolvimento e a capacitação do funcionário; bem como o aprimoramento e a inovação dos processos de trabalho, a assimilação de novas tecnologias e a melhoria dos serviços prestados.

Quanto aos tutores, profissionais que darão suporte aos professores nas atividades das disciplinas a distancia, a Equipe Multidisciplinar da FAPAS irá proporcionar formação através de cursos de qualificação presenciais e a distância. Tais cursos visam aprimorar as competências e o domínio do ambiente virtual para que esse profissional tenha condições de atender os estudantes matriculados nas disciplinas EAD ofertadas pela IES.

No período vigente, o quadro funcional administrativo da Instituição é composto por membros associados da Mantenedora, disponibilizados sem remuneração e sem contrato empregatícios, conforme Estatuto próprio e, os demais tem apenas termo de compromisso assinado e serão contratados depois do efetivo início das atividades acadêmicas da Instituição que se dará após a publicação das portarias de credenciamento institucional e autorização do curso.

A seguir apresenta-se o atual do quadro funcional administrativo da Instituição e a projeção de sua expansão.

Tabela 4 – Demonstrativo do perfil do atual quadro funcional administrativo e projeção da expansão

Titulação	2025	2026	2027	2028	2029
Doutor	3	4	5	6	6
Mestre	2	3	4	5	6
Especialista	0	1	2	2	2
Graduado	2	3	4	4	4
Ensino Superior Incompleto	0	1	2	2	2
Ensino Médio	1	2	2	2	2
Ensino Fundamental	0	1	2	2	2

Fonte: Institucional.

7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A FAPAS Campus II buscará nas suas ações ter um compromisso com o atendimento efetivo às demandas do corpo discente da IES, buscando melhorias constantes em processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere as suas necessidades de caráter administrativo, pedagógico e/ou social. Com isso, as políticas de atendimento aos estudantes pauta-se na diversidade de necessidades que permeiam o universo acadêmico, visando auxiliar estudantes com mais dificuldades, seja no processo de aprendizagem curricular ou na presença de outras vulnerabilidades. Assim buscar-se-á enfatizar melhorias para os processos de inclusão, redução das diferenças e ações de acolhimento, permanência e acompanhamento através do planejamento de ações expressas na forma de acesso, nos programas de apoio e estímulo à permanência descritos a seguir:

7.1 Formas de ingresso

Na Faculdade Palotina Campus II, o processo seletivo para o ingresso nos Cursos de Graduação é planejado e aplicado por uma Comissão do Processo Seletivo através da abertura em Edital Público, do qual consta o curso e habilitação oferecida, com as respectivas vagas, prazos, documentação exigida, relação e forma das provas, critérios de classificação e demais informações. O ingresso é possibilitado nas seguintes modalidades:

- a) Vestibular on-line ou presencial agendado: autoriza o ingresso do acadêmico após aprovação em processo seletivo;
- b) Reingresso: autoriza o retorno institucional do acadêmico;
- c) Ingresso como Portador de Diploma: autoriza o ingresso do acadêmico que já possui diploma de curso superior em cursos reconhecidos pelo MEC presenciais ou EaD;
- d) Certidão de Estudos: autoriza o ingresso do acadêmico que já iniciou um curso superior, mas está sem vínculo na IES e deseja continuar seus estudos;
- e) Ingresso com desempenho em vestibular de outra IES: autoriza o ingresso do acadêmico que tenha realizado/aprovado no processo seletivo em outra IES;
- f) Ingresso com o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): autoriza o ingresso do acadêmico que tenha realizado o ENEM; e
- g) Transferência externa: autoriza o ingresso do acadêmico, ainda com vínculo em outra Instituição de Ensino Superior presencial ou EaD.

7.2 Programas de apoio financeiro

7.2.1 Programa universidade para todos (PROUNI)

A Mantida Faculdade Palotina de Santa Maria, RS oferta bolsas 100% do PROUNI, a intenção é buscar que essa segunda mantida Faculdade Palotina Campus II também ofereça bolsas 100% PROUNI. Seguindo o que preconiza a legislação vigente.

7.2.2 Bolsas monitoria e iniciação científica

Os acadêmicos poderão usufruir de bolsas de estudos vinculadas a trabalhos desenvolvidos nos Núcleos Institucionais ou na monitoria de atividades em sala de aula. Ambas possibilidades serão acompanhadas por um professor responsável ou pela coordenação do Curso. Os professores, também, poderão usufruir de horas remuneradas para iniciação científica, ou seja, acompanhamento de grupo de estudos ou outra atividade acadêmica devidamente registrada no Gabinete de Projetos (GAP). Essa possibilidade das bolsas Monitoria e Iniciação Científica serão regidas por edital, registradas no GAP e homologadas pela Direção Geral da Faculdade.

7.3 Estímulos à permanência

O Programa Institucional de Nivelamento da Faculdade Palotina Campus II (PIN), que propõe repensar alternativas para a melhoria da qualidade no Ensino Superior, tem como objetivos:

- a) Oportunizar situações que veiculam conhecimentos do curso que iniciam, da Instituição e da sua Mantenedora e Fundador;
- b) Minimizar as dificuldades dos discentes em relação aos conteúdos e um aumento qualitativo no conhecimento do discente em relação ao ensino;
- c) Propiciar ao discente contato com novas formas de aprendizagem; e
- d) Proporcionar a interatividade entre docente e discente, neste processo de ensinar e aprender, através da recuperação de eventuais deficiências na formação do aluno ingressante.

Programa Institucional de Nivelamento é destinado a todos os discentes da Faculdade Palotina Campus II, e constitui-se de duas modalidades: a geral e a específica.

A modalidade geral é oferecida a todos os ingressantes, desenvolvendo os conteúdos: informações sobre o Fundador, a IES, a mantenedora e o Curso; bem como Língua Portuguesa; uso de terminologia, documentos e bibliografia referente ao Curso; além de estudo psicopedagógico do processo de aprender, de estudar e de organizar-se para a vida acadêmica.

A modalidade específica constitui-se de três fases:

- a) Triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades. Compete ao Coordenador de Curso o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades no curso que coordena;
- b) Planejamento coordenado das ações de nivelamento - essa fase é planejada pelo coordenador, de forma conjunta, com os professores, visando à racionalização de ações;
- e
- c) Execução das ações de nivelamento - nesta fase, os alunos devem participar das atividades planejadas. Independentemente da modalidade da ação de nivelamento prevista, os alunos participantes são avaliados quanto ao seu aprendizado por meio de provas ou por meio de trabalhos realizados.

O Programa Institucional de Nivelamento é desenvolvido preferencialmente nos conteúdos de Língua Portuguesa. A carga horária mínima exigida é de 6 horas. Para que o módulo seja ofertado, será necessário que ocorra uma das seguintes situações: que o Coordenador do Curso defina as necessidades de constituição de um determinado módulo a partir das demandas do curso; que o docente, em contato com as dificuldades acadêmicas, proponha à Coordenação de Curso a oferta de um módulo específico; que o Setor Psicopedagógico encaminhe ao coordenador solicitação de oferta de módulo. A divulgação será feita através do Calendário Acadêmico, de cartazes fixados no mural da Faculdade e/ou site da FAPAS Campus II.

O Programa Institucional de Nivelamento pode ser ofertado por um docente ou através de monitoria.

7.3.1 Programa de apoio psicopedagógico

O Apoio Psicopedagógico da Faculdade Palotina Campus II configura-se nesse contexto universitário como um espaço de orientação, que possibilita inclusão e permanência do aluno no ensino superior.

O mundo mudou imensamente nos últimos anos e os desafios com que nos deparamos no processo ensino-aprendizagem, não permitem que o professor permaneça numa passividade. No Brasil, uma atenção maior tem sido dada sobre o significado do ensino no nível superior e sua estreita relação com a aprendizagem. Atualmente problematizar a aprendizagem na contemporaneidade, as ações e processos não podem ser engessados apenas em causas, dificuldades ou facilidades da aprendizagem, dimensões afetivas, cognitivas ou físicas, considerando-os isoladamente. Falar em aprendizagem implica compreender o processo e não apenas aquisição de conteúdos, mas promover o aprender a aprender. Trata-se de agir, apropriar-se, pois a ação de aprender não é passiva.

Nesta trama, emerge a necessidade de formular intervenções que considere as múltiplas condições de aprendizagem do ser humano, em diferentes contextos socioculturais e econômicos,

O trabalho no enfoque da Psicopedagogia Institucional numa visão contemporânea está voltado para a compreensão de diferentes dimensões da aprendizagem, associadas a culturas e dinâmicas interativas.

Segundo Fagali (2006) a psicopedagogia Institucional pós- moderna, se configura na avaliação, compreensão e atuação da aprendizagem, caracterizada por diferentes interações individuais e grupais, imersos num contexto cultural e organizacional.

Uma das metas das intervenções psicopedagógicas é criar condições dialógicas entre o individual e o coletivo. A proposta é lidar com as questões cognitivas que estão interligadas as afetivas no ambiente acadêmico.

Em síntese, um caráter preventivo, com um olhar de escuta e atuação terapêutica, valorizando novos conhecimentos, novas formas de aprender e de avaliar o indivíduo.

O Apoio Psicopedagógico da Faculdade Palotina Campus II apresenta-se nesse contexto como uma possibilidade de intervenção no processo ensino-aprendizagem de forma a atender o acadêmico em suas necessidades individuais e coletivas, afetivas e cognitivas, sociais e científicas, vocacionais e profissionais e em qualquer outra forma de aprender.

Por sua natureza pedagógica o núcleo de apoio psicopedagógico está ligado à coordenação acadêmica da IES e tem por objetivo geral prestar atendimento aos discentes e docentes nas múltiplas modalidades sobre o aprender. O Apoio Psicopedagógico tem em vista a melhoria do desempenho acadêmico e o seu desenvolvimento pleno.

No que trata sobre seus objetivos específicos, o Apoio Psicopedagógico busca:

- Permitir a livre comunicação entre corpo discente e docente como forma de minimizar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;

- Criar espaços de escuta e aconselhamento para os discentes;
- Oferecer ao corpo docente apoio didático pedagógico permanente;
- Contribuir para o desenvolvimento acadêmico e para o processo de adaptação do estudante em seus aspectos emocionais e pedagógicos; e
- Proporcionar atendimento pontual e breve aos acadêmicos e docentes, através de uma escuta da situação-problema e fornecer orientações que ajudem na busca de alternativas de solução para as dificuldades apresentadas.

O atendimento do Apoio Psicopedagógico destina-se aos acadêmicos e docentes da Faculdade Palotina Campus II. Os interessados podem procurar a orientação por meio de encaminhamento docente, da Coordenação do curso, pela direção da Faculdade ou agendar atendimento do Apoio de forma presencial ou por e-mail. No primeiro atendimento faz-se uma entrevista inicial, como, por exemplo, os motivos para o atendimento, a procura pela intervenção, possíveis atendimentos anteriores e a expectativa sobre o trabalho que será iniciado. Este espaço de fala, é um resgate histórico sobre a trajetória escolar, familiar e acadêmica. Por fim, é definido um horário de acordo com o cronograma, e, caso seja necessário, o atendimento poderá ser estendido entre três a cinco encontros, com duração de 60 minutos. E, se fizer necessário um acompanhamento por um processo terapêutico, o acadêmico será encaminhado para um novo profissional habilitado para que se dê sequência ao atendimento. As atividades constituem-se em atendimentos individualizados e de grupos.

Nesse sentido, o trabalho contempla a construção da aprendizagem e formação acadêmica, num movimento dialógico entre o profissional do apoio e os sujeitos da aprendizagem (professor e aluno).

7.3.1.1 Serviços prestados

- Apresentações, explanação em salas de aulas dos serviços prestados no núcleo e de suas atividades para os discentes e docentes da IES, inclusive colaboradores de outros setores da Faculdade;
- Escuta terapêutica individual do acadêmico;
- Oficinas de orientação nos estudos a grupos de acadêmicos; e
- Orientações individuais e coletivas, bem como palestras com o corpo docente na busca de soluções para problemas comuns e/ou particulares do processo de ensino e de possíveis conflitos interpessoais advindos do convívio com os alunos.

7.4 Organização estudantil: espaço para participação e convivência estudantil

O corpo discente terá como órgão de representação o Diretório Acadêmico do Curso. Esses diretórios têm estatutos próprios, elaborados e aprovados de acordo com a legislação vigente. A Faculdade, tendo em vista esta existência, disponibiliza um local para sua atuação.

7.5 Acompanhamento aos egressos

O Programa de Acompanhamento ao Egresso, visando contínua avaliação da Instituição e de sua missão enquanto instituição ensino, representa um processo institucional de organização de informações sobre as condições pessoais, acadêmicas e profissionais dos ex-alunos. Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à Instituição, que apenas o graduado está em condições de oferecer; uma vez que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante a graduação. Uma vez analisadas quantitativa e qualitativamente, essas informações servirão de subsídio para aprimorar as diferentes ações institucionais, tanto no que condiz ao ensino e à estrutura curricular, como às práticas na área da extensão, pós-graduação e demais atividades da Instituição.

Esse Programa tem por objetivo conhecer a opinião dos egressos acerca da formação recebida, tanto curricular quanto ética para, desta forma, avaliar as políticas de ensino praticadas, adequando-as, se necessário, às exigências do mercado de trabalho e da comunidade. Também são objetivos deste Programa:

- a) Manter registro atualizado das informações sobre os ex-alunos da Instituição, possibilitando a manutenção do vínculo institucional com os ex-alunos, com a comunidade docente e discente;
- b) Coletar informações sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, notadamente sobre o índice de ocupação, assim como proceder a sua divulgação;
- c) Manter registros atualizados de alunos egressos; divulgar a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho;
- d) Avaliar o desempenho da Instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- e) Promover intercâmbio entre ex-alunos através de encontros, cursos de extensão, atualização e palestras;

- f) Acolher sugestões sobre o ensino recebido na Instituição, propiciando o aprimoramento do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto Pedagógico dos cursos;
- g) Possibilitar a manutenção do vínculo institucional dos ex-alunos com a comunidade docente e discente; e
- h) Oportunizar a participação de egressos nos programas de extensão da IES.

A Instituição pretende colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições. Para tanto, disponibilizará em seu site, um formulário de Cadastro de Ex-alunos, visando colher dados de seus egressos. Esses dados serão gerenciados para que a política de egressos esteja calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional. Dentre as formas de acompanhamento de egressos salienta-se a realização de encontros de egressos dos cursos de graduação.

7.6 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas ou com deficiência

Na techedura da educação inclusiva e considerando os pressupostos legais e conceituais, uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena; estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas; pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial; investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo professores e toda a comunidade acadêmica e promove a acessibilidade, em seu sentido amplo, não só para estudantes público alvo, mas para professores, funcionários e a população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

Para caminhar nessa perspectiva, a acessibilidade deve ser entendida, em um amplo espectro – acessibilidade atitudinal, física, digital, pedagógica, que pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo curricular, das práticas avaliativas, metodológicas entre outras.

A FAPAS Campus II tem compromisso com a inclusão, por meio de ações compartilhadas com os servidores da instituição, envolvendo todos os setores.

Nesse contexto, a inclusão do acadêmico, inicia-se desde o processo de ingresso do indivíduo na instituição, mediante o suporte oferecido via Núcleo de Acessibilidade, vinculado também à FAPAS Campus II.

7.6.1 Núcleo de acessibilidade e inclusão (NAI) – FAPAS Campus II

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da FAPAS Campus II visa garantir o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e nos Decretos nº 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005, 7.611/2011 entre outros.

O acadêmico ao fazer a inscrição no processo seletivo, declara que apresenta deficiência ou necessidade educacional específica. Os coordenadores do processo seletivo entrarão em contato com o NAI para discutir e organizar os recursos necessários para o estudante fazer a prova.

No momento da matrícula, os estudantes serão orientados a declararem a sua deficiência ou necessidade educacional específica em termos. A identificação na matrícula legitima-os a receber os atendimentos de que necessitam para a sua permanência.

Em sintonia com essas questões, a FAPAS Campus II instituirá a criação do NAI, que terá como propósito organizar ações institucionais e de inclusão que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência (optamos por utilizar a expressão “pessoa com deficiência” devido ao seu uso corrente em publicações científicas e acadêmicas) à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

7.6.1.1 Marcos legais, políticos e pedagógicos

O projeto político pedagógico da inclusão escolar de pessoas com deficiência é complexo e desafiante. A legitimidade diante da ótica legal já existe desde a LDB nº 9.394/1996. Por outro lado, precisamos discutir, problematizar a evolução articulada a própria evolução do projeto inclusivo. Conforme Beyer (2007) no que se refere ao conjunto de práticas (onde, como e quem), mas de construir ações, viabilidade pedagógica do projeto.

Em consonância com a legislação que assegura o direito da pessoa com deficiência à educação; com a atual política de educação especial e com os referenciais pedagógicos da educação inclusiva, importa explicitar o significado destes marcos legais, políticos e

pedagógicos, bem como, seu impacto na organização e oferta da educação em todos os níveis e etapas.

Com a finalidade de ressaltar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas, na educação superior, sublinham-se os principais aspectos da legislação vigente e dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais.

Assim, as IES devem assegurar o pleno acesso, em todas as atividades acadêmicas, considerando que:

- a) Em conformidade com a Constituição Federal brasileira de 1988, constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana, bem como um dos direitos fundamentais assegurados a todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade de direitos, destacando-se o direito a igualdade; (arts. 1º, inciso III e 5º, caput);
- b) A Constituição Federal brasileira de 1988 garante a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família nos termos do art. 205 a 214.
- c) Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- d) O Decreto nº 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com deficiência;
- e) O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade pública e privada, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;
- f) O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de Libras em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior;
- g) O Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino;

- h) O Decreto nº 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;
- i) O Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- j) O Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre o atendimento educacional especializado e estabelece o seguinte no inciso VII, § 2º e no § 5º do art. 5º: VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições de educação superior; § 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições (...) de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência;
- k) A Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;
- l) A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- m) As Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010 – que referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos(as) estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, à formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do AEE e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

7.6.1.2 Missão do NAI

Propor e viabilizar ações inclusivas aos alunos, docentes e técnicos com necessidades educacionais específicas por meio de eliminação de barreiras comportamentais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação que limitam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social.

7.6.1.3 Objetivo geral do NAI

Organizar ações institucionais e de inclusão que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação.

7.6.1.4 Objetivos específicos

- Possibilitar canais de comunicação com a comunidade universitária com alguma especificidade para orientação e otimização de recursos disponíveis e necessários ao desenvolvendo de atividades de inclusão acadêmica e social;
- Promover um trabalho sistematizado frente às necessidades das pessoas com deficiência, por meio do rompimento de barreiras que envolvem o preconceito, o direito de ir e vir, o desenvolvimento acadêmico e a comunicação alternativa; e
- Respeitar as diferenças, buscando recursos, tecnologias assistivas para o acesso de docentes, discentes, técnicos, a todos os espaços, ambientes, ações e processos educativos desenvolvidos na instituição.

7.6.1.5 Principais competências do NAI

- Atuar no desenvolvimento de estratégias que assegurem a construção de um conhecimento técnico e científico com interdisciplinaridade e visão atualizada;
- Criar e gerir um cadastro, a fim de facilitar o mapeamento das necessidades;
- Promover integração da pessoa com deficiência e oportunizar a formação integral do indivíduo e sua capacitação para o exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade;
- Organizar cursos, seminários, eventos e capacitações que tratem do tema acessibilidade para a comunidade interna da IES;
- Proporcionar apoio didático pedagógico aos professores, disponibilizando recursos, estratégias que eliminem as barreiras e ofereçam uma educação fundamentada no humanismo; e
- Assessorar os docentes e técnicos.

7.6.1.6 Funcionamento do NAI

O NAI e o Apoio Psicopedagógico estão subordinados à Coordenação Acadêmica. Esses serviços funcionarão por meio dos encaminhamentos provenientes da Coordenação de Curso, bem como, das demandas dos próprios alunos, professores, enfim, toda a comunidade acadêmica.

7.6.1.7 Atividades do NAI

- Cursos e eventos informativos e de sensibilização da comunidade acadêmica;
- Suporte aos professores para adoção de práticas docentes inclusivas;
- Capacitação do corpo técnico-administrativo para atendimento a pessoas com deficiência;
- Acompanhamento e atendimento das necessidades dos alunos com deficiência, com dificuldade na aprendizagem ou aos que precisam organizar os seus estudos; e
- Informar a comunidade acadêmica sobre datas e assuntos referentes à acessibilidade e inclusão.

Ao longo do processo de escolarização das pessoas com deficiência é constante a luta pelo respeito dos seus direitos básicos de cidadãos, destacando a acessibilidade, a permanência e a participação no meio educacional. No contexto atual da Educação, nós nos deparamos com a necessidade de repensar as ações desenvolvidas para e com os estudantes que possuem necessidades educacionais específicas.

Neste movimento de ampliação das oportunidades educacionais, vimos emergir um conceito de educação fundamentado em concepções de cunho social, político e cultural, que prevê que as universidades sejam o local de convívio com as diferenças individuais, respeitando e ressignificando a diversidade humana.

O NAI da FAPAS Campus II será criado vinculado ao Serviço de Apoio Psicopedagógico, e se configurará num contexto universitário como um espaço de orientação, que possibilita inclusão e permanência do aluno no ensino superior. O NAI se propõe a ser um centro de referência na eliminação das barreiras pedagógicas, de comunicação e atitudinais.

A FAPAS Campus II precisará oferecer cursos e programas para a consolidação das ações direcionadas ao acolhimento dos estudantes, bem como à sensibilização e orientação de professores e quadro funcional administrativo da IES no trabalho com esses estudantes.

7.6.1.8 *Acessibilidade nas comunicações, pedagógica e atitudinal*

No intuito de melhor compreender as ações de inclusão e acessibilidade, buscamos traçar documentos legais que dão sustentação para que os programas aconteçam, dentre os quais apontamos: Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

7.6.1.9 *O direito das pessoas com deficiência à educação superior*

Para os fins de uso correto da nomenclatura, considera-se:

- I. Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; e
- II. Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:
 - a) Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
 - b) Barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; e
 - c) Barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem ao acesso à informação;
- III. Elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;
- IV. Mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas,

fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

- V. Ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;
- VI. Edificações de uso público: aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral;
- VII. Edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;
- VIII. Edificações de uso privado: aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar; e
- IX. Desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

O aluno que apresentar alguma dificuldade no processo de aprendizagem, seja por transtorno, deficiência ou necessidades educacionais específicas, será encaminhado pelos professores, coordenador de curso ou coordenação acadêmica ao Núcleo NAI para que tenha atendimento adequado e especializado, bem como o aluno que apresentar comportamentos repetitivos e inabilidade social e grupal. Nesses casos o aluno será encaminhado a profissionais competentes e especializados, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas fonodólogos ou outros profissionais, para que seja feito o diagnóstico e, posteriormente, ser acompanhado pelo NAI. A FAPAS Campus II se compromete através do Núcleo fazer todo o esforço para que tais alunos possam ter seus direitos respeitado e assistidos.

Outrossim, a FAPAS Campus II garante a matrícula desses alunos e lhes dará toda a assistência necessária e o tratamento adequado durante sua jornada acadêmica.

O Núcleo se responsabiliza a entrar em contato com os professores, com o corpo administrativo e com os demais membros da instituição para as devidas informações e orientações sobre os acadêmicos que necessitarão de uma atenção personalizada para tenham sua inclusão social de direito respeitada. Geralmente o aluno com transtorno tende a estar com

o acompanhamento médico e farmacoterapêutico. Portanto, será encaminhado para o NAI para o devido acompanhamento.

- **Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

No que tange ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado por dificuldades com comunicação, habilidades sociais, padrões de comportamento ou grupos de interesses. A Lei nº 12.764/2012, institui a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e considera no Art. 1º incisos I e II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

A instituição garante a matrícula deste aluno, ou qualquer deficiência, bem como se constatada a necessidade, disponibiliza o atendimento e ou acompanhamento especializado. A expressão TEA é ampla e compreende cinco transtornos específicos:

- Transtorno Autístico;
- Transtorno desintegrativo da infância;
- Transtorno de Asperger;
- Transtorno de Rett; e
- Transtorno Global do desenvolvimento.

Olhando a realidade no ensino superior, o transtorno mais identificado é a Síndrome de Asperger. Esta síndrome é caracterizada por problemas com as habilidades sociais e comportamentos incomuns. Na verdade, a principal barreira a transpor está vinculada às atitudes frente a estes alunos, por parte de colegas, professores e técnicos em detrimento das dificuldades nas interações.

Em relação às intervenções educacionais a FAPAS Campus II garante tempo ampliado para realização das avaliações e promove orientação específica sobre o transtorno aos professores, acadêmicos e técnicos administrativos, valorizando a perspectiva desenvolvimentista e os conhecimentos que subsidiam a inclusão social da pessoa.

Entendemos, que ao empreendermos ações, discussões entre docentes, acadêmicos, familiares e técnicos administrativos sobre a pessoa com TEA, possibilitamos condições de “igualdade” e “participação” de todos na vida em sociedade.

- **Alunos Surdos**

A educação dos surdos em seu percurso educacional passou por diferentes práticas, visando o desenvolvimento amplo em todos os níveis: cognitivo, afetivo e linguístico.

No entanto, à medida que observamos os caminhos que compuseram essa história, a abordagem oralista (clínica causa grande tormento e bloqueio). O oralismo causa diversas limitações na leitura e escrita do surdo, na tentativa de reabilitar a surdez, que se comportassem como um ouvinte. Para os oralistas, a língua falada é prioridade na educação dos surdos, considerada indispensável para o desenvolvimento pleno. Os métodos orais sofrem muitas críticas dos pesquisadores da área, pois esse aprendizado é descontextualizado das situações reais de comunicação.

A sociedade durante muito tempo insistiu em impor esta abordagem. Na década de 60, iniciaram estudos sobre a língua de sinais de um ponto de vista linguístico e os estudos de Stokoe revela que a língua de sinais tem o mesmo status linguístico de uma língua oral.

A abordagem bilíngue surge em defesa da língua de sinais e da cultura surda, contrapondo-se a oralidade. Nessa concepção a língua de sinais é considerada a primeira língua da pessoa surda e como segunda língua a língua ouvinte da comunidade majoritária. O objetivo da abordagem bilíngue é oportunizar um desenvolvimento cognitivo- linguístico semelhante ao da criança ouvinte e que possa ter acesso às duas línguas.

A comunidade surda luta pela aceitação da língua de sinais e de valores culturais contra as práticas ouvintistas.

Diante desse panorama de transformação e luta, a nação brasileira reconhece a língua de sinais como língua oficial, com a Lei Federal nº 10.436, em 24 de abril de 2002, e regulamentada pelo Decreto nº 5.626, em 22 de dezembro de 2005, que dispõe o seguinte:

O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras – como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Neste empreendimento a FAPAS Campus II contempla a disciplina de Língua Brasileira de Sinais como complementar no curso de Filosofia Bacharelado. Existe uma professora já

comprometida com a instituição para atuar na disciplina e ou prestar algum suporte caso necessário. O objetivo principal é estudar e reconhecer a língua de sinais como língua própria da cultura surda. Dessa forma, este estudo nos convida a voltar o olhar à história, buscar elementos para pensar o presente no que tange a inclusão.

Ao inserir a disciplina de Libras, a instituição assume o compromisso, no caso de ser solicitada pelo acadêmico até a conclusão do curso: intérprete de Libras; adotar flexibilidade na correção de atividades escritas; estimular o aprendizado na segunda língua, neste caso a língua portuguesa e problematizar estas questões sobre as especificidades sobre a surdez com os docentes.

Ao tomar como referência o Art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, quanto à infraestrutura física e instalações acadêmica, os esforços da instituição estão progredindo no sentido de providenciar:

- Com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;
- Com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e
- Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com necessidades educacionais específicas ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Buscando apoio no que já foi dito sobre inclusão e acessibilidade, o NAI permanecerá com a postura de que as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, devem ter acesso a ambientes o menos restritivo possível. Em relação às metodologias, tensionar com os professores, adaptações para intervenções pedagógicas, permitindo que o acadêmico se desenvolva e permaneça no ensino superior.

Ainda se considerarmos o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, prevê na sessão II, Art. 24, que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu Art. 26, aponta que nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Já no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, vê-se que, no Art.14

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. §1o Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem: I - promover cursos de formação de professores para: a) o ensino e uso da Libras; b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

Ainda em seu inciso VII prevê: “disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva”.

A partir desse entendimento, conforme legislação vigente, a IES adota as seguintes diretrizes para a inclusão das pessoas surdas às suas ações educativas:

- Quando se fizer necessário disponibilizam-se profissionais intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante as aulas, de acordo com as necessidades da Faculdade;
- Quando se fizer necessário na Biblioteca terão conhecedoras da Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- Garantia da atuação de Profissional Intérprete de Libras em todas as reuniões de que participem surdos;
- Oferta de curso básico de Libras aos docentes da FAPAS Campus II, possibilitando conhecimentos acerca da singularidade linguística da pessoa surda, evidente em sua produção escrita e orientando como se deve considerá-la em situações de avaliação;
- Estimular grupos de estudos para discutir e estabelecer o processo avaliativo de estudantes surdos e com necessidades educacionais especiais;
- Apresentar recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos, com vistas a inclusão do acadêmico surdo; e

- Tempo ampliado para realização das avaliações.

- **Alunos com Deficiência Visual**

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com esta especificidade na IES, a FAPAS irá prover condições para que os acadêmicos obtenham mais do ambiente de aprendizagem e demandem apenas alguns ajustes metodológicos no ensino. Concluir o ensino superior tem um impacto significativo na trajetória profissional de um sujeito, fortalecendo-a.

No entanto, menos da metade das pessoas com deficiência visual ou cega concluem o ensino superior. Na verdade, as razões para abandonar os cursos não são consequência da demanda acadêmica, mas sim das dificuldades em viver com autonomia. Sabemos que o ensino destas habilidades deveriam iniciar na mais tenra idade para assegurar um bom desenvolvimento destes alunos, para que tenham independência ao longo da vida. Diante disso, a FAPAS Campus II engajada neste processo de transpor obstáculos aos alunos com necessidades educacionais específicas, oferecerá através do NAI, um curso aos alunos que são cegos a mobilidade, a orientação acadêmica e as habilidades necessárias à rotina da IES. Neste curso os alunos aprendem habilidades de organização, acesso a materiais na biblioteca, habilidades de estudo e habilidades sociais. Fica evidente que este curso propicia aos alunos cegos ou com baixa visão melhores oportunidade de ter sucesso no ensino superior. Aos alunos com deficiência visual, a IES disponibiliza, no Laboratório de Informática, computador com programas (Dosvox, NVDA, entre outros), sempre que necessário com auxílio dos funcionários responsáveis pelo suporte no atendimento.

- **Alunos com Altas Habilidades/Superdotação**

Ao referir-se aos alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado, evidenciando sua capacidade superior em comparação ao grupo. Estes alunos normalmente não apresentam dificuldades acadêmicas e geralmente não são encaminhados para apoio pedagógico. Entretanto, as características da aprendizagem destes alunos podem necessitar de progressão de nível, complementação do currículo e orientações aos docentes.

Desse modo, tomando as políticas públicas como referência para práticas de inclusão e acessibilidade, o NAI passa a investir em orientações e práticas cuja ênfase é a inclusão.

Quadro 9 – Cronograma do NAI

Período	Ação	Público-Alvo
Durante o ano letivo	Curso de Libras Nível Básico	Membros da comunidade acadêmica
Durante o ano letivo	Palestra: A inclusão e diversidade conceitos de deficiência na perspectiva da diversidade	Membros da comunidade acadêmica
Durante o ano letivo	Palestra: A FAPAS diante do desafio de uma educação mais inclusiva. Caminhos que devemos percorrer	Membros da comunidade acadêmica
Durante o ano letivo	Reuniões para discussão e orientação voltadas aos docentes da Instituição quanto ao processo de ensino-aprendizagem-avaliação dos estudantes com necessidades educacionais especiais	Membros da comunidade acadêmica

Fonte: NAI.

Tais ações serão ofertadas sempre que necessário para atender a demanda dos novos acadêmicos, técnicos administrativos, funcionários e professores que forem fazendo parte da Instituição. Caso o NAI perceba que novas ações forem necessárias para colaborar no processo de inclusão, humanização, elas serão organizadas e propostas para a comunidade acadêmica.

7.7 Direitos humanos

A questão dos Direitos Humanos é central na perspectiva pedagógica e social da Instituição. Todos os cursos de graduação e também de pós-graduação são desafiados nas suas práticas pedagógicas a trabalhar tendo presente essa temática. A extensão da Faculdade também preocupa-se com essa questão. A perspectiva da humanização citada muitas vezes neste PDI exemplifica o cuidado que a Instituição tem com os direitos humanos. Essa preocupação também acompanha a reflexão feita em relação ao meio ambiente. Nesse sentido logo abaixo se apresentará como essa discussão acontece no ambiente Institucional, fomentando assim outras disciplinas a tratarem as questões dos direitos humanos, humanização e meio ambiente.

7.7.1 Educação, relações étnicos-raciais e meio ambiente

Muitas pessoas sofrem por questões de discriminação, violência, pobreza, distanciamento dos bens públicos, e de exclusão as quais são geradoras de desânimo e desesperança. Em outras palavras, este complexo de situações expressa que várias pessoas não tenham seus direitos humanos garantidos.

Os direitos humanos colaboram para que as pessoas vivam com maior dignidade. Por vezes abordar o referido assunto dá uma ideia de complexidade, pois o mesmo abrange várias

campos do conhecimento tais como: filosofia, sociologia, psicologia, direito, teologia, administração entre outras.

É salutar evidenciar que os direitos humanos se concretizam na e da relação com os outros. Em alguns momentos percebe-se que na sociedade há falta de motivação para lutar por algumas causas específicas, por carregarem em si uma realidade utópica, isto é, luta-se por algo que nunca será alcançado. Os Direitos Humanos merecem uma atenção especial, nesse ínterim, pois é concreto e utópico ao mesmo tempo. Dificilmente atinge-se na totalidade a concretização das reivindicações que as pessoas realizam em relação aos direitos, justamente por que os seres humanos possuem o livre arbítrio na realização das suas ações.

Segundo Carbonari a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Versão Popular) Frei Betto, contribui com a humanização pelo seu conteúdo.

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos, todos temos direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal e social, todos temos direitos de resguardar a casa, a família e a honra, todos temos direito ao trabalho digno e bem remunerado, todos temos direito ao descanso, ao lazer e as férias, todos temos direitos à saúde e assistência médica e hospitalar, todos temos direitos a educação, à escola, à arte e a cultura, todos temos direito ao amparo social na infância e na velhice, todos temos direitos a organização social popular, sindical e política, todos temos direito de eleger e ser eleito às funções de governo, todos temos direitos à informação verdadeira e correta, todos temos direito de ir e vir, mudar de cidade, de Estado ou país, todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação, ninguém pode ser torturado ou linchado. Todos somos iguais perante a lei. Ninguém pode ser arbitrariamente preso ou privado de direito de defesa. Toda a pessoa é inocente até que a justiça, baseada na lei, prove o contrário. Todos temos liberdade de pensar, de nos manifestar, de nos reunir e de crer, todos temos direito ao amor e aos frutos do amor. Todos temos o dever de respeitar e proteger os direitos da comunidade. Todos temos o dever de lutar pela conquista e ampliação desse direitos (2012, p. 16).

Nesse sentido, a FAPAS Campus II tem como missão “promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, através da excelência no ensino, pesquisa e extensão e através de sua atuação na sociedade”. Nesse sentido, há muitas maneiras de promover, valorizar e fortalecer o ser humano para a cidadania, entre elas tem-se: o testemunho de vida cristã de São Vicente Pallotti, o qual é abordado através da disciplina Fundamentos da Identidade e Missão Palotina; a abordagem sobre o respeito às diferenças, realizado especificamente por meio da disciplina Sociologia e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

A disciplina Fundamentos da Identidade e Missão Palotina preocupa-se com a dimensão da espiritualidade do acadêmico, porque o carisma de São Vicente Pallotti, fundador da Congregação dos Padres e Irmãos Palotinos da União do Apostolado Católico, é “reavivar a fé e reacender a caridade”, o qual é expresso no apelo ao povo que ele fez ao povo de romano e hoje a todas as pessoas. Ao ser introduzida a disciplina, vários questionamentos são feitos entre

os quais, destacam-se os seguintes: como eu vivo a dimensão da fé? Quem eu sou? Para onde vou? De onde eu vim? Qual é minha identidade? Por que eu estou estudando na FAPAS? Quais são as minhas experiências profissionais e acadêmicas? O que eu espero vivenciar na FAPAS? Os questionamentos são realizados para que dentro da sala de aula haja um conhecimento inicial de cada acadêmico, por que “quanto mais eu conheço uma pessoa mais eu admiro e respeito, pois só há encantamento e respeito por aquilo que se conhece”. Isso remete, também, o nosso pensar e o nosso agir as comunidades dos primeiros cristãos. Nesse viés, São Vicente Pallotti, fundamenta a vida da congregação na vida de Jesus Cristo, também, na vida comunitária. Com esta introdução da disciplina cada acadêmico, conforme sua percepção, percebe a importância que a FAPAS Campus II estabelece em relação a vivência da fé, da caridade e da vida em comunidade.

A Igreja Católica tem um olhar especial em sobre a educação, conforme citação de Lôndero, retirada do Gravissimum educationis do Concílio do Vaticano II:

Por uma razão bem especial, cabe à Igreja o dever de educar. Não só porque deve ser reconhecida como sociedade humana capaz de transmitir a educação. Mas, antes de tudo, porque lhe incumbe anunciar o caminho da salvação aos homens todos, comunicar aos fiéis a vida de Cristo, ajudando-o por uma solicitude contínua a atingirem a plenitude desta vida. Ao mesmo tempo, porém, oferece ela seus préstimos aos povos todos para promover o desenvolvimento integral da pessoa humana, para modelar ainda o bem da sociedade terrestre e a edificação do mundo, de maneira mais humana (2002, p. 551-552).

Tendo consciência que a FAPAS Campus II é uma instituição católica, através do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, expressa ao acadêmico que o ser humano busca uma dimensão que transcende a sua própria vida e que isso acontece através das religiões e outras filosofias de vida, por esse motivo, aborda-se aspectos da fé de outras igrejas cristãs e de outras religiões, proporcionando ao acadêmico a percepção que nesta realidade religiosa, a qual é ampla, encontra-se São Vicente Pallotti, que viveu o evangelho de Jesus Cristo, conforme a espiritualidade do seu período histórico, e que por isso na atualidade seus seguidores oportunizam, aqui na FAPAS Campus II um ambiente ideal de estudo, convivência e a vivência da fé.

No intuito de exaltar os aspectos de humanização do acadêmico, a disciplina aborda a vida e a obra de São Vicente Pallotti, bem como, a contribuição que a vivência de uma espiritualidade pode proporcionar para o bem estar da pessoa no cotidiano.

A disciplina de Sociologia e Cultura Afro-brasileira e Indígena é ofertada pela FAPAS Campus II a partir das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. A disciplina tem como objetivos:

desenvolver critérios que levem o aluno a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira; desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas; analisar os principais aspectos da história da África, a África Pré-colonial, o processo de colonização, a diáspora e o processo de independência; identificar e comparar os aspectos culturais relevantes da cultura afro-brasileira e indígena; analisar as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e suas implementações, comunidades negras e indígenas no Brasil.

Busca-se com a disciplina exaltar a Cultura dos Afro-brasileira e Indígena, mas também é evidenciado que todas as pessoas possam respeitar e valorizar as diversas culturas existente no Brasil e que todos tenham acesso aquilo que desejarem independentemente da sua etnia/racial.

As realidade apresentadas é uma tentativa de humanizar as relações e o fazer profissional dos acadêmicos através de uma reflexão pontual que fazem a diferença nos dia-a-dia das pessoas onde eles estão inseridos, pois a sociedade capitalista é extremamente competitiva e excludente, o que sufoca, por vezes, a dimensão da fé (por que para algumas pessoas o tempo dedicado a fé é uma forma de perder de progredir materialmente), as diferenças dos seres humanos como algo a ser respeitado e que somos parte do planeta e que devemos preservar para as próximas gerações.

Tendo em vista atingir a missão da FAPAS Campus II citada anteriormente serão realizadas atividades primeiramente através das disciplinas que fazem parte do currículo do curso, e posteriormente por atividades paralelas, multidisciplinares que contemplam e reforçam a importância que a pesquisa científica, o estudo formal, as reflexões sobre diversos pontos de vista fortalecem a concretização de uma educação humanizadora.

8 GESTÃO INSTITUCIONAL

A Gestão Institucional apresentada aqui no PDI auxiliará a visualizar como a Faculdade se organiza em relação aos órgãos, coordenações e setores internos e também como ela se relaciona com a mantenedora.

8.1 Organização administrativa da FAPAS

Segue a descrição do Regimento Geral da FAPAS Campus II.

- I. Conselho de Administração Superior (CAS);
- II. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE);
- III. Direção Geral:
 - Diretor;
 - Vice-Diretor;
 - Secretário; e
 - Tesoureiro.
- IV. Coordenação de Pós-Graduação:
 - Cursos de Pós-Graduação.
- V. Comissão do Processo Seletivo
- VI. Instituto Sul-Americano de Estudos Palotinos
- VII. Secretaria Geral
- VIII. Coordenação Acadêmica
 - Setor de Registro Acadêmico (SERCA);
 - Cursos de Graduação;
 - Egressos;
 - Apoio Psicopedagógico; e
 - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).
- IX. Comissão Própria de Avaliação (CPA)
- X. Núcleo Palotino de Psicologia e Estudos Culturais (NUPPEC)
- XI. Núcleo de Proteção Integral da Criança e do Adolescente (NUPRICA)
- XII. Pastoral Universitária
- XIII. Supervisão Administrativa
 - Tesouraria;
 - Limpeza e Servente de Limpeza;

Recepção;
 Laboratório de Informática;
 Biblioteca;
 Materiais;
 Mobilizado;
 Compras; e
 Recursos Humanos.

XIV. Setor de Vendas

XV. Ouvidoria

XVI. Coordenação de Iniciação Científica

Gabinete de Projetos;
 Comitê de Ética;
 Periódicos Eletrônicos; e
 Cursos de Extensão.

XVII. Órgãos de Assessoria de Apoio da Mantenedora – EPEC – para a FAPAS Campus II

Supervisão Administrativa da EPEC;
 Assistente Social da EPEC;
 Centro de Processamento de Dados (CPD);
 Assessoria Jurídica da EPEC; e
 Assessoria de Comunicação.

8.2 Órgãos colegiados: competências e composição

8.2.1 Conselho de administração superior (CAS)

O Conselho de Administração Superior (CAS) é o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa e compõe-se de: Diretor Geral da FAPAS Campus II como Presidente; Vice-Diretor; Secretário Geral da EPEC; Tesoureiro EPEC; Supervisão Administrativa da EPEC; Coordenador Acadêmico; um (01) representante da Direção da Entidade Mantenedora; um (01) representante econômico-financeiro da Entidade Mantenedora; um (01) representante dos Coordenadores de Cursos; dois (02) representantes do corpo docente; um (01) representante do corpo técnico-administrativo; um (01) representante do corpo discente. Cada segmento referido que tiver representação, deve apresentar o seu respectivo suplente. Os representantes e

suplentes serão eleitos, no início do ano letivo, para um mandato de dois anos, permitida a recondução por mais um período. Nas votações o conselheiro, mesmo que represente mais de um segmento, apenas poderá votar uma única vez. A critério do Conselho admite-se a participação da sociedade civil, através de representantes das entidades profissionais afins, na condição de convidados, e sem direito a voto.

Compete ao Conselho de Administração Superior: aprovar as diretrizes e políticas da Instituição; aprovar as alterações e reformas deste Regimento Geral, mediante aprovação de 2/3 dos membros do Conselho, presentes na sessão; aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional; analisar e avaliar os custos referentes a composição dos valores dos créditos, nos diversos Cursos da Instituição; sugerir valores de taxas, emolumentos e demais encargos educacionais; estabelecer normas relativas à administração econômica e financeira do pessoal e do material; referendar e aprovar a assinatura de convênios, acordos e contratos relevantes entre a Instituição e outras entidades; propor à Direção a criação e/ou extinção de serviços administrativos e órgãos suplementares, complementares e Cursos; aprovar a concessão de títulos de parte da IES; apreciar o relatório anual das atividades da Instituição; exercer as demais competências previstas em lei e deliberar quanto aos casos omissos e não previstos neste regimento e aprovar, alterar e/ou reformar o seu Regimento Interno.

8.2.2 Conselho de ensino, iniciação científica e extensão (CEPE)

O presente Conselho é o órgão superior deliberativo e consultivo da FAPAS Campus II para todos os assuntos de ensino, iniciação científica e extensão, conforme reza o Regimento Geral. Sendo integrado pelos seguintes membros: Diretor Geral, como Presidente; Vice-Diretor; Coordenador Acadêmico; Coordenador de Pós-Graduação; Supervisor Administrativo da EPEC; Coordenador de iniciação Científica e Extensão; Coordenadores de Cursos; dois representantes do Corpo Docente, por Curso; um representante do Corpo Discente, por Curso e um representante do quadro funcional administrativo.

Ao Conselho compete: Estabelecer as diretrizes e políticas de ensino; Iniciação científica e extensão, de acordo com a legislação e normas gerais aplicáveis, normatizando e supervisionando as atividades de ensino; iniciação científica e extensão, a fim de propor reformulações regimentais, aprovar o calendário acadêmico, normas gerais e/ou complementares sobre processo seletivo, currículos, programas, matrículas, transferências, avaliação de rendimento acadêmico e aproveitamento de estudos, aprovar os currículos plenos e suas alterações propostos pelos diversos cursos e suas alterações, aprovar as normas gerais

para a coordenação didática dos cursos, bem como para os estágios e trabalhos de conclusão de curso, aprovar as normas para os estágios, baixar normas complementares sobre cursos de extensão, aprovar os planos de cursos de graduação e pós-graduação, decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse da Faculdade em assuntos de sua esfera de ação e deliberar originariamente, ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua esfera de competência, não prevista no Regimento. O Conselho cujo funcionamento está definido em regimento próprio, deliberado em plenário após manifestação e parecer do relator designado para exame da matéria em discussão.

8.3 Órgãos de assessoria de apoio da mantenedora – EPEC – para a FAPAS Campus II

8.3.1 Supervisão administrativa da mantenedora

A Supervisão Administrativa da Mantenedora EPEC tem por finalidade a execução das atividades financeiras e contábeis, em articulação com a Mantenedora. A esse setor compete:

- a) Supervisionar as atividades financeiras, contábeis da FAPAS Campus II, observando as normas e legislação vigentes;
- b) Supervisionar o planejamento e os registros das operações financeiras e contábeis dos programas do setor financeiro;
- c) Cumprir, junto à Mantenedora, os compromissos decorrentes da execução orçamentária financeira;
- d) Prestar contas dos recursos financeiros e responder às tomadas de contas especiais;
- e) Responsável por elaborar a planilha de custos, bem como, o ajuste anual dos créditos educacionais ofertados;
- f) Coordenar e controlar os contratos de serviços de bar, convênios e demais contratos firmados com empresas da cidade e região; e
- g) Supervisionar, controlar e acompanhar os atos relativos a convênios e contratos, elaborando demonstrativo orçamentário e financeiro para compor a prestação de contas do exercício.

Destina-se ainda, assegurar eficiência à administração e à execução financeira, sendo suas atribuições:

- a) Comunicar e solicitar providências para apuração de irregularidades de qualquer natureza e inerentes às atividades meio, no ambiente organizacional e universo da ação;

- b) Manter estreito relacionamento, no sentido de interação, com os titulares das áreas técnicas, interna e externa, visando evitar solução de continuidade, na execução das atividades fins;
- c) Apoiar administrativamente as atividades em que a instituição participe direta ou indiretamente;
- d) Cumprir e fazer cumprir, de acordo com a legislação específica, normas operacionais pertinentes e devidamente instrumentadas;
- e) Orientar a elaboração da Prestação de Contas anual e demais relatórios de atividades inerentes às áreas administrativa e financeira;
- f) Desenvolver planos e apoiar a capacitação de recursos humanos, técnico-administrativos, dentro de sua área de atribuições; e
- g) Promover a integração técnico-administrativo-financeira com as demais Coordenações.

A Supervisão Administrativa da Mantenedora EPEC será exercida preferencialmente por alguém formado no Ensino Superior, na área de Administração ou afins.

8.3.2 Serviço social

É o órgão responsável para realizar a avaliação da situação socioeconômica dos acadêmicos que vierem a solicitar a concessão de gratuidade ou bolsas de estudo parciais, conforme as normas legais e institucionais, garantindo, assim, que todos possam ter acesso ao ensino superior e promover ações para atender os acadêmicos e seus familiares na sua integridade.

O Serviço de Assistência Social é exercido por profissional legalmente habilitado em Serviço Social ao qual compete:

- I. Realizar a avaliação sócia econômica dos acadêmicos candidatos a bolsas de estudo;
- II. Realizar visitas domiciliares, em caso de necessidade;
- III. Acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos;
- IV. Entrevistar e orientar os acadêmicos facilitando a integração dos mesmos com a Faculdade no que tange às questões sociais;
- V. Realizar de forma interdisciplinar estudos de caso, quando necessário;
- VI. Zelar pelo sigilo de informações pessoais de acadêmicos, professores, colaboradores e famílias; e
- VII. Realizar as atribuições decorrentes do Regimento e exercer as específicas da sua função conforme a legislação em vigor.

A Direção Geral da poderá dispor do serviço social da Mantenedora ou própria, conforme as necessidades, para exercer as funções descritas.

8.3.3 Centro de processamento de dados (CPD)

O Centro de Processamento de Dados é responsável por:

- a) Responsável pela manutenção da Rede Lógica, manutenção preventiva;
- b) Zelar pelo sigilo das informações da instituição, dos acadêmicos, professores, colaboradores e famílias;
- c) Manutenção computadores e impressoras, bem como, a configuração dos mesmos;
- d) Gerenciamento de arquivos;
- e) Configuração de sistemas;
- f) Desenvolvimento técnico e visual de páginas da internet;
- g) Manutenção de sites; e
- h) Manutenção de servidores e sistemas RP.

A Direção Geral poderá dispor do Centro de Processamento de Dados da Mantenedora ou própria, conforme as necessidades, para exercer as funções descritas.

8.3.4 Assessoria jurídica

A Assessoria Jurídica da Mantenedora EPEC tem por finalidade a execução das atividades judiciais e eventuais processos trabalhistas atuando em defesa da IES, em articulação com a Mantenedora. É exercido por profissional legalmente habilitado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ao qual compete:

- a) Representar juridicamente a FAPAS Campus II como autora, ré, oponente ou assistente, na defesa e proteção de seus direitos e interesses, nos diversos feitos;
- b) Exercer assessoria administrativa relacionada, de qualquer forma, com a matéria jurídica;
- c) Velar pelo cumprimento das Leis, Estatuto e Regimento na esfera da Faculdade;
- d) Atuar extrajudicialmente nas questões contenciosas em que faz parte, ativa ou passivamente, a Faculdade;
- e) Emitir parecer sobre contratos, aquisições, ajustes e convênios no interesse da Faculdade;
- f) Emitir parecer sobre assuntos jurídicos submetidos a seu exame; e

- g) Executar outras atividades correlatas ou necessárias à eficiência de suas atribuições específicas.

A Direção Geral poderá dispor de assessoria jurídica da Mantenedora ou própria, conforme as necessidades, para exercer as funções descritas.

8.3.5 Assessoria de comunicação

A FAPAS Campus II contará com estrutura específica para o desenvolvimento do processo de comunicação institucional. A organização administrativa e funcional estará sob o controle e supervisão do Diretor Geral, tem o objetivo de desenvolver projetos de comunicação capazes de transmitir as mesmas mensagens em diferentes ações, com intuito de alcançar públicos diversos. Entre os serviços prestados, a Assessoria de Comunicação da FAPAS Campus II realizará trabalhos de pesquisa, assessoria e consultoria, planejamento, ações de comunicação dirigida, eventos e promoções especiais e divulgação para a imprensa.

A meta principal do trabalho de Comunicação da FAPAS Campus II será o estabelecimento de um diálogo aberto entre a comunidade e a IES, com foco no fortalecimento da comunicação externa e interna da Faculdade. Assim, a FAPAS assume a tarefa de fazer com que o conhecimento gerado no âmbito acadêmico seja socializado com o grande público, a partir da ideia de educação e comunicação como instrumentos para o desenvolvimento educacional, humano, social e de cidadania.

Há uma boa relação entre a Mantenedora e a Mantida, mas destaca-se que não existirá interferência da Mantenedora para a Mantida e sim colaboração. Conforme o Regimento Geral, a Entidade Palotina de Educação e Cultura (EPEC) é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pela FAPAS Campus II.

Cabe à Mantenedora tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento da IES, respeitados os limites da lei e do referido Regimento Geral no que diz respeito à liberdade acadêmica do corpo docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos. A Mantenedora é, ainda, a responsável por nomear o Diretor, o Vice-Diretor, o Tesoureiro e o Secretário.

8.4 Supervisão administrativa da IES

À Supervisão Administrativa da IES tem por finalidade a execução das atividades de administração geral, financeira e contábil, em articulação com a mantenedora. A esse setor

compete coordenar, fiscalizar, supervisionar e dirigir os serviços administrativos e as atividades de planejamento da Instituição, especificamente:

- a) Executar a política definida pela Direção Geral, referente a área administrativa;
- b) Promover a integração dos diversos órgãos na área administrativa;
- c) Praticar atos de gestão administrativa;
- d) Propor mudanças na estrutura organizacional da Instituição;
- e) Realizar estudos sobre a utilização do espaço físico e instalações da Instituição; propondo medidas para sua melhor utilização;
- f) Operar e coordenar um sistema institucional de informações;
- g) Estabelecer fluxos permanentes de informações com os demais órgãos, a fim de facilitar os processos de tomada de decisão e coordenação das atividades da Instituição;
- h) Realizar estudos sobre estruturas e procedimentos administrativos, propondo medidas para o seu contínuo aperfeiçoamento e maior eficiência na execução das atividades da Instituição; e
- i) Analisar informações internas e externas à Instituição, necessárias à avaliação do esforço educacional e a tomada de decisão sobre o mesmo.

8.5 Coordenação acadêmica

À Coordenação Acadêmica compete coordenar, supervisionar e dirigir a execução das atividades do ensino, especificamente:

- Fiscalizar o cumprimento do regime acadêmico e execução dos programas e horários;
- Executar a política definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão no que diz respeito ao ensino de graduação;
- Analisar as propostas de currículos e suas alterações;
- Analisar e regulamentar, a nível da Instituição, a legislação do ensino de graduação com proposição e reformulação de normas;
- Elaborar, publicar e manter atualizado o Catálogo Geral da Instituição;
- Analisar a oferta de disciplinas, em nível semestral;
- Coordenar as publicações referentes às atividades acadêmicas da Instituição e outros trabalhos relativos às atividades acadêmicas;

- Acompanhar, junto ao Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), a organização dos arquivos dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos de interessados ou direção da Faculdade;
- Acompanhar, junto ao SERCA, a publicação, de acordo com este regimento, do quadro de notas de aproveitamento acadêmico, das avaliações recuperatórias e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados; e
- Acompanhar os egressos para conhecer suas opiniões acerca da formação recebida, tanto curricular quanto ética para, desta forma, avaliar as políticas de ensino praticadas na Instituição.

Ficam vinculados à Coordenação Acadêmica, para fins de supervisão administrativa, o SERCA, o NAI e Apoio Psicopedagógico⁹, os Cursos de Graduação com sua coordenação e os egressos.

8.6 Coordenação de pós-graduação

À Coordenação de Pós-graduação compete:

- Executar a política definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, relativa à Pós-Graduação;
- Promover a integração das atividades dos diversos órgãos na área de Pós- Graduação;
- Promover a coleta sistemática e permanente de dados capazes de permitir a avaliação quantitativa e qualitativa do ensino de Pós-Graduação;
- Analisar as propostas de cursos e programas de Pós-Graduação, encaminhando-as, com parecer, aos órgãos competentes, para aprovação;
- Coordenar as publicações referentes às atividades acadêmicas da Pós-Graduação e outros trabalhos relativos às atividades dos acadêmicos da Pós-Graduação;
- Acompanhar, junto ao Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), a organização dos arquivos dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimento de interessados ou da direção da Faculdade; e
- Acompanhar, junto ao SERCA, a publicação, de acordo com este regimento, do quadro de notas de aproveitamento acadêmico e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados.

⁹ O Programa de Apoio Psicopedagógico é atrelado ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

8.7 Coordenação de iniciação científica e extensão

Compete à Coordenação de Iniciação Científica e Extensão:

- Executar a política definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, relativa à Iniciação Científica e a Extensão;
- Promover a coleta sistemática e permanente de dados capazes de permitir à avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de Iniciação Científica e Extensão;
- Analisar as propostas de Iniciação Científica e Extensão encaminhando-as, com parecer, aos órgãos competentes, para aprovação;
- Promover a publicação de editais para inscrição de projetos de extensão e atividades acadêmicas;
- Registrar projetos aprovados pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão e posterior certificação; e
- Acompanhar projetos de extensão institucionais, dos Núcleos Institucionais e possíveis assessorias.

8.8 Secretaria geral

A Secretaria Geral é o órgão de apoio, dirigido por um Secretário Geral que tem a seguinte competência:

- Chefiar a Secretaria fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares, para o bom andamento dos serviços;
- Comparecer às reuniões dos Conselhos Superiores, secretariando-as e lavrando as respectivas atas; e
- Organizar as informações da direção da Faculdade e exercer as demais funções que lhe forem confiadas.

8.9 Ouvidoria

A Ouvidoria Acadêmica da FAPAS Campus II será criada para garantir um canal permanente de comunicação, proporcionando maior aproximação entre a Instituição e comunidades internas e externas; com objetivo de facilitar o recebimento das manifestações,

através de um processo ágil, eficaz e seguro. O serviço de Ouvidoria trata somente de casos que as instâncias normais de atendimento não conseguem solucionar.

8.10 Pastoral universitária

Proporciona momentos de encontro com Deus, espiritualidade e reflexão a partir do carisma palotino. A FAPAS Campus II, com o desejo de assumir a sua identidade de Faculdade católica, proporciona momentos de espiritualidade para seus acadêmicos, professores e funcionários através da Pastoral Universitária. Numa perspectiva de cultivo de valores cristãos, dentro de uma cultura universitária, a Pastoral da FAPAS Campus II busca suscitar iniciativas e projetos solidários construtores de uma sociedade mais justa, igualitária e humanizadora. Por fim realiza a missão de oferecer, fomentar e coordenar a presença da Igreja entre todos os que estão em atividade na FAPAS Campus II. São objetivos da pastoral universitária:

- Oferecer apoio, orientação e formação humano-espiritual, que favoreçam o fortalecimento da fé e da adesão aos valores éticos e cristãos de modo que estes iluminem e inspirem o caminho de aprendizagem científico-cultural; e
- Oportunizar a todos os estudantes, professores e funcionários uma vivência plena de fraternidade, amor e de serviço cristão, proporcionando a todos um encontro pessoal com Cristo à luz da espiritualidade de São Vicente Pallotti.

8.11 Setor de vendas

A Faculdade Palotina Campus II ainda não terá instituído o setor de vendas, após seu credenciamento e autorização do curso ele será criado.

Compete ao Setor Vendas da FAPAS Campus II:

- Assessorar a IES na relação com o mercado no que se refere à prestação de serviços;
- Potencializar a relação e a efetivação das parcerias entre a FAPAS Campus II e as empresas e entidades públicas visando ao desenvolvimento de atividades de prestação de serviços educacionais ou de convênios em conformidade com a demanda regional;
- Assegurar a execução dos serviços e convênios, visando à qualidade dos mesmos prestados pela FAPAS Campus II no que tange às organizações;

- Estruturar propostas comerciais, convênios e orçamentos junto às empresas da cidade de Cascavel, PR e região a fim de captar clientes/acadêmicos e consolidar a relação FAPAS Campus II/sociedade;
- Participar de ações de divulgação dos serviços educacionais e espaços da IES junto a empresas e/ou órgãos públicos para o atendimento de demandas relacionadas aos serviços prestados pela Instituição; e
- Prezar pela periodicidade das visitas com empresas e/ou órgãos públicos, administrando também as visitas demandadas por eles.

9 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional da Faculdade Palotina Campus II é um processo contínuo, pedagógico, reflexivo e autoconsciente, que busca compreender o conjunto dos significados das atividades institucionais para melhorar a qualidade educativa e alcançar uma maior relevância social.

Para que isto aconteça, busca-se sistematizar as informações, analisar coletivamente o significado das realizações, esclarecer as várias formas de se organizar e agir, identificar as fragilidades, as potencialidades e disponibilizar dados que servirão de indicadores prioritários para estruturar planos de ação para o aperfeiçoamento dos processos de gestão e de ação acadêmico-administrativa da FAPAS Campus II.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- a) Autoavaliação institucional: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FAPAS Campus II. Será criado um projeto de Autoavaliação Institucional (Avaliação Interna) que terá como objetivo instituir na Faculdade Palotina Campus II uma cultura permanente de avaliação em um processo pedagógico de reflexão, análise, planejamento e autoconsciência da missão e da realidade institucional no Ensino Superior, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).
- b) Avaliação externa: realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Possui como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios de autoavaliação. O processo avalia as condições de infraestrutura, pedagógica e administrativa da Instituição e atua no acompanhamento e regulação dos cursos de graduação.

9.1 Comissão própria de avaliação (CPA)

Conforme o Art. 11 da Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES, cada Instituição de Ensino Superior deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) responsável pela condução e sistematização dos processos de avaliação internos da IES, bem como, prestar informações solicitadas pelo INEP. Desse modo, através da Portaria da Direção nº 10, de 07 de julho de 2004, a FAPAS nomeou a primeira CPA para conduzir o processo interno de avaliação.

A FAPAS Campus II já tem um Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação, que não foi aprovado e instituído pois a instituição ainda não iniciou. A CPA é o órgão de representação acadêmica e institucional, com atuação autônoma em relação aos Órgãos Colegiados da Instituição. Nela está garantida a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegia a maioria absoluta de um dos segmentos. A CPA é responsável por coordenar e articular o processo de Autoavaliação Institucional na IES, o qual visa a promover a constante melhoria no ensino, pesquisa e extensão, por meio de uma cultura permanente de avaliação, que articule a missão institucional da Faculdade Palotina e suas finalidades acadêmicas e sociais.

9.1.1 Atribuições da CPA

Competem à CPA as seguintes atribuições:

- a) Conduzir os processos internos de avaliação da instituição subentendidos na preparação, desenvolvimento e consolidação;
- b) Coletar informações, analisar dados, elaborar e encaminhar, às instâncias competentes, relatórios e pareceres referentes ao processo de avaliação interna na Faculdade Palotina;
- c) Desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação das políticas de avaliação na Instituição;
- d) Planejar os programas de Avaliação Institucional, propondo ações para a melhoria do processo;
- e) Sistematizar e prestar informações sobre a Avaliação Institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sempre que solicitadas; e
- f) Participar de todas as atividades relativas a eventos promovidos pelo Conselho Nacional de Educação Superior (CONAES), sempre que solicitada.

9.1.2 Composição e mandato da CPA

A Comissão é composta por um (1) coordenador; um (1) representante Técnico-administrativo; um (1) representante docente; um (1) representante discente; um (1) representante da Sociedade Civil. O ato de designação dos membros da CPA é feito através de

portarias emitidas pelo Diretor Geral da Faculdade Palotina Campus II, com mandato de três anos, podendo ser reconduzidos.

9.1.3 Organização administrativa, funcionamento e reuniões da CPA

A CPA será organizada administrativamente com um (1) coordenador, um (1) secretário de apoio e demais membros. Suas atribuições serão previstas nos Artigos do Regimento Interno da CPA.

O funcionamento da CPA na Instituição consiste em: elaborar o calendário das reuniões ordinárias; promover reuniões com a comunidade acadêmica para discutir questões de interesse coletivo, avaliar e analisar as propostas apresentadas à Comissão, solicitar documentações e informações aos órgãos da Instituição, respeitadas as de caráter sigiloso, assim definidas na legislação vigente. A administração da Faculdade Palotina proporciona os meios, as condições materiais e de recursos humanos para funcionamento da CPA, assim como toda a infraestrutura administrativa necessária para este fim.

A CPA reúne-se ordinariamente uma (1) vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou por solicitação da maioria simples de seus membros. As reuniões ordinárias são realizadas em dias e horários estabelecidos no início de cada semestre letivo. A cada reunião é lavrada a Ata que, depois de aprovada, é assinada pelo Coordenador e demais membros participantes.

Os trabalhos da CPA são considerados prioritários para seus membros sobre quaisquer outras atividades da Instituição, exceto convocações por parte da direção. A CPA deverá manter a comunidade acadêmica informada de suas principais atividades e resoluções através da sua publicação no setor de comunicação oficial da Faculdade Palotina e por seus canais de comunicação com a comunidade acadêmica.

9.2 O processo de autoavaliação institucional (AI)

A proposta da Autoavaliação Institucional da FAPAS Campus II busca tornar permanente a cultura de avaliação como um processo de reflexão constante sobre as atividades desenvolvidas pela Instituição, tendo como objetivos: produzir conhecimentos sobre a realidade da IES, identificar possíveis fragilidades e os agentes causadores, implementar melhorias contínuas, aperfeiçoar as práticas pedagógicas e profissionais do corpo docente e técnico-administrativo, potencializar a integração e as relações de cooperação entre os diversos agentes

institucionais, tornar mais efetiva a atuação da instituição junto à comunidade, e o que mais faça cumprir a responsabilidade social da IES com a sociedade.

A partir da Nota Técnica nº 14/2014 (CGACGIES/DAES/INEP/MEC), que uniformizou o entendimento sobre os Indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, redimensionando as dez dimensões em cinco eixos avaliativos, sendo eles:

Quadro 10 – Dimensões/eixos do processo de avaliação institucional

Eixos	Dimensões
Eixo 1) Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e avaliação institucional.
Eixo 2) Desenvolvimento Institucional	Missão, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e responsabilidade social.
Eixo 3) Políticas Acadêmicas	Políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; Comunicação com a sociedade e política de atendimento aos estudantes.
Eixo 4) Políticas de Gestão	Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; organização e gestão da IES e sustentabilidade financeira.
Eixo 5) Infraestrutura Física	Infraestrutura física.

Fonte: Elaborado pela CPA.

Conforme a sugestão de roteiro para a elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065), a Faculdade Palotina Campus II terá a sua avaliação interna trienal, realizada em dois anos de avaliação parcial (ANO 1 – eixos 2, 3 e 4; ANO 2 – eixos 1 e 5) e um ano integral. Desse modo, o processo integral da Autoavaliação da FAPAS Campus II acontece em três anos, contemplando os cinco eixos da avaliação externa.

Quadro 11 – Organização do ciclo trienal de autoavaliação

ANO 1	ANO 2	ANO 3
Eixo 2) Desenvolvimento Institucional	Eixo 1) Planejamento e Avaliação Institucional	Análise global
Eixo 3) Políticas Acadêmica	Eixo 5) Infraestrutura	
Eixo 4) Políticas de Gestão		
Relatório Parcial I	Relatório Parcial II	Relatório Versão Integral

Fonte: Elaborado pela CPA.

Assim, nos dois anos parciais, o processo de Autoavaliação Institucional é realizado nas seguintes etapas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação.

A **primeira etapa** envolve as seguintes ações de planejamento:

- a) Estudo dos documentos oficiais e elaboração/revisão dos instrumentos de avaliação utilizados, com base nas orientações do SINAES;

- b) Definição dos procedimentos de aplicação da Autoavaliação Institucional: prazos, segmentos, participantes;
- c) Definição do cronograma de atividades para a realização de reuniões da Comissão, bem como de equipes de trabalho, encontros para sensibilização da comunidade acadêmica; e
- d) Realização de Encontros Formativos para orientação, sensibilização da comunidade acadêmica a respeito dos processos avaliativos na Educação Superior (Avaliação Externa e Interna – AVALIES, Avaliação dos Cursos de Graduação – ACGs e Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE), bem como, apropriação dos resultados das avaliações.

A **segunda etapa** caracteriza-se pelas seguintes ações:

- a) Sensibilização da comunidade acadêmica para os processos avaliativos na IES (informações, convite à participação, esclarecimentos);
- b) Aplicação dos instrumentos para coleta de dados;
- c) Organização dos dados no programa TOTVS para análise estatística; e
- d) Análise estatística dos dados da Autoavaliação Institucional, apresentação e discussão com os segmentos participantes.

A **terceira etapa**, consolidação, compreende as seguintes ações:

- a) Relatório parcial dos eixos avaliados com base nos dados da análise estatística e nas apresentações à comunidade acadêmica;
- b) Encaminhamento e discussão do relatório parcial com a Gestão Acadêmico-administrativa;
- c) Disponibilização do relatório parcial para a comunidade acadêmica da Faculdade Palotina Campus II, via Coordenação Administrativa e Acadêmica, Coordenador de Curso e Diretório Acadêmico;
- d) Postagem anual do relatório parcial da Autoavaliação no sistema e-MEC conforme Art. 6º, da Portaria Nº 821, de 24 de agosto de 2009; e
- e) Encaminhamento do relatório parcial aos setores e publicação na página institucional.

Por fim, no terceiro ano do processo, a análise integral do processo contempla o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão, bem como, planos de ações para a IES.

Este processo gera relatórios parciais de diagnósticos, que, além de identificar potencialidades e fragilidades institucionais, propõem sugestões para implementação de ações

de melhorias de natureza acadêmico-administrativa que evidenciam apropriação dos resultados da avaliação. Esses resultados são apresentados e discutidos com a comunidade acadêmica, por meio de seminários, reuniões, relatórios, boletins informativos, internet, entre outros.

Paralelo ao desenvolvimento da Autoavaliação Institucional e da Avaliação Externa, efetiva-se a Avaliação das Práticas Pedagógicas, como uma ferramenta de ação construtiva com foco na qualificação e desenvolvimento das práticas pedagógicas realizadas por alunos e professores, com relação ao plano de ensino; o desenvolvimento das atividades em sala de aula; às análises de conhecimentos (atividades avaliativas, exames, testes, trabalhos...); à presença e pontualidade e à relação professor-aluno. A avaliação é realizada semestralmente pelos discentes de modo a avaliar as práticas desenvolvidas nas disciplinas cursadas a cada semestre letivo. O resultado dessas avaliações é encaminhado às coordenações e gestão da IES. Cabe aos coordenadores de curso definir a metodologia de entrega dos resultados da avaliação das práticas para o professor de cada disciplina avaliada, proporcionando a discussão dos resultados entre coordenador e professor, e elaborar um plano de ação a partir dos resultados apresentados. A apropriação dos resultados desse processo se dá através da reflexão-ação das práticas pedagógicas desenvolvidas, suscitando novas estratégias para alcance de melhorias no ensino-aprendizagem. Também, nos demais processos avaliativos, os relatórios parciais de diagnósticos identificam potencialidades e fragilidades institucionais incitando a elaboração de planos de ação de melhorias acadêmico-administrativas, revisão dos projetos pedagógicos e ações de melhorias acadêmicas e institucionais. Dessa forma, os resultados atuam como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa, subsidiando o planejamento institucional.

A CPA trabalha em conjunto com o setor de Ouvidoria, visto que esse mecanismo de comunicação com a comunidade acadêmica é uma importante fonte de informações, sugestões, críticas, observações e elogios que podem apontar sinais de (des)articulação, merecendo consideração da avaliação institucional e que podem fazer emergir ações potenciais fora do período destinado à coleta de dados da avaliação. Da mesma forma, a CPA disponibiliza um canal de comunicação direto através do endereço eletrônico (cpa@fapas.edu.br), para que possíveis necessidades possam ser prontamente recebidas e direcionadas a uma possível solução.

Quanto aos processos de Avaliação Externa e seus indicadores – Avaliação *in loco* (CI), Avaliação dos Cursos de Graduação (CPC, CC) e ENADE, a CPA buscará trabalhar com esses processos no intuito de colocá-los em discussão permanente como objeto de reflexão para melhorias acadêmicas e administrativas no âmbito do planejamento da IES. A CPA promove

Encontros Formativos com a comunidade acadêmica a fim de apresentar esses e os demais processos de avaliação que ocorrem na IES, bem como os resultados alcançados.

9.3 Sensibilização e participação da comunidade acadêmica

A sensibilização da comunidade acadêmica é uma das mais importantes etapas dos processos avaliativos desenvolvidos na IES e, também, a mais desafiadora, pois representa o principal objetivo de todo esse processo, que é instituir na Faculdade Palotina Campus II uma cultura de avaliação permanente e de autorreflexão. Nesse sentido, a CPA buscará constante diálogo com os diferentes segmentos da IES através de informações, esclarecimentos, orientações e convite à participação nos períodos que antecedem à coleta de dados, momento em que o processo de sensibilização torna-se mais efetivo. Ainda, prevê-se a realização de encontros formativos nos quais as turmas ingressantes receberão orientações a respeito do ciclo de avaliação, com base nas temáticas: a) Apresentação da Comissão Própria de Avaliação; b) Apresentação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), princípios e etapas; c) Autoavaliação Institucional (AI) Ciclo Trienal; d) Avaliação das Práticas Pedagógicas (APP) Processo semestral (jun./nov.); e) Resultados da Avaliação Externa; e f) ENADE. Nessa perspectiva formativa, e contínua, tem-se a possibilidade de sensibilizar a comunidade acadêmica sobre os aspectos internos e externos que compõem a avaliação da educação superior, os resultados dos processos realizados (interno e externo) e qual o compromisso da FAPAS Campus II nesse contexto. Outra estratégia de sensibilização consistirá na comunicação da CPA com a comunidade acadêmica através de informações sobre os processos avaliativos e as ações realizadas pela Comissão através de publicações específicas em perfil de rede social.

A sensibilização para a participação na coleta de dados será realizada nos períodos que antecedem o início da aplicação dos instrumentos. Essa sensibilização será realizada pelos membros da Comissão Própria de Avaliação, através de encontros e eventos organizados pela Instituição (semanas acadêmicas, aulas inaugurais, etc.), fixação de informativos em murais, informações publicadas no portal oficial da Instituição, nas redes sociais e comunicações via e-mail à Coordenação de Curso, aos setores acadêmicos e administrativos da IES, e aos demais agentes da comunidade acadêmica.

Participam do processo de Autoavaliação Institucional discentes, docentes e técnico-administrativos que compõem os três segmentos representativos da comunidade acadêmica da FAPAS Campus II. Como estratégia de engajar a participação mais efetiva, durante o processo

de avaliação são enviados e-mails diretamente para todos os colaboradores técnico-administrativos, docentes e discentes matriculados na IES. Durante a coleta de dados, os membros representantes na CPA buscarão dialogar constantemente com seu respectivo segmento, fornecendo informações, esclarecendo dúvidas e incentivando à participação. Na Avaliação das Práticas Pedagógicas, realizada semestralmente, somente os discentes participam avaliando as práticas desenvolvidas nas disciplinas cursadas a cada semestre letivo.

9.4 Instrumento utilizado na coleta de dados

Para cada um dos processos avaliativos, desenvolvidos na IES, são utilizados os instrumentos elaborados pela CPA em conformidade com a legislação vigente, de modo que atendam as especificidades da Instituição e de cada segmento participante.

A coleta de dados da Autoavaliação Institucional será realizada, anualmente, através de questionário eletrônico, o qual contempla a realidade institucional através de questões pertinentes às dimensões específicas dos eixos avaliados em cada etapa parcial (Ano I - Eixos 2, 3 e 4; Ano II – Eixos 1 e 5). Os questionários utilizados na coleta de dados específicos de cada segmento são disponibilizados através do sistema educacional TOTVS para discentes, docentes, auxiliares dos docentes e técnico-administrativos. Para o segmento técnico-administrativo, a CPA envia um e-mail pessoal através do sistema, contendo login, senha de acesso e o link para o questionário da avaliação.

Como estratégia para alcançar uma participação mais efetiva do segmento acadêmico, além da campanha online, no período de coleta de dados, a CPA, juntamente com a colaboração da coordenação de curso e respectivos professores, prevê o acompanhamento dos acadêmicos no Laboratório de Informática para que eles respondam ao questionário de avaliação.

Na Avaliação das Práticas Pedagógicas utiliza-se um instrumento online, o qual os acadêmicos de graduação acessam também pelo Portal do Aluno, com login e senha. Para os acadêmicos de Pós-graduação, o instrumento é aplicado de modo impresso ao final da cada disciplina cursada.

O instrumento de avaliação das Práticas Pedagógicas será composto por questões, divididas em cinco categorias: Bloco 1 - Plano de ensino; Bloco 2 - Desenvolvimento das atividades em sala de aula; Bloco 3 - Atividades avaliativas (exercícios, trabalhos, provas, exame); Bloco 4 - Presença e pontualidade; e Bloco 5 - Relação professor-aluno. Para cada questão é apresentada uma escala de oito opções: Não se aplica, não atendido, atendido até 25%, atendido até 50%, atendido até 75%, atendido até 100%, e para algumas questões próprias,

há opção de sim ou não. Os instrumentos apresentam questões abertas para comentários, sugestões ou críticas.

9.5 Análise e divulgação dos resultados

A CPA é responsável por organizar e analisar os dados coletados através do instrumento de avaliação aplicado à comunidade acadêmica. Os dados coletados são agrupados no banco de dados do sistema TOTVS e analisados por segmento participante (discentes, docentes, técnico-administrativos) com base em questões gerais, para todos os segmentos, e outras específicas à realidade de cada segmento participante. Em cada questão é calculada a média positiva (soma das opções 'Ótimo', 'Muito bom', 'Bom') e a média negativa (soma das opções 'Regular' e 'Ruim'). Em cada Eixo, calcula-se a média geral positiva acima de 80%. As questões individuais que apresentaram índices acima de 10% na soma das alternativas 'Ruim' e 'Regular' são analisadas com maior atenção junto à gestão da IES, buscando ações de melhorias para as fragilidades apontadas.

Na Avaliação das Práticas Pedagógicas, aplicada ao curso de graduação, depois de encerrada a coleta de dados (semestral), os resultados são organizados no banco de dados do sistema acadêmico TOTVS. A CPA organiza as planilhas, separando-as por disciplina e, posteriormente, encaminha os resultados à Coordenação acadêmica e de curso. Compete a coordenação de curso a análise e discussão dos resultados junto ao segmento docente e discente do seu respectivo curso. Os resultados da Avaliação das Práticas Pedagógicas realizada nos cursos de pós-graduação são sistematizados pela coordenação do curso, gerando subsídios para a gestão administrativa e pedagógica.

A análise dos resultados desses processos avaliativos deve servir como fator de retroalimentação na elaboração de planos de ação que visam aprimorar a gestão acadêmica e administrativa dos cursos, além de qualificar as práticas de ensino e aprendizagem desenvolvidas na FAPAS Campus II, atendendo aos projetos pedagógicos dos cursos, à missão institucional e ao PDI.

Conforme previsto no Projeto de Autoavaliação Institucional, os resultados analíticos desses processos serão divulgados e apresentados à comunidade acadêmica em forma de reuniões com os segmentos participantes e enviados, via e-mail institucional, para a direção, gestão acadêmica e administrativa, chefes de setores e demais funcionários técnico-administrativos, coordenações e diretórios acadêmicos, e divulgados via informativos online e anexados no site institucional.

Quadro 12 – Demonstrativo das ações da CPA para o período de 2025 a 2029

Ações	2025	2026	2027	2028	2029
Implantação da CPA	X	X	X	X	X
Revisão dos instrumentos de avaliação, com base nas orientações do SINAES e documentos oficiais da Instituição.		X			
Definição do cronograma de atividades anuais da Comissão.	X	X	X	X	X
Sensibilização da comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
Aplicação dos instrumentos para coleta de dados da Avaliação Institucional - presencial	X	X	X	X	X
Aplicação dos instrumentos para coleta de dados da Avaliação das Práticas Pedagógicas (jun./nov.)	X	X	X	X	X
Avaliação Institucional pela Comunidade Externa.	X	X	X	X	X
Análise estatística e descrição analítica dos dados parciais dos eixos avaliados.	X	X		X	X
Elaboração de relatórios parciais.	X	X		X	X
Elaboração de relatório integral relativo ao fechamento das avaliações parciais.			X		
Encaminhamento do relatório parcial para a Gestão Acadêmico-administrativa.	X	X		X	X
Encaminhamento do relatório integral para a Gestão Acadêmico-administrativa.			X		
Divulgação dos relatórios, parcial e integral, para a comunidade acadêmica e publicação na página institucional	X	X	X	X	X
Elaboração de planos de ação junto aos setores a partir dos resultados da Avaliação Institucional.	X	X		X	X
Postagem dos relatórios da Autoavaliação no sistema e-MEC.	X	X	X	X	X
Encontros formativos sobre Avaliação Institucional FAPAS Campus II	X	X	X	X	X
Atualização de página em plataforma de rede social para divulgação de ações.	X	X	X	X	X
Encontro formativo ENADE (cursos do ciclo de avaliação).	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela CPA.

10 INFRAESTRUTURA FÍSICA

10.1 A infraestrutura física da instituição

A Infraestrutura Física da Instituição conta com salas de aula bem iluminadas todas com ar condicionado e data show instalado, o acesso à internet através da rede wireless com sinal aberto, a mobília das salas de aula também confortável para facilitar a concentração dos acadêmicos, as salas de reuniões e coordenação com mobília adequada e climatizadas, a Biblioteca com espaço privilegiado de estudos, pesquisas individuais ou de grupos, dois auditórios um com capacidade de 90 pessoas e outro com capacidade de 150 pessoas, estacionamento amplo que possibilita comodidade aos professores e acadêmicos, rampas de acesso, tudo para facilitar a mobilidade das pessoas com deficiências.

10.2 Instalações acadêmicas e administrativas

A Instituição conta com um Laboratório de Informática, que atende à demanda Institucional. São dez computadores com acesso à internet e com programas instalados para facilitar a pesquisa, digitação e elaboração de trabalhos. O laboratório tem um funcionário à disposição para auxiliar os acadêmicos e professores.

As 5 salas destinadas as aulas da FAPAS Campus II estão equipadas da seguinte maneira:

Quadro 13 – Distribuição de equipamentos por sala de aula

Número da sala	Móveis e Equipamentos
01	Datashow: 1 fixo. Ar condicionado: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
02	Datashow: 1 fixo. Ar condicionado: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
03	Datashow: 1 fixo. Ar condicionado: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
04	Datashow: 1 fixo. Ar condicionado: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
05	Datashow: 1 fixo. Ar condicionado: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.

Fonte: Institucional.

Além dos equipamentos multimídia, a Instituição disponibiliza rede de internet sem fio para uso em pesquisas nas salas de aula. A Instituição disponibilizará espaço para cantina, também um espaço de convivência, o auditório institucional, a Biblioteca, o Diretório

Acadêmico. Espaço o Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA). Nesse local será arquivada toda vida acadêmica dos estudantes. Sendo que para cada aluno terá uma pasta, na qual constam documentos pessoais e acadêmicos. Mas a mantenedora adquiriu a licença para utilizar o programa Docspress para assinatura digital e guarda dos documentos, ele é integrado com o programa TOTVS que também a mantenedora tem licença para uso. Então a FAPAS Campus II terá todos os seus documentos guardados, arquivados e assinados digitalmente. Nesse setor são organizados, também, os processos de transferência interna e externa, aproveitamento de ACG ou DCG, matrículas, informações sobre o portal do estudante e do professor. A Faculdade Palotina Campus II terá o setor de Secretaria Geral. Neste local os professores encaminham suas avaliações, para serem impressas e recebem os comunicados institucionais. A IES terá o espaço onde atuará o setor financeiro da instituição. Nesse espaço, os acadêmicos são auxiliados em relação aos valores das mensalidades. Outros espaços necessários para o bom funcionamento da IES são: sala da coordenação de curso, sala de reuniões, sala dos professores, Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA); salas de trabalho para os professores em tempo integral, Sala da Direção Geral, Todos ambientes equipados com mesa, cadeiras, computador e material necessário para atendimento dos acadêmicos.

10.3 Laboratório de informática

A Faculdade Palotina Campus II possui um amplo Laboratório de Informática para uso dos alunos. Esse laboratório possui equipamentos adequados para o uso acadêmico-científico. Também é disponibilizado, no laboratório, o recurso de Internet, a fim de proporcionar a qualidade na busca de informações pelo acadêmico. O laboratório tem um número suficiente de máquinas para atender a todos os alunos matriculados. Além disso, a Biblioteca também disponibiliza recursos desse tipo, para atender a demanda dos acadêmicos. A Faculdade também disponibiliza o sinal de internet por rede sem fio, com sinal aberto para ser utilizado pelos discentes, docentes e funcionários administrativos da Instituição. A possibilidade da abertura de um novo curso de graduação poderá exigir da Instituição um aperfeiçoamento no Laboratório de Informática, este será feito para atender a demanda.

Tabela 5 – Demonstrativo da infraestrutura do laboratório de informática

Prédio	Especificação	2025	2026	2027	2028	2029
Prédio I	Datashow instalados nas salas de aula	5	5	5	5	5
	Datashow Auditório	2	2	2	2	2
	Computadores	10	12	15	20	25

Fonte: Institucional.

10.4 Inovações tecnológicas

A FAPAS Campus II possui recursos tecnológicos variados para atender a demanda dos alunos e dos professores, com programas instalados nos computadores do laboratório, bem como na Biblioteca. Esses programas (softwares) são utilizados para o aprendizado de técnicas inovadoras, no sentido de incentivar a aquisição de conhecimentos pelo aluno, programas que auxiliam aos alunos e professores a digitação de textos. Em suma, a Instituição está continuamente atenta às inovações desse setor, buscando sempre a implementação de recursos necessários para a melhor formação do aluno.

A mantenedora da IES em 2015, adquiriu a licença do sistema educacional da TOTVS S.A. O “RM Educacional”. Este sistema possibilita a criação dos diários de classe online, no qual os professores têm acesso para registrar os conteúdos trabalhados e presenças e notas dos acadêmicos. Por sua vez, cada discente tem acesso através de login e senha a todas as disciplinas em que está matriculado para acompanhar suas presenças, faltas e notas registradas pelo professor e também seu histórico escolar. A mantida Faculdade Palotina Campus II terá direito de utilizar esse sistema.

Essa ferramenta facilitará a comunicação e a informação acadêmica tanto por parte dos professores como dos acadêmicos. O Portal do Professor/Aluno gerencia a “vida acadêmica” dos estudantes e é de fundamental importância para a facilidade na tramitação do fluxo de informações para toda comunidade acadêmica. Enfim, trata-se de um sistema de fácil manuseio e com características específicas que facilitam as tramitações acadêmicas da IES. No final de 2019, o Centro de processamento de Dados (CPD) e os TIs da Mantenedora fizeram a formação e logo após a implementação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) integrado com o TOTVS e assim essa ferramenta também fará parte da vida acadêmica de professores e estudantes da FAPAS Campus II. As disciplinas irão utilizar o Moodle como recurso de apoio ao ensino presencial. A plataforma possibilita a gestão da disciplina através do envio de materiais, atividades e comunicação, viabilizando, em muitos casos, novas metodologias de trabalho com apoio da tecnologia. O professor terá disponível a plataforma para apresentação do conteúdo previamente, ampliando o aproveitamento do tempo em sala de aula para reflexões e debates. Outra situação que será proveitosa, a partir do uso da plataforma, será a recuperação de aulas e dias letivos com atividades no decorrer do semestre no Moodle. Em 2021 a mantenedora adquiriu a licença para utilizar o programa Docspress para guarda, arquivamento e assinatura digital dos documentos institucionais e acadêmicos. Também esse programa será utilizado pela FAPAS Campus II.

A Instituição irá contar com um site Institucional no qual serão postadas todas as informações relevantes da Faculdade. Nesse canal a comunidade acadêmica terá acesso a documentos institucionais, calendário acadêmico, guia acadêmico, informações sobre os setores administrativos, Biblioteca, informações sobre os Núcleos, notícias e informações; para que todos os acadêmicos e professores possam acompanhar o dia a dia da Instituição.

Através do site o público externo pode, também, acompanhar as informações referentes ao vestibular, outros editais relevantes para a comunidade externa e eventos acadêmicos; os quais são sempre abertos a participação do público em geral. Por meio do site, os acadêmicos podem realizar sua inscrição tanto para processo seletivo ou participação em eventos acadêmicos.

Com o desenvolvimento do ambiente digital a FAPAS Campus II estará nas redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn) para melhorar o relacionamento com o público e divulgar eventos e informações que sejam do interesse da comunidade acadêmica. A comunicação nas redes sociais digitais é personalizada, atentando aos princípios e valores institucionais e a filosofia da IES.

Quadro 14 – Demonstrativo e previsão dos avanços tecnológicos nos serviços prestados para o período de 2025 a 2029

Ações	2025	2026	2027	2028	2029
Criação e implementação das Revistas Eletrônicas dos Cursos	X	X	X	X	X
Criar e aprimorar a Página Institucional	X	X	X	X	X
Criar e aprimorar a Ouvidoria Online	X	X	X	X	X
Criar Biblioteca Online Livros e Revistas				X	X
Criar e aprimorar o Acompanhamento ao Egresso			X	X	X
Criar o Guia Acadêmico Online	X				
Criar o Diário de Classe Online	X				
Frequência e Certificação de Eventos de Maneira Eletrônica	X	X	X	X	X
Gestão das disciplinas no ambiente virtual Moodle	X	X	X	X	X
Algumas disciplinas no formato EaD	X	X	X	X	X

Fonte: Institucional.

10.5 Biblioteca

A Biblioteca é um órgão de apoio suplementar à Direção da FAPAS Campus II e tem por objetivo oferecer suporte informacional atualizado e organizado aos docentes e discentes para que possam desenvolver de forma plena as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso, busca-se prestar um excelente atendimento às comunidades externa e interna, a qual abrange acadêmicos dos cursos de graduação, pós-graduação, cursos de extensão, professores e funcionários.

A seleção dos materiais que formam o acervo da Biblioteca tem por propósito ser relevante aos objetivos da Instituição e da comunidade a que serve, a fim de atender as necessidades informacionais dos usuários. A Biblioteca utiliza o sistema PHL, o qual possibilita acesso ao catálogo online, proporcionando renovação dos empréstimos, reserva de itens, bem como o envio de alertas da data de devolução dos materiais, aviso de vencimento de devolução e aviso de reserva disponível.

Visando ampliar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais são disponibilizados fones de ouvido, teclado adaptado em braille e com letras, números e símbolos ampliados para pessoas que possuem baixa visão. Outro recurso disponível na Biblioteca é o mouse acessível, com esfera que possibilita o movimento do cursor na tela, exigindo menor necessidade de controle motor por parte do usuário com dificuldades motoras.

Além disso, os computadores possuem o sistema operacional DOSVOX, um sistema gratuito destinado a atender deficientes visuais, permitindo que pessoas cegas ou com baixa visão utilizem o computador comum, adquirindo independência no uso.

10.5.1 Acervo da biblioteca

Compõem o acervo da Biblioteca os seguintes materiais: livros, periódicos, normas técnicas, obras de referência (dicionários, enciclopédias gerais e especializadas, etc.), mapas, teses e dissertações, entre outros. Além disso, a Faculdade Palotina Campus II oferece acesso à Revista, ao Portal de Periódicos Forcom, as quais proporcionam uma plataforma prática com conteúdo técnico e científico atualizado.

A atualização do acervo bibliográfico é realizada constantemente de acordo com a publicação de produções científicas e com as necessidades informacionais de alunos e professores, buscando dessa forma, atender as demandas solicitadas pela comunidade acadêmica. Para o curso de Filosofia Bacharelado a Biblioteca disponibiliza neste momento para os dois primeiros anos do curso cerca de quatrocentos e oita obras das bibliografias básicas e complementares, até a integralização do curso a biblioteca pretende contar com aproximadamente mil livros. A Biblioteca também conta com 60 títulos de periódicos de acesso aberto para o curso de Filosofia Bacharelado.

10.5.2 Infraestrutura física

A Biblioteca conta com 111 m², mesas para estudo individual, mesas para estudo em grupo e computadores para pesquisa.

10.5.3 Política de expansão e atualização do acervo

O acervo bibliográfico é constantemente atualizado de acordo com as produções científicas publicadas nas áreas do conhecimento relacionadas aos cursos oferecidos pela Instituição e de acordo com as necessidades decorrentes aos novos cursos que sejam ofertados pela Faculdade.

As obras são adquiridas por compra, doação ou permuta, sendo a maioria através de compra. As compras em grande escala ocorrem duas vezes ao ano, em torno de um mês antes do início de cada semestre letivo. As obras são selecionadas de acordo com as bibliografias dos cursos, indicação dos professores e alunos e através da análise de livros retirados com maior frequência.

As compras são efetuadas com verba da Instituição, sendo realizada uma previsão de despesas anualmente e enviada à Coordenação Administrativo-Financeira para planejamento dos gastos do setor. As renovações das assinaturas dos periódicos são realizadas respeitando um cronograma, conforme a data de vencimento.

Com relação às doações, a biblioteca recebe todo material bibliográfico doado, sendo reservado o direito de descartar ou encaminhar para outras instituições o material que não for útil ao acervo, obedecendo principalmente os seguintes critérios de análise: relevância do material em relação aos cursos oferecidos pela instituição, atualidade da obra, escassez de material sobre o assunto; usuários potenciais que poderão utilizar o material e condições físicas.

Essa avaliação é feita, algumas vezes, em conjunto com professores da área que avaliam a incorporação do material no acervo. Considerando que a política de desenvolvimento de coleções é um processo fundamental para o desenvolvimento e atualização da coleção, deve-se enfatizar que, embora seja elaborada por um bibliotecário, a participação dos professores é fundamental para a seleção e desbastamento da coleção.

10.5.4 Serviços oferecidos

- a) Consulta local (público em geral);
- b) Empréstimo domiciliar (usuários vinculados a FAPAS Campus II);
- c) Treinamento de usuários;
- d) Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- e) Acesso à internet;
- f) Elaboração de ficha catalográfica;
- g) Auto-serviço de guarda-volumes;
- h) Catálogo online;
- i) Reserva e renovação pela internet;
- j) COMUT;
- k) Portal de periódicos FORCOM; e
- l) Ferramentas para auxiliar pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais.

11 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA FACULDADE

Na Tabela abaixo encontram-se os demonstrativos da capacidade e sustentabilidade financeira da IES na vigência do PDI. A Instituição e sua Mantenedora demonstram uma preocupação com essa questão da sustentabilidade, todo esse processo de implementação provocou diálogos constantes entre membros da Mantenedora e a Direção da instituição, tudo é pensado e posto em prática de maneira consciente e responsável, de acordo com as possibilidades da Mantenedora.

Tabela 6 – Planilha de investimentos da IES

	2025	2026	2027	2028	2029
Anuidades/Mensalidades	85.200,00	107.352,00	206.632,80	302.422,40	396.934,00
Diversos	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00
Receita Bruta	88.000,00	110.152,00	209.432,80	305.522,40	399.734,00
Inadimplência	-	4.696,65	9.040,19	21.169,57	27.785,38
Bolsas	10.650,00	13.419,00	25.829,10	37.802,80	49.616,75
Serviços				300,00	-
Receita Operacional	77.350,00	92.036,35	174.563,51	246.550,03	322.331,87
1. Pessoal					
Docente	40.662,70	40.662,70	40.662,70	40.662,70	40.662,70
Técnico-administrativos	3.902,56	3.902,56	3.902,56	3.902,56	3.902,56
Encargos	16.622,80	16.622,80	16.622,80	16.622,80	16.622,80
Despesas Administrativas	-	5.134,00	5.134,00	5.134,00	5.134,00
Sub-total	61.188,06	66.322,06	66.322,06	66.322,06	66.322,06
2. Manutenção					
Gastos gerais	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
3. Investimento					
Biblioteca	52.800,00	-	-	-	-
Equipamentos	2.000,00	-	-	-	-
Pesquisa e Extensão	-	1.000,00	500,00	1.000,00	500,00
Eventos	-	500,00	500,00	500,00	500,00
Total de Investimentos	54.800,00	1.500,00	1.000,00	1.500,00	1.000,00
4. Outros					
Treinamento	450,00	450,00	450,00	450,00	450,00
Total	- 40.588,06	22.264,29	105.291,45	176.777,97	253.059,81

Fonte: Institucional.

Faculdade Palotina - Campus II
Avenida Guaira, 600
Bairro Recanto Tropical - Cascavel/PR
CEP: 85811-380

